

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XVII, número 49, Maio-Agosto/2004



ISSN - 0103-5576

NARRATIVAS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Sidney A. da Silva

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Foto: Dirceu Cutti

Editores Eletrônicos

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(0xx11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

ÍNDICE

UM MIGRANTE QUE VEIO DE LONGE

Maria da Conceição A. Castro.....05

A MEMÓRIA DA TERRA-MÃE NA NARRATIVIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO

Antonio Busnardo Filho

Maria Ivoneti Busnardo Ramadan.....12

GUARDIÕES DE MEMÓRIAS

A FORÇA DOS ARQUIVOS PESSOAIS

Maria Catarina Chitolina Zanini.....19

DO COLONATO AO ASSALARIAMENTO

Neusa de Fátima Mariano.....24

OS ESPANHÓIS DE VILLA NOVAES E SUAS NARRATIVAS

Marília Klaumann Cánovas.....31

OS BRINCANTES DE LUCAS E HISTÓRIAS DE UM BOI MIGRANTE

Luciana Gonçalves de Carvalho.....40

NOSSA BIBLIOTECA.....46

RE-CONSTITUIR O PASSADO RE-SIGNIFICAR O PRESENTE

A migração, para aqueles que a vivenciaram na pele, não é um fato social, nem um dado demográfico, nem simplesmente um evento histórico. A migração é antes, marcas na carne, casas vazias cheias de evocações, paisagens deslumbrantes ainda vivas na memória, danças que revitalizam uma alegria antiga. Para o migrante, a sua viagem, o seu trabalho, a casa que construiu, os campos que semeou, a família que criou são impressões vivas que clamam por expressar, por olhos e ouvidos que as possam acolher. Estar atento às narrativas dos migrantes, não é só um procedimento de pesquisa, a fim de levantar dados que só o método da história oral seria capaz de desencavar. Dar ouvidos às palavras dos migrantes idosos, ao tesouro escondido de sua memória, é principalmente participar de uma cumplicidade que só a amizade legítima, é fazer emergir o valor único e inestimável da história de uma pessoa, na fragilidade de sua existência. Pelas narrações, pela expressão de uma simbologia que se aproxima dos mitos, os migrantes reconstituem seu passado para re-significar, transcender, seu presente.

A esta cumplicidade, o leitor da Travessia está re-convidado, pois a presente temática - Narrativas - inscreve-se no rol das abordagens do nº 32 - Memória. Através das janelas abertas da memória, através das narrativas de velhos migrantes, pode-se vislumbrar antigas histórias de migração nos artigos de Antonio e Maria Ivoneti, de Marília, de Maria Catarina e de Neusa. Neles, os mínimos objetos, os rotineiros processos de trabalho, os triviais acontecimentos da viagem e instalação na nova terra, as banalidades do cotidiano ganham uma nova luz. Neles também se pode avaliar o esforço humano, os efeitos irremediáveis dos processos sociais, que as novas gerações já nem podem conceber. Porém, temos também o testemunho de Maria da Conceição que soube reconstituir o processo silencioso da migração do caboclo amazônico, através das histórias de sua família. Ou então o estudo da Luciana, que mostra como gerações novas de migrantes maranhenses no Rio de Janeiro, reconstituem o passado no presente, através das narrativas implícitas na brincadeira do Boi.

São estórias de outros tempos, de outros mundos, mas por elas o presente ganha um novo sentido, um novo brilho.

Sidnei Marco Dornelas

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

***É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos*
E ainda há tempo para montar a coleção***

(* Exceto os números 8, 10 e 12)

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

a) *Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*

b) *Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante de depósito.*

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7..... R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso..... R\$ 5,00
- Quantidade (mais de 5)..... R\$ 4,00
- Coleção Completa - já incluído valor postal..... R\$ 150,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
- Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados
- 38 - Bairros e Vizinhanças
- 39 - Assentamentos
- 40 - Redes
- 41 - Migração Laboral
- 42 - Linguagens e Símbolos
- 43 - Imprensa & Literatura
- 44 - Etnias
- 45 - Mobilidade & Flexibilidade
- 46 - Sagrado
- 47 - Cotidiano
- 48 - Fronteiras

UM MIGRANTE QUE VEIO DE LONGE

Maria da Conceição A. Castro *

Cabocla responde, foi bôto sinhô!

*Quando o bôto virou gente pra dançar num puxirum,
Trouxe o olho, trouxe a flecha, trouxe até muiiraquitã,
E dançou a noite inteira com a bela cunhantã!*

Um grande mistério na roça se faz:

Fugiu cunhantã com o belo rapaz!

E o bôto ligeiro nas ondas sumiu,

Deixando a cabocla na beira do rio...

Se alguém te pergunta:

"Quem foi teu amô?"

Cabocla responde:

"Foi bôto sinhô!"

(Wilson Fonseca)

A maneira de viver do caboclo amazônico e sua relação com o mundo aquático, manifestada num cotidiano de múltiplas facetas, instiga pesquisadores e inspira poetas a tê-los como referência para suas incursões científicas ou literárias. Vê-se nos versos do saudoso poeta e maestro santareno, Wilson Fonseca, essa pujança retratada, tal como entoada na música *do boto que se transforma em um belo rapaz e que depois de seduzir as caboclas ribeirinhas desaparece*.

Do mesmo modo, o poeta amazonense Tiago de Melo transmite com maestria esse cativante universo, em obras como "Pátria das Águas", entre outras mais. Observa-se nas letras poéticas desse autores, o retrato de uma paisagem que ainda transpira abundância - rios, florestas, margens e ribanceiras. Nesse cenário de mitos, segredos e fronteiras ambicionadas, gerou-se a "civilização ribeirinha, na qual os rios, lagos, igarapés e igapós são fontes da vida, da morte e do imaginário regional" (Amazon View,

2004).

Mas, quem é esse caboclo e de onde veio?

Logo após o descobrimento do Brasil chegaram à região amazônica os europeus, vindos de Portugal, Espanha, Holanda França e Inglaterra. Porém, na disputa pelo território predominaram os portugueses, que como os outros, procuravam estabelecer colônias em terras distantes (Forline, 2004).

Posteriormente, chegaram os povos africanos, vindos na condição de escravos para o cultivo da cana-de-açúcar e outras espécies vegetais. Mesmo não sendo tão intensa quanto à indígena, a *contribuição africana foi bem mais expressiva, quantitativa e qualitativamente, do que se pensava* (Chaves, 1981:12).

Em 1615, quando os portugueses percorreram a costa paraense não só encontraram conterrâneos já estabelecidos, mas muitas tribos indígenas que se estendiam pela bacia amazônica: os **Tupinambás**, emigrados do sul e os diversos silvícolas da região, que se espalhavam

pela calha do grande rio (**Tupis**, no Acará; **Tembés**, no Acará e no Capim; **Pacajás**, **Jacundás**, **Tapirauás**, nas margens do Tocantins; **Tecunapeuas**, nas margens do Xingú; **Maués**, entre Xingú e Tapajós; **Anambés**, no baixo Tocantins; **Jurunas**, no baixo Xingu; **Mundurucu**, no baixo-médio Tapajós; **Aruans**, em Marajó. (Chaves, 1981:10)

Anos depois foram chegando com mais assiduidade os brasileiros de outras regiões, especialmente do Nordeste - com o *boom* da borracha - cujos fluxos mais intensos ocorreram em 1844, 1877 e 1940. Também vieram os brasileiros do Sul, Centro-Oeste e também do Nordeste, já na chamada era do "milagre brasileiro", nos anos 70, em função dos grandes Projetos de desenvolvimento na região e também com os outros empreendimentos que foram se seguindo, como o Projeto Grande Carajás, anos 80, e assim sucessivamente.

Já em meados do século XIX, dois são os tipos humanos predominantes na ainda pequena população

amazônica: o caboclo nativo e o alienígena, via de regra os nordestinos, que se fixaram na região por conta da borracha (Chaves, 1981).

O caboclo amazônico é, portanto, fruto da miscigenação étnica que surge a partir do conjunto desses povos e descendentes. Essas populações, segundo Benchimol (1985:3), *desenvolveram as suas matrizes histórico-culturais em íntimo contato com o ambiente físico, adequando o seu ciclo de vida às peculiaridades regionais e oportunidades econômicas oferecidas pela floresta, várzeas e rios, deles retirando não só os recursos materiais de sua subsistência, como seus mitos e lendas.*

Silva (2004) diz que o termo caboclo (kariboka) significa um povo mestiço de branco com índio, que no passado foi uma antiga denominação indígena, mas que atualmente é uma designação genérica dada aos moradores das margens dos rios da Amazônia.

Para muitos outros autores, a população cabocla também é identificada como uma das que compõem as populações tradicionais não-indígenas, mesmo que em muito descendam dos povos indígenas. Quando na área rural, caracterizam-se por suas atividades extrativistas, aquática ou florestal terrestre. Darcy Ribeiro (apud Diegues, 2001), diz que são considerados caboclos *os seringueiros, os castanheiros e os ribeirinhos, pois apresentam modo de vida semelhante (...) vivem, em sua maioria, à beira dos igarapés, igapós, lagos e várzeas.*

Na condição de extrativistas e pequenos agricultores, produzem em regime familiar, vendendo o excedente para complementar o sustento. A farinha de mandioca, entre outros produtos cultivados, é um componente essencial e funciona como garantia de auto-suficiência enquanto exercem

outras atividades.

Porém, ser caboclo é muito mais do que o resultado da miscigenação de várias raças ou fazer parte das populações tradicionais. Caboclo amazônico é, portanto, mais *Ser* do que *Ter* - é uma condição, uma identidade, uma atitude, um estado de espírito, próprio de quem de algum modo tem ou teve a oportunidade de conviver com determinados símbolos, mitos e costumes da floresta e rios. É uma das poucas formas de ser "livre" e nessa condição, age-se, fala-se e manifesta-se a partir de um determinado padrão de comportamento, que comporta atitudes que ignoram convenções e barreiras - seja pelas histórias que conta, pela entonação da voz, pelo sotaque, pelos largos gestos e pelo jeito informal de ser -, ainda que toleradas, muitas vezes com reservas por algumas "tribos" urbanas, imbuídas de equivocados estereótipos.

Emerge, assim, nesse espaço de convivência de diversidade cultural, no meio urbano, um conjunto de múltiplas manifestações populares.

Muita coisa dessa gente é expressa através de uma linguagem própria que envolve um *caboclês* que se incorpora à língua portuguesa corrente na região. Inúmeras palavras derivam de matrizes linguísticas indígenas, como puxirum, piracaia, pitiú, pixé, caribé, chibé, tarubá, munjica, tucumã, pupunha, maniçoba, tucupi, carimbó, entre outras, muitas das quais usadas no cotidiano da vida urbana local.

O vai e vem nas águas do Tapajós

A aparente naturalidade com que se move o caboclo amazônico no interior daquele território - seja manejando o remo de uma canoa, na proa de um motor de popa, por navios, balsas e catamarãs, ou ainda, na carroceria de

caminhões, nos ônibus empoeirados, ou mesmo por aviões - o torna um indivíduo que tem muito em comum com outros povos que habitam e transitam, de um lugar para o outro, no Quênia, na Tanzânia, no Nepal, no Japão, em Hong Kong, no Marrocos, na Colômbia e no Peru, somente para citar alguns lugares situados em distintos recantos do planeta.

Mesmo que essas populações descendam de tantas outras, se alimentem de comidas típicas locais e bebam águas colhidas nas mais variadas fontes - cipós, riachos, igarapés, rios, cacimbas, poços ou torneiras inteligentes -, todas estão, na maior parte do tempo, usando seus braços e mentes a serviço do seu bem-viver ou do seu mal-sobreviver. A assídua mobilidade desses diferentes povos, os coloca tão próximos e globais, tornando-os "irmãos laboriosos" em ação, não importando a distância que os separa.

Esse notório desassossego e aparente desapego instigou-me a questionar o dito fenômeno e possíveis implicações, com especial destaque à população cabocla da Amazônia. Também eu, desde que me entendo por gente, tenho sido uma contumaz viajante: quando menina ou adolescente, o fazia entre rios, igapós, igarapés e florestas no interior do território paraense; já adulta, o tenho feito entre concretos, grades e prédios das pequenas e grandes cidades.

Mesmo com uma causa à vista, conectar os elos aparentemente dispersos dessa grande corrente que une homens, mulheres e crianças, torna-se instigante. Diversos caminhos levam a vários novos de múltiplas cores, cujos fios teimam se entrelaçar. Ainda assim, o maior desses caminhos parece conduzir ao onipresente *trabalho*, que nem sempre está, quando está, nos lugares onde se deseja que esteja.

Vale muito a pena, portanto, aguçar a curiosidade e atenção para “ouvir” uma das inúmeras sagas amazônicas, vividas às margens do rio Tapajós, que somadas a muitas outras, formam a história coletiva dessa gente. Esta é, por certo, uma história inacabada, tanto do lado de cá quanto do outro lado do oceano Atlântico, onde tudo começou.

Caldinho de macaco

É comum, aos domingos, na cidade de Belém, o encontro de membros da família em destaque, em visita à casa do seu patriarca, que por sua vez, mora com um dos seus filhos. Esses encontros oferecem também a oportunidade para que muitos possam se deliciar com uma porção de *caldinho de macaco*¹, “regado” a muita conversa, vinho de açaí, bolo de tapioca e suco de muruci.

Num certo domingo, numa dessas costumeiras visitas, vi-me novamente escutando um trecho dos frequentes relatos que meu pai habituou-se a fazer ao longo de nossa vida, sobre seu passado e antecedentes, nos momentos em que seu público está reunido. Nessas ocasiões, sempre que expõe alguns aspectos desses relatos para filhos e netos - que naturalmente também fazem parte dessa mesma história - seguem-se risos, espantos e pedidos para que forneça mais detalhes sobre esta ou aquela passagem. Por não confiar, segundo ele, como antes, na sua memória, e já contando com a esperança de que seus bisnetos no futuro também possam ouvi-lo de algum modo, passou a registrar no papel esses acontecidos.

Passei a refletir, a partir de um determinado tempo, sobre os ditos relatos e percebi que eram mais do que corriqueiros causos do cotidiano caboclo; continham, implícitos, ingredientes das complexas relações sociais de diferentes eras, vividos e

contados por seus protagonistas, de geração para geração. São histórias impregnadas de conteúdos culturais, políticos e econômicos de períodos distintos da vida amazônica, com episódios incomuns e até memoráveis. A partir desses acontecidos, é possível visualizar questões importantes sobre o fenômeno migratório na região, onde muitos deslocamentos são realizados a partir da floresta em direção às cidades, em determinada etapa da vida de muitas pessoas.

Das cachoeiras de São Manoel à Cidade das Mangueiras²

O relato que segue³ é centrado no desdobramento de um dos ramos dos ancestrais da *Família Castro*, ou seja, a partir de um dos segmentos que ajudou a formar a quarta geração da família à qual pertencço (hoje, já existem descendentes na sétima geração), e que se fixou no Estado do Pará, mais precisamente na região do Alto Tapajós, na localidade de São Manoel (cabeceira do rio), que é uma região formada por tortuosas e desafiadoras cachoeiras.

O nome do pioneiro patriarca era *Manoel Francisco Castro* (meu tataravô), português da gema, como ele mesmo se definia e um migrante vindo de longe que se instalou naquela região, por volta de 1850. Homem determinado, desbravador e de temperamento forte, tinha sete mulheres que moravam em harmonia em uma mesma casa, entre elas uma índia que recebeu o nome de Eufêmia, cujo apelido era Eufeca (possivelmente pertencente à tribo dos Mundurucu), com a qual gerou seu único filho, *João Caetano de Castro*, meu bisavô.

Aventurando-se naquelas bandas, vindo de Portugal, sem referências familiares na nova terra, alimentava a

esperança de enriquecimento. E mesmo sonhando com uma possível volta às origens, visando ostentar suas conquistas, também nutria a certeza de que nunca mais teria contato com familiares e pátria primeiros. Esperança e desilusão compunham o cotidiano de uma vida que não tinha espaço para subjetividades, mas, de algum modo, esses sentimentos foram manifestados aos seus descendentes.

Esse meu tataravô Manoel era dono de terras e desenvolvia negócios com a borracha (látex), “profissão” esta que foi passando de geração para geração, chegando até ao meu pai e meus irmãos. O mesmo possuía muitos trabalhadores que viviam em regime de escravidão por dívida submetidos às leis do velho migrante, em uma terra sem “governo”. Sem meias palavras, tratava seus empregados e serviços a *ferro e fogo*, a partir de uma relação ostensiva de mando.

Nem por isso a vida naquele pedaço de chão era desprovida de momentos de descontração e de festas, fossem estas de adoração aos santos padroeiros, de fogueiras ou para comemorar o sucesso da coleta nos seringais. Os seringueiros faziam os batuques com material improvisado de madeira e latas. Homem dançava com homem e muitas vezes, nus, sob a vista “moralizante” do patrão, sem direito a qualquer assanhamento. Bebiam à vontade e nessas ocasiões gastavam parte da renda que tinham direito a receber.

O aviamento⁴ era a forma de transação vigente, mas os trabalhadores nunca conseguiam zerar suas dívidas com meu tataravô. O pioneiro migrante ampliou seus domínios, tendo necessidade de “contratar” mais trabalhadores, recrutando-os em vilarejos nas adjacências de Santarém, depois de longas viagens, para os quais prometia mundos e fundos. Também se valia do

trabalho de afilhados de fogueira e de um filho adotivo (este último, acolhido desde menino, vivia mais na condição de trabalhador explorado do que usufruindo as benesses de uma relação mais afetiva). Além do corte e coleta do látex (seringas nativas), havia o trabalho na roça e na coleta (extrativismo) de sementes e resinas – juatá-cica (breu), copaíba, maçaramduba, cauchus, pau-rosa, entre outros, que eram vendidos aos comerciantes dos navios movidos à lenha, que por lá passavam de dois em dois meses.

Meu tataravô morreu, provavelmente, aos 45 anos, assassinado que foi em uma emboscada por seu filho adotivo que possivelmente foi aos poucos alimentando um ódio incontido em função dos maus tratos e exploração, e incentivado por outros trabalhadores na mesma condição, segundo relatos de descendentes. Era a lei da selva. Seu único filho natural, *João* (meu bisavô), teve que assumir os negócios aos 18 anos de idade, porém não possuía o mesmo tino do pai e com o tempo os negócios foram à bancarrota. Este meu bisavô casou-se com Josefa, uma cabocla com traços indígenas, nascida na região de São Monoel.

Após o desacerto do negócio, *meu bisavô João* decidiu sair com a família em busca de um novo lugar para se assentar, trabalhar e sobreviver. O destino era Santarém. Colocou as poucas coisas que tinha dentro de um barco e juntamente com a mulher e três filhos saiu para uma longa viagem pelo Rio Tapajós, afluente do rio Amazonas. Às 18 horas do ano de 1896, aportou em um lugar chamado Samaúma para uma parada estratégica, justamente para que minha bisavó pudesse dar à luz meu Avô, que recebeu o nome de Miguel (este seria o quarto filho de um total de doze).

Meu bisavô João desceu, observou

e achou que lá podia ficar, pois a terra parecia boa e tinha muita fruta, peixe e caça no mato. Fez logo um roçado, plantou mandioca, milho e melancia. E também plantou seringueiras. Este foi o primeiro plantio da espécie naquele lugar pois as existentes eram nativas. Nesse lugar estabeleceu um sistema de trabalho familiar, onde todos que já tinham idade participavam das obrigações da roça, da coleta do látex, caça e pesca além dos trabalhos domésticos.

Anos depois decidiu deslocar-se para trabalhar em uma região serrana, com temperatura mais amena que ficava mais distante do rio, onde a coleta da água era difícil, e que mais tarde passou a chamar-se Belterra, lugar onde os Americanos chegaram em 1935⁵ para desenvolver grandes plantios da *Hevea brasiliensis* (seringueira), relacionados ao Projeto Henry Ford na Amazônia.

Antes, porém, meu bisavô se deslocou para um lugar intermediário que ficava na cabeceira de um Igarapé, chamado mais tarde de Acampamento. A razão de cada novo deslocamento, segundo relatos do meu pai (neto desse patriarca), era porque a família aumentava, as necessidades também, e o que produziam não era mais suficiente para o sustento. Além do mais, corria a notícia de que as terras em questão eram boas para o plantio e as seringueiras davam mais leite.

Com o passar do tempo, meu *avô Miguel* começou a formar sua própria família, casando com uma cabocla chamada Maria Rodrigues (dona Cota), minha avó por parte de pai, filha de pais Piauienses que migraram para a Amazônia por conta do trabalho nos seringais, pois segundo meu pai, tinha gente que vinha de toda parte e se instalava naquelas redondezas, especialmente do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Meu bisavô piauiense, pai da minha

avó Cota, chamava-se Luiz Rodrigues Pereira, que também foi assassinado. Segundo relatos dos descendentes, isso teria acontecido, possivelmente, a mando de um irmão do meu avô Miguel, antes deste se casar com minha avó Cota. Este irmão do meu avô, que ora denominamos de Sr. X, era um comerciante truculento e proprietário de seringais, que exigia exclusividade na venda do “gênero” (o látex). Meu bisavô Rodrigues necessitou comprar um pano de Chita para confeccionar um vestido, a pedido de uma de suas filhas, para um arraial local, mas que não tinha no comércio do seringalista; para tal, precisou vender parte do látex a outro comerciante em um lugar chamado Aramanaí.

Havia o agravante de que a vítima tinha uma dívida em aberto com o Sr. X. O assunto do assassinato foi abafado e ninguém ousava contestar. O possível mandante do crime ofereceu-se para ajudar a família da vítima desde o velório até o sustento, que era formada só por mulheres.

Meu avô Miguel e minha avó Cota tiveram 16 filhos, dos quais meu pai é o quinto. Este meu avô passou a viver na região de Porto Novo, que fica entre Aramanaí e Cajutuba, distritos de Santarém. Para sobreviver com a família, este trabalhava na roça, cortava seringa e construía casas de palha quando solicitado. Com o tempo os filhos foram crescendo e também passaram a ajudar nessas tarefas. Mesmo com toda a ajuda a vida era difícil, pois não se conseguia dinheiro além do mínimo necessário para comprar a mantimentos e utensílios, e as transações eram feitas mais na base da troca. Viviam mudando de lugar, ora na margem do rio, ora no centro da mata.

A partir de 1935, quando os Americanos chegaram em Belterra, apareceram os primeiros empregos. Jovens locais engrossaram as fileiras

dos que foram trabalhar nos seringais, sob o regime de arrendamento. Meu avô, no primeiro momento, não deu apoio para que os filhos lá trabalhassem, pois não queria que eles fossem “empregados”.

Aos vinte e um anos, meu pai decidiu ser reservista e a contragosto do pai foi se inscrever no exército em Belterra. A dificuldade foi tirar a certidão de nascimento que ninguém da família possuía: (“Para que - dizia meu avô - eu estou vivendo até agora sem documento”). Passou-se um ano e meu pai deu baixa e foi trabalhar na seringa por conta própria e/ou por arrendamento.

Posteriormente, passou a trabalhar com o seu tio Sr. X (o suposto mandante do crime do meu bisavô). Trabalhou árduo por muitos anos e depois de tempos saiu com “uma mão na frente e outra atrás”. Já havia conhecido minha mãe, que se chamava *Sebastiana Araújo Sá* (filha de descendentes portugueses tanto por parte de pai quanto de mãe), com quem se casou posteriormente e com ela gerou treze filhos, dos quais dez sobreviveram, sendo esta pesquisadora a primogênita. Desde então, juntamente com os filhos que iam nascendo, não parou mais. Morou em Porto Novo, Piquiatuba, Santarém, Jaguarari, novamente em Porto Novo, no Baixão (colônia), CBA e finalmente migrou para Belém.

O sobe e desce das ladeiras

Nos trinta e cinco anos que antecederam a viagem para Belém, a partir da CBA, o patriarca trabalhou, sem interrupção, no corte da seringa e na roça, com mulher e filhos. Primeiro para particulares, depois para o Projeto Henry Ford e por último, para o Ministério da Agricultura que comprou dos americanos os citados seringais em 1946. O regime de trabalho sempre

passou pelos sistemas “de meia” ou arrendamento⁶.

Família grande, dinheiro curto, mas muita disposição para subir as ladeiras que separavam o Baixão (lugar bom para plantação de frutas, porém distante dos rios) e o alto da serra, às proximidades de Belterra, para a coleta da água. Móveis e utensílios eram confeccionados com material da floresta, desde os tamancos até o material de trabalho.

As muitas habilidades em ação, a cada nova moradia, abrangiam o corte da seringa, a lide com a roça, produção da farinha e derivados, a destreza para a coleta (extrativismo) e a agilidade para executar pequenos serviços a pessoas mais abastadas, tais como carregar água do rio para as casas, trabalhos domésticos ou capinar terrenos; e por último, a venda de produtos extrativos, das frutas cultivadas e tubérculos (cará, batata doce e macacheira), além dos variados bejús que eram confeccionados pela matriarca.

No périplo pela região, a família nunca teve propriedade fixa, tudo era obtido ou construído temporariamente, portanto não se assentava raízes físicas. Quando moravam em lugarejos distantes dos limites da *Companhia* (como era chamado o complexo de seringais do governo), tinham a posse da terra, mas sem papel, onde podiam morar e plantar. Esgotada a possibilidade de tirar o sustento, cediam o lugar e benfeitorias para algum parente mais próximo, visto que não se tinha para quem vender, e deslocavam-se de barco para outros lugares. Havia fartura de terra para todos (Jaguarari).

Quando optavam por morar nos limites da *Companhia*, desde que não tão próximo do grande complexo, podiam escolher um lugar para construir, morar e plantar, mas não podiam ter a posse da terra.

Nos limites internos do complexo só podiam morar os trabalhadores vinculados à *Companhia*. Com o tempo quando muitos desses trabalhadores migraram para Belém para desempenhar funções em outros órgãos do Ministério da Agricultura, os habitantes locais podiam pleitear unidades residenciais mais humildes, após inscrição e autorização, podendo ter direito à água encanada coletiva, o que passava a ser uma honra e, de certo modo, isso já lhes propiciava alguma visibilidade social.

O diferencial presente na família em tela, em relação a muitos vizinhos agricultores e seringueiros, era uma certa proximidade com o saber, ou seja, havia a obrigação de estudar, todos, sem exceção e com rigor, sem a opção de parar pelo caminho, e em paralelo com a lide, por insistência quase que exclusiva da matriarca da família que tinha fascinação pelas leituras. Esse acesso era conseguido na casa de seus patrões da *Companhia*, quando realizava trabalhos domésticos, e de onde recolhia informações sobre os diferentes e novos mundos. Teve contato com obras de diferentes autores, desde Jorge Amado e Machado de Assis à Bárbara Cartland.

Gostando ou não, essa era uma prática comum a todos os filhos, cuja realização exigia, em determinadas ocasiões, um deslocamento de aproximadamente duas horas de caminhada, em cada percurso. Por outro lado, todos os membros da família tiveram uma *formação camponesa*, mesmo que em níveis bem distintos e dependendo do grau de habilidade, seja em função das práticas agrícolas e extrativas, seja por hábitos, costumes e crenças.

Nunca se discutiu, objetivamente, no seio da família, a mudança para a capital do estado do Pará; esta não era uma meta em si mesma, pois não se cogitava essa possibilidade e era uma

coisa quase impossível. As etapas é que eram articuladas. Ou melhor, não se discutia também essas etapas como metas em si mesmas, elas funcionavam como pequenos empurrões - alguma coisa que leva à outra e assim por diante. A partir de um determinado momento deixou-se de mudar somente em função da terra para plantar ou da seringueira para cortar, mas incluía-se no pensar dessa caminhada a relativa proximidade com as escolas públicas para os filhos. Era mostrado que estava acontecendo um avanço de cada vez em busca da melhoria de vida.

Posteriormente, também passou-se a levar em conta no deslocamento a possibilidade de encontrar emprego (um sonho alimentado), pois o trabalho na lavoura e o corte da seringa não eram considerados emprego, eram uma "ocupação" e isso não possibilitava qualquer sobra para outras necessidades. Estas eram atividades árduas e lidava-se com poucos recursos, provisões e ferramentas, somente no limite do sustento. Internalizava-se, a cada dia, a certeza de que o trabalho na roça e nos seringais era cada vez mais temporário e a mudança só poderia acontecer pelo estudo, não havia outra saída. Contudo, as estratégias de mudança para as melhorias surgiam no seio de cada família, em particular, sem qualquer envolvimento e articulação coletiva ou apoio governamental.

A cada passo dado ficava muito difícil para a família se deslocar "em bloco", como antes. A partir de um determinado tempo, os pais ficaram e os filhos avançaram, uns mais na frente e outros *na pegada* dos demais, mas seguindo sempre o mesmo percurso. Até que um dia, mais precisamente em 31 de julho de 1983, todos os membros da família *Araújo Castro* estavam instalados na cidade de Belém, "encerrando" uma trajetória de vários deslocamentos, que se iniciou em 23

de dezembro de 1972, justamente pela autora deste relato, a partir de uma das etapas, a cidade de Santarém. O último a migrar foi justamente o patriarca, que resistiu até o último momento, e que por muitas vezes, ameaçou retornar.

Hoje, passados trinta e dois anos desse processo de mudança, perguntou-se ao patriarca da família (atualmente com 76 anos), em que período de sua história de homem migrante⁷ sentiu-se mais realizado. Disse que realizado nunca esteve, mas que se sente mais sossegado agora, pois se acredita mais estável, com menos medo do amanhã; tem um trabalho fixo e é dono do seu próprio negócio⁸; está perto dos filhos; tem acesso aos meios de saúde; e não precisa suar de sol a sol, sem ver a cor do dinheiro, como ele mesmo diz, correndo o risco de voltar para casa com uma mão na frente e outra atrás.

Considerações Finais

Mesmo comportando peculiaridades múltiplas, este relato evidencia, em muitos pontos, a trajetória de vida de inúmeros caboclos amazônicos, aspectos de sua formação histórica, relação com a terra, com o espaço e com os demais agentes transformadores.

Muito embora seja a migração cabocla um fato sabido, ainda que silencioso, sem que o poder público se dê conta de sua dimensão, seu traçado no tempo e no espaço não se dá de modo igual para cada família. Entretanto, sua configuração como fenômeno social, econômico e cultural - ainda que comporte estratégias sociais e familiares particulares - sinaliza para implicações estruturais comuns naquele ambiente.

É importante compreender sua relação com a construção de uma matriz teórica consistente, que não seja a de estarem as famílias agindo em

função de uma escolha pessoal, razão considerada frágil demais para justificar os sucessivos deslocamentos, que por vezes não cessam jamais, assim como evitar caracterizá-los como uma decisão repentina. É algo que reflete as progressivas inquietações de indivíduos rurais, associadas ao desejo de satisfação de suas necessidades de sobrevivência e percepção do encurtamento dos diversos espaços.

Mesmo que existam deslocamentos humanos na face da terra determinados por inúmeros fatores, no contexto amazônico é importante refletir essa questão do ponto de vista da *mobilidade em função do trabalho* (Gaudemar, 1976), tendo em vista seu histórico de ocupação e modernização. No cerne de vários estudos sobre esse fenômeno na região, a mobilização cabocla tem sido analisada no mesmo nível de compreensão e enquadramento teórico dos demais fluxos migratórios. As dimensões econômica, cultural, política e social que alimentam o dinamismo de uma sociedade não são obras do acaso, formam-se na esteira de um processo histórico, paulatinamente.

Ainda que os acontecimentos aqui relatados tenham sido iniciados, aproximadamente, em 1850 (século XIX), época em que dinheiro era artigo de luxo na região enfocada, o escambo era transação corrente e o aviamento era um mecanismo comum na relação capital-trabalho, observa-se que as bases do capitalismo e algumas de suas mazelas estavam muito bem assentadas naquele contexto: monopolização dos meios de produção, exploração de oportunidades de mercado para efeito de lucro, arrendamento, escravidão por dívida, trabalho forçado, entre outros, e muitos dos personagens reais desta história encontravam-se, em determinado momento, ou na condição

de oprimido ou na condição de opressor, dependendo das circunstâncias.

As evidências e representações surgidas a partir deste relato, que não tem a pretensão de simplificar o entendimento da realidade partindo-se de um único fato, mas apenas de explorá-la, e que surgem implícitas nas diferentes fases históricas, dão a dimensão das contradições existentes, não só porque alguns fatos se repetem, hoje, naquele contexto, mas também porque a dinâmica da mobilização aparece como algo comum a todas as eras.

Percebe-se, no cotidiano daquelas pessoas - que seguiam seus cursos em meio a conflitos e interesses - a busca constante de um destino, que por vezes aparecia indefinido e cada vez mais dependente de um trabalho que surgisse como mais apropriado, cujas estratégias para alcançá-lo passavam pela busca do saber, pelo deslocamento constante, por um horizonte de ascensão social - não percebida e possível como indivíduos rurais, dissociados de qualquer referencial de sucesso.

O caráter de desposseimento desses seres mobilizados, personagens de uma história com vários paralelos na Amazônia e em outros lugares do planeta, carece de uma maior reflexão: poucos bens materiais, muitos braços e mentes dispostos a realizar qualquer coisa em qualquer lugar, a qualquer hora, a um alguém qualquer, levando consigo suas crenças, valores, costumes e saudades.

Do mesmo modo, não dá para ignorar as tensões, os conflitos e as opressões, pois são muitas as suas dimensões: aquelas que extrapolam o tolerável do convívio social e estatutos legais vigentes, e aquelas, aceitáveis e silenciosas, que permeiam o cotidiano das relações pessoais e de trabalho, insinuantes de uma ordem moral de

tolerância, sintonizada com as diferentes formas de poder vigentes.

Há de perguntar, portanto, por que muitos desses fatos se repetem, independente de quem assume o bastão de mando, estivesse essa figura no século XIX ou esteja ela no século XXI?

* *Maria da Conceição A. Castro é Professora, Economista, Mestre em Administração pela PUC/SP e Doutoranda em Geografia Humana /USP.*

NOTAS

1 - "Caldo de macaco" é uma expressão usada no seio da família para designar um tipo de cozido com abundância de caldo, preparada com carne bovina de segunda, acrescida de ervas como alfavaca, xicória, cheiro-verde, cebolinha, urucum sal e água. A carne bovina substitui a carne de caça usada em tempos idos, no interior da floresta.

2 - Belém é conhecida como a Cidade das Mangueiras.

3 - Narrativa baseada em trechos de uma obra autobiográfica, em construção, de autoria de Lourenço Castro (pai desta pesquisadora), com o título provisório de "História da minha Vida".

4 - *Aviamento* é o contrato de trabalho rural mediante o qual uma pessoa denominada *aviador* entrega a outra, denominada *aviado*, dinheiro e/ou mercadorias e/ou gêneros alimentícios, por determinado valor unilateral estabelecido pelo primeiro, a fim de que o segundo se obrigue a vender-lhe toda ou parte da coleta de castanhas ou de látex de seringueira transformado em pélas de borracha, obtidos tais produtos em determinado período avançado e em áreas certas de terra ou não" (Sodero, apud Hironaka, 2000:6).

5 - Em 1926, a *Ford Motor Company* obteve do governo brasileiro uma concessão de 10.000 Km², localizada no Rio Tapajós, defronte da aldeia de Boim, em Fordlândia, para o plantio da *Hevea*. Não obtendo sucesso, troca sua concessão, já em 1934, por uma nova área situada em Belterra, realizando o plantio de dois milhões de pés de seringueiras, a partir do ano seguinte.

6 - No sistema "de meia", o produto (o látex) das *estradas* cortadas era dividido meio a meio entre seringalista e seringueiro. No sistema de *Arrendamento*, o ganho era pelo que se fazia: o proprietário dos seringais os cedia para o corte e pagava um valor mínimo pelo látex colhido, de acordo com o grau que

variava de 10 a 45 graus (menor grau tinha maior concentração de água e o látex não era tão bom).

7 - Os períodos mais longos de estada foram 6 anos no Jaguarari, 10 anos na CBA e os últimos 20 anos em Belém. Os demais períodos foram em média de 2 anos.

8 - É aposentado por invalidez, com salário mínimo, e tem uma banca de venda na feira livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZON VIEW

(2004) A lenda da Iara. *Revista Regional da Amazônia*. Edição nº 30, julho/agosto.

BENCHIMOL, Samuel

(1985) Conferência sobre Grupos culturais na formação da Amazônia brasileira e tropical, Recife/PE. Site www.tropicologia.org.br/conferencia.

CASTRO, Lourenço

(2004) *História da minha vida*. Obra autobiográfica em construção. Belém, julho.

CHAVES, Maria Annunciada

(1981) "Traços da cultura paraense". Palestra proferida na I Semana Cultural e Artística do Pará. Brasília 08. de abril.

DIEGUES, Antonio C; ARRUDA, Rinaldo S.V.

(2001) *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Editora Ministério do Meio.

FONSECA, Wilson

(2004). "A lenda do boto". Poema musicado. Fundação Carlos Gomes, Belém/PA. Site www.fcg.pa.gov.br.

FORLINE, Louis

(2004) "As várias faces da Amazônia: migrações, deslocamentos e mobilidade social na região norte". Disponível no site www.comciencia.br.

GAUDEMAR, Jean P.

(1976) *A mobilidade do trabalho e acumulação capitalista*. Lisboa: Ed. Estampa.

HIRONAKA, Giselda M. F. Novaes

(2000) Trabalho originalmente publicado como um dos capítulos da obra "*Direito Agrário Brasileiro*", vv.aa., coordenada por Raymundo Laranjeira, São Paulo: Ed. LTR.

MELO, Tiago

(1981) *Amazonas - Pátria das Águas*. São Paulo: Sverner-Bocatto.

SILVA, Fernando A. P.

(2004) "Pequeno dicionário tupi-guarani". Disponível no site: www.educaterra.terra.com.br/almanaque.

MEMÓRIA DA TERRA-MÃE NA NARRATIVIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO

Antonio Busnardo Filho *
Maria Ivoneti Busnardo Ramadan *

Memória

*Amar o perdido
Deixa confundido
Este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas
muito mais que lindas
essas ficarão.*

(Carlos Drummond de Andrade)

As mudanças ocorridas no cenário agrícola do Estado de São Paulo foram devastadoras. Nas últimas décadas a tonalidade do verde mudou: o verde escuro dos cafezais tornou-se um verde mais claro dos canaviais. O branco da florada do café, transformou-se em um perolado dos pendões da cana-de-açúcar. E o ar das cidades, também, sofreu alterações; se antes as cidades rescendiam ao perfume das flores do café, hoje cobrem-se de fuligem das queimadas dos canaviais.

A cultura cafeeira, incrementada pelos italianos que chegaram em substituição à mão-de-obra escrava, sustentou a economia do país por muito tempo e financiou o processo de industrialização e o florescimento da arte, como a Semana de 22. Os italianos,

que romperam os mares e fincaram raízes nestes solos, “adubaram” a terra com sonhos e sementes; visceralmente, impregnados de um sentimento telúrico, reverenciaram a Deus, ao tempo e à natureza, cujos excessos - de chuva ou de sol - eram aceitos com um certo estoicismo. Os italianos não permitiram se abater:

*Nem pelo dia feliz que custa a vir,
nem pelo dia funesto que súbito se precipita,
nem pelas chuvas que tardam,
mas sempre vêm, nem pelas secas
bravas que incendiam nossas colheitas;
não haverá blasfêmia, por ocasião de outros revezes,
se as crias não vingam, e se a rês definha,
se os ovos goram, se os frutos mirram,
se a semente não germina, se as espigas não embucham,
se o cacho tomba, se o milho não grana,
se os grãos caruncham, se a lavoura pragueja,
se se fazem pecas as plantações (Nassar, 1996:60).*

Ao se instalarem nestas terras, os italianos não imaginavam o que aconteceria aos cafezais como consequência do plantio desenfreado dos canaviais - o êxodo rural, a flutuação dos empregos, a alteração da malha urbana, a perda da identidade espacial. O café, ao contrário da cana, fixou o homem à terra, dinamizou as relações sociais, criou vínculos, transformou o campo em espaço vivenciado, pois como afirma Certeau, “o espaço é o efeito produzido pelas operações que o rientam, o

circundam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidades contratuais.” (1994:202)

O cultivo do café transformou o campo em espaços existenciais onde lutas, desejos e experiências eram constantemente vivenciadas; por este motivo, a epopéia cafeeira é até hoje tema da literatura, do teatro, da teledramaturgia, cuja saga suscita sempre o desejo de recontá-la. Assim, o *corpus* deste artigo é a história de vida de um descendente de imigrante italiano.

Franqueamos ao informante, com 75 anos e alguns problemas de saúde, que fosse relatando espontaneamente os acontecimentos, sem impor-lhe nenhuma diretriz prévia, o que permitiu que ele deixasse fluir naturalmente as lembranças. Mas a um idoso trazer à tona o passado sempre desencadeia certa emoção e sofrimento e com isso as lembranças, carregadas de afeto, deslizavam desorganizadas pela memória. Suas evocações acabaram por envolver os pesquisadores, por pertencerem eles ao mesmo universo de vida do informante.

Com o intuito de ordenar o material recolhido, a fim de submetê-lo à análise, resolvemos agrupá-lo por temas. Este procedimento fez com que de ouvintes passássemos também a narradores, caracterizando-se este “*corpus*” por uma polifonia de vozes narrativas. Criaram-

se dois contextos de situação narrativa. Um, o do informante, que, tendo vivido a história como personagem, retira dessa experiência as informações de que necessita. Outro, em que o narrador relata uma história a que é estranho, porque não a integrou como personagem. Recorrendo à teoria da literatura, diríamos que o primeiro é o narrador homodiegético, o próprio informante, o segundo, heterodiegético. (Reis, 1995:370-371).

A narrativa apresentada por temas, com suas respectivas análises, para distinguir a presença dos dois narradores usará N1 e itálico, para o narrador original e N2 para o segundo narrador, e a fala de ambos estará entre parênteses, com a fonte em tamanho menor.

VISTA PARCIAL DE PINDORAMA, CENÁRIO DOS ACONTECIMENTOS

N2 - (Eles iam fazer cinquenta anos de casados. Muita, muita água tinha rolado. Todo o Oceano Atlântico de testemunha. Era preciso comemorar de alguma forma. Afinal depois de tanta labuta, eles bem que mereciam. Os filhos se mobilizaram, as noras também, todos queriam dar palpite, colaborar da maneira como podiam. Ficou acertado que seria mesmo uma festa. Primeiro um almoço para toda a família. As mulheres capricharam: renda "guipure" que não acabava mais.

À tarde a festa continuou com os outros convidados. Como eles eram muito conhecidos, resolveram convidar pelo alto-falante para que ninguém ficasse esquecido. O terreiro, onde se secava o café, foi devidamente preparado. Vieram os ricos, os pobres. As Mazzi, doceiras famosas, foram contratadas. Houve muita dança, muito barulho. Até filmagem foi feita. A pequena cidade de Pindorama demorou para esquecer essa festa).

À luz da saga do imigrante, a festa pode ser tomada em seu sentido de

comunhão, congregação e re-união e, de certa forma, no sentido sagrado de agradecimento às boas colheitas, aos filhos gerados na nova terra. Festa de bodas de ouro não deixa de ser a confirmação de um ato ritualístico, reencenado para simbolizar a estabilidade (ou renascimento) do homem imigrado e plenamente adaptado à nova pátria: um re-casamento com a ordem do universo, com a harmonia social, com um forte sentimento de agregação - "*resolveram convidar pelo alto-falante*" - e, num sentido cosmológico, com a mãe-terra. A festa, portanto, é a representação de uma liturgia cotidiana, materializada na devoção à terra por meio de um trabalho estafante, repetido de sol a sol. Ela sintetiza, assim, a passagem de um tempo, cronologicamente marcado, para um tempo existencial, e, numa referência a Gusdorf, para um tempo mítico: "*o tempo da festa é o tempo mítico, o tempo inicial, que a liturgia festiva não se contenta apenas com evocar, com comemorar, mas com recriar efetivamente*" (Gusdorf, 1984:126).

Vista para além de seu significado imediato e mais que uma forma de sedimentar o sentimento pátrio que o imigrante desenvolveu na pequena cidade de Pindorama, a festa de bodas representa também a sacralização de um espaço, uma vez que atesta o compromisso dos imigrantes italianos em ajudar a construir uma Nação. O espaço deixa de ser pessoal, para se transformar em espaço vital da existência. É ainda Gusdorf que nos elucida: "*a festa é o grande jogo social da transcendência, o recomeço do Grande Começo, presentificação antes que representação de uma ontologia*" (idem, 127).

O SONHO

N1 - (*Já se passaram muitos anos e muita coisa eu já esqueci. Me lembro bem que meu pai contava que a vida estava*

ficando difícil para os trabalhadores dos campos na Itália. Faltava serviço, e, quando tinha não dava para ganhar nada. Foi quando começaram a falar que estavam precisando de gente para trabalhar nas terras do Novo Mundo, principalmente no Brasil. Tinha de trabalhar duro, mas se podia ficar rico em pouco tempo).

N2 - (Muitos homens vieram, uns com família, outros, sozinhos. Muitos vieram para o Brasil, porque aqui, com a abolição da escravidão, estavam contratando gente para lidar na lavoura. Os que vieram já trabalhavam com a terra, nas suas aldeias, ou faziam serviços gerais nas cidades grandes. Com exceção de poucos, quase todos os italianos trabalhavam na roça. Ninguém era especializado em nada, alguns até eram analfabetos. Mas quem veio, veio com a certeza de que a vida podia ficar melhor e o futuro, mais garantido. Eles diziam que vinham para fazer a América).

Nos mitos, nos contos populares, enfim, nas narrativas de todos os tempos é comum a personagem aventurar-se por caminhos quase sempre obscuros e desconhecidos. Antes de ela empreender a caminhada, que poderá levá-la ao triunfo ou ao fracasso, ela vive momentos de grandes conflitos interiores.

A narrativa aponta essa situação vivida pela personagem como uma sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, resultando em um acordo ou desacordo entre sujeito e objeto; por isso, as estruturas narrativas são registros das histórias dos relacionamentos humanos marcados por conflitos e contratos. Na sintaxe da narrativa há um sujeito destinador que manipula outro sujeito, atribuindo-lhe uma competência para desenvolver determinada tarefa que poderá ser sancionada positiva ou negativamente dependendo de como se saia o segundo sujeito; se para Greimas o esquema narrativo representa, formalmente, o

sentido da vida, como projeto, realização e destino, para Barros a sintaxe narrativa “*deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo*” (1990: 16).

Ora, na história de vida de nosso informante, a situação adversa dos trabalhadores italianos empurra-os para as terras do Novo Mundo: *muitos homens vieram, uns com família, outros, sozinhos*. A adversidade pode ser apontada como o destinador que instiga o sujeito-destinatário a empreender uma jornada em busca de uma vida melhor. É como se ele tivesse ouvido o “chamado da aventura”, que, segundo Campbell, “*significa que o destino convocou o herói e transferiu-lhe o centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida*” (1999:66). A região pode ser representada de várias formas: uma floresta, um reino subterrâneo, uma ilha secreta, uma terra distante.

A corrente migratória de todos os cantos do planeta, em qualquer tempo, figurativiza, na vida real, a trajetória do homem, que alçado à condição de herói, atende ao chamado da aventura par dar um sentido à vida, fazendo do episódio bíblico, centrado na figura de Abraão e resumido na frase “*Deixa tua terra, tua parentela e a casa de teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei*” (Gênesis: 12, 1), a metáfora da saga heróica de nosso imigrante.

A VIAGEM

N1 - (*Eu nasci em 1925, aqui no Brasil. Meus pais eram vênnetos, de Veneza, por isso eram altos, claros, tutti biondi, diferentes dos italianos do sul, como os calabreses, que tinham pele mais escura por causa da influência dos mouros. Pegaram o navio, que trazia imigrantes, em Gênova, com destino a Santos. Muitas e muitas vezes ouvimos essa história contada em família e passada para os filhos, netos nas suas mais diversas versões. Impossível não lembrar tamanha aventura. A primeira classe era*

para os ricos, a segunda, para os remediados, e a terceira, para os imigrantes pobres. Foi nessa que os meus pais viajaram. Eles diziam que era uma espécie de porão, no qual eles vinham amontoados como gado. Não havia muito espaço para todos. E todo mundo tinha medo de ficar doente. Se a pessoa viesse a morrer durante a viagem, o capitão jogava o corpo no mar.

Todo mundo agüentava firme. Meu pai contava que um dava coragem para o outro, pois todos tinham medo da viagem, do mar, da peste, do desconhecido. E todos enfrentavam, porque estavam cheios de esperança. Os homens se distraíam jogando, conversando, fazendo planos. As mulheres cuidavam das crianças, dos que passavam mal, por causa dos enjôos, das torturas).

N2 - (A viagem longa parecia não ter fim e eles tinham que fazer alguma coisa para o tempo passar mais depressa. Muitos, que depois se tornariam compadres e comadres aqui no Brasil, se conheceram na viagem. Era uma confusão geral. Cada família procurava não se separar, com medo de se perder. Mas mesmo assim, os moços e as moças deram um jeito de namorar, fizeram promessas de novos encontros aqui no Brasil. Só que ninguém sabia onde e nem como. O destino era incerto. Só tinham certeza de uma coisa: A América era o Paraíso e o Brasil, a terra da fartura).

Por uma contingência sócio-econômica e por uma questão de sobrevivência, os italianos deixaram a terra-mãe, em sua versão de terra-madrasta, e enveredaram-se pelos caminhos do mar, numa travessia sofrida, em direção a um futuro incerto. Essa imersão marítima, esse mergulho no líquido pleromático, é, ao mesmo tempo, esquecimento e preparação para um re-nascimento, dada por uma relação metonímica entre navio-mar-água. O esquecimento era preciso para a reunião de forças necessárias ao re-começo de uma nova vida, mesmo que fosse um esquecimento temporário que se tornaria recordações contadas nas conversas com

os filhos. A viagem, em péssimas condições, por outro lado, por mares perigosos, representa a prova de força, mergulho batismal, imersão em águas primordiais; como diz Durand, “*as águas seriam, assim, as mães do mundo, enquanto a terra, a mãe dos seres vivos e dos homens... Primitivamente, a terra, tal como a água é a primordial matéria do mistério, que é penetrada, que é escavada e que se diferencia simplesmente por uma resistência maior à penetração*” (1989:89).

Os imigrantes lavraram a terra, araram a terra para edificarem um novo mundo. Esta terra-mãe que lhes propiciou colheitas fartas e uma boa vida. Contextualizada simbolicamente, a América ou o Brasil, como terra de fartura, representa aqui a “*tellus mater*”, que, de acordo com Chevalier e Gheerbrant, tem uma função maternal, pois dá e rouba a vida (1996:879). Atribuir à América as benesses do paraíso, como consta na fala do imigrante, significa transformá-la na terra prometida. Foi por conta dessa promessa que os imigrantes partiram de sua terra natal.

A CHEGADA

N2 - (Os problemas da viagem não terminaram com a chegada do navio a Santos. No porto era uma confusão geral, pais que procuravam os filhos, filhos que choravam porque perderam os pais. Até que apareceram uns homens que começaram a separar as pessoas: homens, de um lado e mulheres, de outro. Mandaram todo mundo tirar as roupas para desinfetar, com medo de que os imigrantes estivessem trazendo a peste por causa das condições de higiene dos navios de imigrantes. Lavaram, secaram em fornos para que a secagem fosse mais rápida. Na hora da devolução, foi um desespero. Algumas pessoas, iludidas com a viagem, compraram roupas especiais para o desembarque. Com a lavagem em série, elas desbotaram, encolheram, amassaram).

N1 - (*Foi nessa confusão, contava meu*

pai, que ele perdeu a bandeira italiana e a brasileira que trazia na bagagem. Logo depois vieram os capatazes, empregados dos fazendeiros, que distribuíaam e encaminhavam os italianos para trabalhar como colonos nas lavouras de café. Alguns vinham em carros de boi para as fazendas mais próximas de S. Paulo, outros pegavam o trem. Não havia tempo para se perder. Os grãos de café, já maduros, tinham de ser colhidos o mais rápido possível. O fazendeiro tinha pressa.

Os italianos ficaram impressionados com a imensidão dos cafezais. "Madonna mia santissima"- diziam sem parar. Meu pai trabalhou como colono, numa fazenda localizada na região de Taiúva e Guariba, principalmente no plantio e na colheita de café. As dificuldades foram muitas, mas nunca pensaram em voltar, porque na Itália as coisas eram piores.

Não demorou muito. meu pai comprou por três contos de réis um pequeno sítio de vinte alqueires em Pindorama. Vieram de carro de boi. Eles contam que demorou muito para chegar. Chovia sem parar, os dois filhos mais velhos já tinham nascido. Foi preciso abrigar as crianças embaixo da carroça. Mas vinham felizes para o pedacinho de terra deles. Quando chegaram, meu pai construiu uma casa parecida com a das de pau a pique, uma espécie de madeira de coqueiro em que os buracos da madeira eram preenchidos com barro. Era o ano de 1912).

"Mas que vejo eu ali... que quadro de amarguras!

É canto funeral!...Que tétricas figuras!

Que cena infame e vil!... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!"

Com os versos acima, do poema "O navio negreiro", Castro Alves registra os sofrimentos a que eram submetidos os escravos ao serem transportados para o Brasil. Considerando-se as condições da viagem dos imigrantes e a recepção que tiveram ao chegar ao Brasil, pode-se estabelecer aqui um paralelo com os escravos. A viagem nos carros-de-boi não deve ter sido muito mais confortável que a do navio. Não é mera coincidência

o fato de eles virem para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Também como os negros, embora de forma mais suave, foram vítimas de uma série de preconceitos com os quais, certamente, eles não contavam. É que, como se pode perceber, uma certa dose de ingenuidade tomava conta dos imigrantes.

Apesar dessa ingenuidade e da falta de cultura, eram portadores de um senso de esperteza que bem explica a facilidade com que se adaptaram à nova terra. Junto com as bandeiras brasileira e italiana traziam também na bagagem um pragmatismo de certa forma didático: a nova terra tinha de ser também a nova pátria, de que a bandeira era o seu melhor símbolo.

As bandeiras, como o tapete de oração dos muçulmanos, representavam, numa miniaturização, a terra natal ou o "arquétipo do continente e do conteúdo" (Durand, 1989:149). Numa duplicidade, ao mesmo tempo de fidelidade à terra natal e de apego à nova terra, nota-se um processo de encaixamento/redobramento simbólicos: Pátria-Bandeira-Cidade, esta última como destino final dos imigrantes, palco de coexistência de um sentimento ítalo-brasileiro, manifestado pelos costumes e hábitos de vida.

A perda das bandeiras reafirma simbolicamente a idéia de encaixamento e redobramento. Num re-nascimento as lembranças passadas devem ser esquecidas para se tornarem memórias de vida e, como memória, mais do que recordações, serem histórias de vida. Assim, a perda das bandeiras pode representar uma dupla negação - uma denegação - do símbolo e do sentimento de amor patriótico para re-afirmar o respeito à Terra-Mãe, que nesse caso é a terra escolhida, a Canaã, metade Itália, metade Brasil. Não seria impertinente, recorrermos ao significado simbólico da palavra Pindorama, palco de todos os acontecimentos, que em tupi-guarani seria a Pátria originária, a "Terra das Palmeiras". A tomada da terra com o

sentido de continente geral, através de um sentimento patriótico, fez com que este sentimento fosse a "intuição subjetiva de um isomorfismo matriarcal e telúrico", segundo Durand (1989:160).

A LIDA

N2 - (Foi aqui que tiveram de mostrar se eram mesmo corajosos. Era uma floresta só. E para cultivar a terra tiveram de abrir picada na mata. Tudo feito na força braçal, com facão, com enxada. A mata era o maior perigo, por causa dos animais, das árvores muito fechadas. A natureza foi o maior empecilho. Plantaram café, cereais, tudo na base de ferramentas antigas. Parece que tudo dava certo para os imigrantes. Os italianos formaram a maior parte dos cafezais de S. Paulo. Teve um tempo em que os italianos arranjavam emprego com facilidade, porque tinham jeito para o cultivo e além disso não tinham preguiça. Isso gerava um pouco de ciúmes nos brasileiros).

N1 - (Meus pais sempre comentavam que não foi difícil perceber que havia preconceito e grande prevenção contra os imigrantes italianos. Pegaram mania de xingar eles de carcamanos, só para ofender.

Mas nunca eles criaram inimizades. Pelo contrário, se entrosaram muito bem com todos - brasileiros natos, portugueses, espanhóis, árabes - imigrantes também como eles. Acho que nesse ponto foram inteligentes, apesar de analfabetos. Sabiam que as coisas por aqui tinham de dar certo, porque não tinha volta. Tanto é que os meus pais só falavam italiano entre eles, e não com os filhos. Acho que deu certo também porque nunca se iludiram, achando que as coisas iam cair do céu. Trabalharam duro. Meu pai ia para a roça. Quando os dois irmãos mais velhos ficaram grandinhos, eles alternavam a roça com a cartilha. Um ia para a lavoura, enquanto o outro ia para a cidade aprender a ler e a escrever. No dia seguinte, trocavam. Eles aprendiam com o único professor que ensinava adultos e crianças. Eu não cheguei a conhecer, mas

ele chamava Ananias .

Minha mãe, como todas as outras mulheres de imigrantes, trabalhou duro para ajudar meu pai. Criou nove filhos, levava comida na roça para os homens. Meu pai já tinha conseguido contratar alguns camaradas. Nem se falava em água encanada. Ela tirava água do poço, puxada com sarilho, uma espécie de cilindro onde se amarrava uma corda. Na outra ponta da corda, prendia-se um balde, que era lançado ao fundo do poço. Tinha de fazer o balde subir cheio de água. Tudo na base da força braçal. As mulheres dos imigrantes, sim, é que trabalharam. Nas casas não havia luz elétrica, As roupas eram passadas a ferro a brasa.

Era a época da primeira guerra. Começou a ter racionamento de alimentos. Faltava farinha para fazer pão. As mulheres faziam pão com mandioca. Mas minha mãe nunca deixava faltar pão, que era assado no forno a lenha, construído no quintal das casas. Se tivesse necessidade, as mulheres também iam ajudar na roça, ou então ficavam no terreiro abanando o café com aquelas peneiras grandes. Elas colocavam as crianças sentadinhas numa bacia e olhavam toda hora, com medo que aparecesse algum animal, alguma cobra.

Apesar de toda essa luta, nunca pensaram em voltar).

Somos tentados, num primeiro momento, a considerar a saga do imigrante italiano uma obra humana de natureza e de mérito masculinos. E na verdade o facão para abrir as matas, a enxada para arar a terra são os instrumentos manipulados exclusivamente pelos homens e índices da luta vitoriosa do imigrante.

No entanto, coube à mulher do imigrante um papel fundamental nessa vitória, pelo senso de companheirismo (trabalharam duro como os homens), pelo espírito de agregação (elas levavam comida para os homens na roça), e pela facilidade com que se adaptaram às circunstâncias (na falta da farinha, o pão era feito de mandioca, mas ele nunca faltava).

Numa narrativa os objetos são

actantes que participam diretamente integrando-se à narração e sofrendo tanto o investimento de um projeto feito pelo narrador, como a atribuição de um determinado valor - adquirem o *status* de objeto-valor -; assim, o pão para o imigrante, que é o alimento da sobrevivência e sem o qual não se pode passar, reveste-se das especificidades do objeto-valor, na fala do informante: "minha mãe não deixava faltar o pão".

O pão reveste-se de um simbolismo duplo; é *nutriente* - alimento universal nas culturas de todos os tempos; é alimento bíblico, juntamente com o leite e com o mel - e *alimento espiritual* - o pão da vida, o pão sagrado da vida eterna, o corpo de Cristo. Associado ao vinho, que se relaciona à vida contemplativa, o pão liga-se à vida ativa (Chevalier e Gheerbrant: op. cit: 682). O pão e o vinho protagonizam o dia-a-dia dos costumes italianos e na narrativa do imigrante, sobretudo o pão, passa a ser o objeto-valor pelo qual o sujeito-mulher administra cotidianamente a trajetória heróica do imigrante.

O PROGRESSO

N1 - (*À custa de muito sacrifício e trabalho, meu pai comprou o primeiro caminhão, um dodge, que era usado para transportar o café da roça para o terreiro. O café dava lucro. As floradas prometiam. Dava gosto andar pelos carreadores e sentir o cheiro das flores brancas do café. Nessa época, nem se falava em ferrugem nos cafezais paulistas. Era plantar, cuidar, esperar a colheita. O segredo era um só. TRABALHAR, TRABALHAR.*)

N2 - (*A família prosperava, assim como outros imigrantes.*

Sempre havia o perigo das geadas, que prejudicava a produção. Todos os filhos já eram nascidos. A prole crescia em saúde e em patrimônio. Conseguiram comprar a primeira fazenda, num bairro rural chamado Canjica. Com o tempo, comprariam fazendas no Mato Grosso e também no Paraná.

Na Canjica, os filhos mais velhos é que

se encarregaram de derrubar a mata e plantar o café. Eles já eram casados e as mulheres deles, as noras, deram duro também, porque tinham de cozinhar para aquele monte de camaradas que iam ajudar na lavoura. Também tinham conseguido comprar uma máquina de benefício de café, que limpava o grão da palha e deixava o café no ponto para a venda. A saca de café limpo dava mais lucro que a de café em coco.

O grande inimigo mesmo estava para chegar logo mais. A quebra da bolsa de Nova York, que levou a economia americana à derrocada, refletiu profundamente na vida dos plantadores de café do Brasil. O estoque ficou encalhado, porque eram os Estados Unidos o maior comprador. O país foi à bancarrota, porque não tinha exportação. O governo brasileiro chegou a queimar lotes e lotes de café. Mas não adiantou, foi uma quebradeira geral).

N1 - (*Eu era muito pequeno e não me lembro bem. Mas de tanto comentarem, sei que foram momentos de aperto, mas ninguém desanimou, pois, com o passar do tempo, as coisas se ajeitaram e a luta continuou.*

O que ajudou minha família era que o meu pai sempre foi prevenido, não esbanjava, tinha o nome respeitado na praça e sempre procurava fazer uma reserva. Teve uma época que ele guardava o dinheiro em casa, num canudo feito de folha de zinco. Ele sempre tinha uma reserva).

N2 - (*Mas os italianos ainda iam ter de passar por outros problemas. Durante a segunda guerra, como a Itália estava do lado da Alemanha, os italianos daqui foram perseguidos pelo governo brasileiro. As pessoas diziam que eles eram súditos do eixo e pertenciam à quinta coluna. Alguns tiveram os seus bens confiscados nas pequenas cidades, o delegado local é que se encarregava de cumprir essas ordens superiores. Precisavam de salvo conduto para viajar. De alguns tiraram o rádio, alegando que eles ouviam notícias do eixo).*

N1 - (*Do meu pai, retiraram do caminhão uma peça chamada martelete e*

sem ela, ele não andava. Fez muita falta durante a colheita. O mesmo caminhão que foi levado para São Paulo, para ajudar na revolução de 32 e que foi devolvido, assim que acabou a revolução. Mas meu irmão teve de ir a São Paulo, para reaver o caminhão. A guerra estava chegando no final e já não era mais necessário ter o salvo conduto. Foi nessa época que os italianos foram muito insultados, discriminados e xingados como nunca de carcamanos.

Mais uma vez os imigrantes mostraram que eram bravos. Ficaram tristes por tudo isso, mas o amor que tinha pelo país e pela nossa cidade era maior. O meu pai já era nessa época uma figura muito popular. Não havia quem não conhecesse o João de Paula, como era chamado por todos. Ele gostava muito de andar num *fordinho* 29. Assim que foi melhorando de vida, foi se tornando um benfeitor. Colaborava com os empreendimentos, com as festas, enfim com o progresso da cidade. Meu pai sempre quis esse progresso. Esse espírito construtivo, já se tornava marca registrada da família. Qualquer construção que fosse feita na cidade, de praça, de igreja, de estrada, minha família contribuía. Davam o que tinham, sacas de café, algumas cabeças de gado, um ou outro terreno para a construção de benfeitorias públicas. Um de seus filhos chegou a ser prefeito da cidade e todos os outros, talvez pela luta que travaram, tinham um pouco desse espírito de cidadão benemérito.

Pena que tudo isso acabou. Os tempos mudaram. A família não conseguiu mais acompanhar as mudanças. Faltou esperteza, cultura, senso de administração. Só trabalharam, não souberam pensar no futuro. Pelo menos os filhos mais novos conseguiram estudar e se formar. Eu e outro irmão estudamos para ser guarda-livros, o que é hoje contador. O outro se formou advogado na São Francisco. Os netos não foram criados para a vida na lavoura. Pelo menos conseguimos encaminhar eles para os estudos. Pensando bem, essa foi a maior herança).

A luta diuturna do imigrante na terra forjou-lhe o caráter e a sensibilidade. Se

de um lado sedimentou-lhe a ética do trabalho, de outro, refinou-lhe o espírito, ensinando-lhe a resignação como princípio de vida e a paciência da espera do tempo da frutificação. Aceitaram as perdas causadas pelas intempéries que afetavam as colheitas. Por mais que trabalhassem a terra escaldante, o que regia seus princípios era a compreensão cíclica de vida e morte contida num simbolismo lunar, porque só o "ritmo lunar tem a lentidão 'tranquilizadora' propícia à instauração de um filosofia agrícola" (Durand, 1989:203). Desta forma, o ritmo do arar a terra coincidia com o esquema rítmico do tempo que determinava o período do floração e da frutificação.

A família do imigrante não apenas cultivou a terra, mas antes de tudo cultuou-a e deixou às gerações seguintes - os netos - uma outra cultura, a cultura dos livros, como fica demonstrado na frase: "Pelo menos conseguimos encaminhar eles para os livros. Pensando bem, essa foi a maior herança".

O fruto e o conhecimento precisam para o seu amadurecimento da lentidão do tempo que inscreve o ritmo e o progresso às culturas, por meio de um movimento cíclico; na cultura da terra, espera-se o tempo da frutificação, na dos livros, o desvelamento do conhecimento, e, em ambas, o aprimoramento da alma. Cultivar e cultivar a terra traduziu-se num vínculo de natureza agrícola-existencial, pois a vida de todos os dias sedimentou vivências e convivências. Esta dedicação à terra criou um vínculo de identificação - senão de individuação - muito estreito entre o imigrante e seu objeto de trabalho por uma complementação homem-terra, homem-lavoura, homem-semente, homem-promessa. Por este motivo, o espírito aventureiro do imigrante extrapolou o pequeno núcleo familiar, alcançando outros espaços: a cidade. Com a oferta de grãos de café, de cabeças de gado, a cidade edificou-se; graças aos frutos da terra, que puderam colher. Numa relação metonímica da

parte pelo todo, a cidade erigiu-se em Nação, consolidando um amor pátrio pela nova terra - assim, justificam-se as bandeiras na mala do imigrante.

OS COSTUMES

N2 - (Mesmo quando a lida na lavoura ia de sol a sol, se tinha tempo para o pão, o vinho e a sanfona).

N1 - (Meu pai tocava sanfona. Não consigo me lembrar de tudo, mas da sanfona lembro, me lembro bem, era uma sanfona de oito baixos. Ele gostava de tocar, de cantar e de dançar. Não me esqueço de uma música que chamava *Ciao, ciao, muritina bela*. Ele era muito alegre. Era exigente com os filhos, mas nunca batia, nem castigava. A generosidade era seu jeito de ser mais visível. Adorava prostrar com as pessoas. Por isso ficou logo popular. Já minha mãe quase não conversava muito. Antigamente os pais não mimavam os filhos. Não se tinha tempo para isso. Era de poucas palavras, séria demais, um pouco seca, até com as filhas. Com ela tinha de andar *direitinho*. Mesmo desse jeito, ela estava presente nas festas. Às vezes vinham as pessoas das colônias vizinhas. Ai juntava bastante gente. Comia-se muito. Muita polenta com frango. Não dá para esquecer a polenta saída do fogo, com molho e queijo derretendo por cima. Sempre tinha também o *radichio*, chamado também de *chicória*, refogado no azeite de oliva e alho frito. A *macarronada*, com macarrão feito em casa, pão de forno e muito vinho para alegrar a todos. Havia dança. Os homens tiravam as mulheres para dançar. Os italianos eram alegres. Depois os filhos foram se casando. A maioria se casou com descendentes de italianos ou de outros imigrantes. Os brasileiros puros consideravam-se nata da sociedade e não se misturavam com os filhos dos italianos maledetos.

Os filhos com as noras continuaram a ir nos fins de semana. Os homens ficavam na varanda. As mulheres na sala. Não tinha muita luz, às vezes nem mesmo muita conversa. Os velhos morreram. Acho que um pouco da alegria ficou perdida. Não

sei onde nem porquê).

CONCLUSÃO

Na diacronia do tempo, a saga do imigrante - a partida, a chegada, a luta, o progresso - concretizou-se, e em meio aos grandes acontecimentos, as pequenas ocorrências do cotidiano foram significativas para a compreensão da alma do homem que atravessou o oceano em busca de um sonho. A alma do imigrante adquiriu sua forma em consequência da luta com a terra e da maneira que encontrou para acalantar o corpo cansado do trabalho de todos os dias, como diz o narrador: "*Mesmo quando a lida na lavoura ia de sol a sol, se tinha tempo para o pão, a sanfona e o vinho*".

A vida não se tece apenas na linearidade dos fatos, pois estes se transformam a partir da ação do homem e dos valores que lhe são atribuídos. O gesto e os pequenos eventos que ocorrem na sincronicidade da vida são fundamentais para o entendimento da sociedade, por isso a observação dos costumes cotidianos dos imigrantes é necessário para compreender que o vinho era uma forma de celebração da vida sobre os infortúnios da morte, que o aquecimento do álcool e a embriaguez promovem um outro tipo de conhecimento das coisas, avisando que a vida não pode ser feita somente de trabalho; assim era, também, a sanfona que substitui o arado, e a dança que substitui a faina de todos os dias. O vinho, na sua simbologia, confunde-se com o isomorfismo das valorizações sexuais e do sangue, que "*é sinal de uma grande vitória sobre a fuga anêmica do tempo*" (Chevalier e Gheerbrant, 1996: 955).

A um idoso rememorar tudo o que materializou o significado da vida sempre gera certo conforto interior. Narrar sua própria vida pressupõe um resgate desse tempo passado que a memória recuperou para fazê-lo escapar "*ao tempo da quinta raça, feita de cansaço, de miséria e de angústia*" (Vernant, 1990:114).

A narrativa de história de vida do imigrante representa o modo de restaurar uma vida tecida pelas relações homem-terra, em especial o que aí se moldou em matéria existencial de um tempo passado, sobretudo quando o presente é vazio e fugaz. Só a memória preenche o presente e, livrando-o de uma efemeridade inconsistente, eterniza-o. E só ela atualiza pela palavra narrativa o que teve significado no passado.

A epígrafe deste trabalho ilustra exemplarmente a salvação do passado pela memória. "Nada pode o olvido", isto é, o esquecimento não consegue nada contra o apelo do Não, ou seja o apelo do que já foi e que confunde o coração do poeta, porque o presente já não tem tanta importância. As coisas passadas, sim, é que voltam mais belas ao presente. Em síntese, fica o que significa ou o que significou.

E o que significou para nosso informante foi "andar pelos carregadores e sentir o cheiro das flores brancas do café". As flores brancas que já não existem mais porque os cafezais foram dizimados e transformados em canaviais. Agora, em vez de flores, os pendões da cana anunciando a proximidade do corte e a tão nefasta proximidade com sua chuva de fuligem.

Já não há mais histórias a contar, como as que havia na espera da colheita cíclica do café, histórias quase míticas, pois presentificavam as experiências cotidianas, o significado que elas tinham para seus agentes, impregnadas, portanto, de um sentido ontológico. O tempo de frutificação era também o tempo da narrativa.

A história de vida, objeto de análise deste trabalho, pretende ser um resgate desse tempo e ao seu narrador podemos atribuir as marcas apontadas por Benjamin e assim sintetizadas: "*O narrador - eis um indivíduo capaz de permitir que o pavio de sua vida se consuma inteiramente na suave chama de sua narração*" (1975:81). À guisa de

Sherazade, ao nosso narrador, o lema: narrar ou morrer.

A título de palavra final, histórias de vida reabilitam a arte de contar, cujo declínio tem sido apontado pelos estudiosos da narrativa, como Benjamin. Contra isso, melhor ficarmos com Ricoeur: "*Talvez seja necessário (...) acreditar que novas formas narrativas estejam nascendo; elas atestarão que a função narrativa pode se metamorfosear, mas não morrer. Pois não temos idéia do que seria uma cultura em que não se soubesse mais o que seria narrar*" (Ricoeur, 1995:46).

* *Antonio Busnardo Filho e Maria Ivoneti Busnardo Ramadan são doutores em Educação pela Faculdade de Educação/USP.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de
(1990) *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática.
- BENJAMIN, Walter
(1975) *O Narrador*. São Paulo: Abril Cultural.
- CAMPBELL, J.
(1999) *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Cultrix.
- CERTEAU, Michel
(1994) *A Invenção do Cotidiano: Arte de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 11ª ed.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alan
(1996) *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- DURAND, Gilbert
(1989) *As Estruturas Simbólicas do Imaginário*. Lisboa: Editorial Presença.
- GUSDORF, G.
(1984) *Mythe et métaphysique*. Introduction à la philosophie. Paris: Flammarion.
- NASSAR, Raduan
(1996) *Cadernos de literatura brasileira*. São Paulo: Instituto Moreira Sales.
- RICOEUR, Paul
(1995) *Tempo e narrativa*, vol. II. Campinas: Papyrus Editora.
- REIS, Carlos
(1995) *O Conhecimento da literatura: Introdução aos estudos literários*. Coimbra, Almedina.
- VERNANT, J.P.
(1990) *Tempo e Pensamento entre gregos*. São Paulo: Paz e Terra.

GUARDIÕES DE MEMÓRIAS

A força dos arquivos pessoais

Maria Catarina Chitolina Zanini *

Este breve ensaio¹ tem a pretensão de, por meio da descrição de momentos de minha pesquisa etnográfica² entre descendentes de imigrantes italianos da região central do estado do Rio Grande do Sul, salientar o quanto a identidade étnica e a construção de memórias se assentam tanto em narrativas como em objetos e lugares (especialmente as casas) dos quais os indivíduos extraem sentido e força para constantemente reatualizarem suas noções de pertencimento grupais (e pessoais também). Tais objetos e lugares são considerados sagrados pelos seus detentores, guardados e conservados como relíquias de família e, por eles, e em torno deles se reforça todo um zelo aos antepassados, ao *tempo dos antigos*³ e tudo o que deles exala. São, em termos antropológicos, portadores de *mana* (Mauss, 1974:138), e as narrativas acerca das origens, por vezes, se inspiram neles e deles extraem legitimidade e temporalidade.

A casa e seus cantos

O desejo de escrever sobre a casa como lugar de encontro etnográfico, assento identitário e fonte de

pertencimento (e não só) surgiu com base em visitas feitas a meus entrevistados e o quanto a referência a casa dos *antigos*, seus antepassados, era algo recorrente. Algumas dessas narrativas me marcaram profundamente, tamanha a força dos sentimentos a elas referidos. Para conhecer a *casa dos antigos* muitos descendentes haviam realizado viagens a outras cidades, a outros estados e mesmo para a Itália, a fim de poder estabelecer contato com o local de origem das famílias, ponto de partida das sagas migrantistas. A força evocativa desses encontros era algo que havia permitido a muitos descendentes a manifestação de sentimentos ligados ao universo das origens e possibilitado a reconstrução de suas trajetórias de pertencimento étnico e, porque não dizer, de vida também.

Um encontro etnográfico especial me foi permitido em uma visita realizada a uma senhora, descendente de imigrantes italianos, que me recebeu num antigo casarão da família, mantido como um patrimônio familiar. Foi após esse encontro que percebi o poder da casa como espaço simbólico mantenedor das memórias e das identidades pessoais e coletivas. O prédio ao qual me refiro se encontrava relativamente conservado e servia

como estadia de descanso de familiares e também, percebi eu, ao encontro consigo mesma. Era ali que a memória se aconchegava, e o passado, manifesto nas paredes, portas e cômodos, vinha dialogar com o presente. Naquele espaço, vivia-se o presente no constante ressurgir do *tempo dos antigos* que pairava nos objetos, nos cheiros, nas formas, no ruído do chão de madeira, em praticamente todos os cantos. Tudo o que ali habitava poderia ser considerado fonte de sacralidade de onde se retirava forças para prosseguir no cotidiano viver. Força essa contida nas trajetórias de vida dos antepassados, pioneiros colonizadores do lugar e exemplos de valores a serem seguidos.

Quando visitei essa senhora pela primeira vez, recebeu-me no que seria o salão de visitas da casa no passado. Enquanto falava, referindo-se ao prédio, eu, cada vez mais, recordava-me das palavras de Bachelard: da casa, ao canto, às gavetas, à concha, onde o interior e o exterior conseguem, numa dialética profunda, se tornarem palavras, sentimentos e encontro. E, no caso dessa descendente de imigrantes italianos, palavras doces, muito doces, que faziam daquele lugar algo do encontro consigo mesma, com o passado, com a juventude, com os sonhos não-concretizados, seus, do lugar, da família. Naquele momento particular, a continuidade psíquica (Bachelard, 1994:8) era uma *obra*, única e ritmada⁴. Tempo e espaço se processando enquanto narrativa. No instante, acoplava-se o tempo às coisas do lugar, suas escadas, janelas, paredes e objetos e, nesse momento sim, percebiam-se sua eficácia e realidade. Uma realidade que, somada por instantes transformava-se numa *durée*, numa obra⁵. Um tempo que, naqueles momentos, se tornava lacunar e dialético e que, na *metáfora da continuidade*, se revelava em palavras,

gestos, sentimentos, acontecimentos e em silêncios também.

Dona Speranza⁶ me narrava a história da casa, a sua história, a história de sua família, a história do lugar, casa à casa, família à família, sempre com referência ao prédio. Era dali que o mundo exterior se expandia. Conduzia-me à janela, por vezes, para mostrar-me alguma outra casa, algum outro lugar, alguma recordação a mais. A casa, enquanto imagem, reivindicava outras imagens. Quanto mais me falava sobre esta, mais eu ali encontrava a viabilidade de uma *topoanálise*⁷, em que, conforme Bachelard, “a imagem da casa se torna a topografia de nosso ser íntimo” (1996:20). Percebia, diante de mim, uma pessoa se desvelando, seus sentimentos, o aconchego que aquele lugar lhe proporcionava e a imagem dos anos que se passavam, nas palavras dela, e também no que em mim tais palavras invocavam. Afinal, eu também era uma mulher e descendente de imigrantes italianos. A casa permitia a sensação de que a existência narrada poderia formar uma circularidade possível. O passado e o presente ali se fundiam, intercruzavam-se e a história do lugar e da colonização locais só faziam sentido para ela se fossem narrados partindo dali, daquele lugar, daquelas janelas por onde se olhava o mundo. Naquele encontro espaço-temporal, mais do que um indivíduo particular, revelava-se a existência de uma mulher pertencente a uma determinada ordem de mundo. Sua história de vida, que poderia ser a história de vida das mulheres descendentes de italianos, que possuíam um determinado capital financeiro e cultural, se fixava nas memórias possibilitadas pelo lugar. E, com que gosto, posso dizer, todos os cantos ali possuíam uma pequena história a ser partilhada. Enfim, havia ali espaço para uma determinada

vivência do sagrado e onde objetos, para ela muito valiosos, eram guardados. Ela é o que denomino de guardiã de memórias familiares, ou seja, aquela pessoa que, no interior das famílias ou dos grupos, é legitimada como detentora do passado e das memórias coletivas porque as cultiva com zelo. Inúmeros eram os objetos guardados ali e que me foram mostrados: móveis, documentos, utensílios de cozinha, fotografias. Coisas que, segundo ela, tinham que estar naquele espaço, pois aquele era o seu lugar.

Para Bachelard, só habita com intensidade aquele que soube se encolher, ou seja, transformar a casa num universo, numa concha onde se pode efetuar a ligação entre o cheio e o vazio. E, ali estava uma habitante de uma casa que simbolizava uma trajetória individual e, ao mesmo tempo, coletiva, porque invocadora de muitos outros personagens e narrativas. Uma casa de recordações onde ainda se percebia, imaginariamente, o movimento dos visitantes, o cheiro da comida, o burburinho de uma rua que existiu há muito, muito tempo. Ali havia raízes, um espaço vital, uma fonte de pertencimento, de referência, que iam muito além da própria experiência de vida de Dona Speranza. Naquele instante e naquele espaço, mesclavam-se narrativas antigas ouvidas de outros, com outros, uma história compartilhada, desejosa de ser perpetuada. Era a sua história mesclada com a história dos antepassados, suas labutas, suas alegrias e tristezas.

A casa viabiliza uma certa noção de estabilidade, de segurança e de refúgio e os objetos que nela habitam também (Bachelard, 1996:36). É ela que abriga o devaneio e que protege o sonhador para que este possa sonhar em paz (ibidem:26). E é no devaneio que o homem encontra os valores que

o marcam em profundidade⁸. É ele também que liga os pensamentos, as lembranças e os sonhos, e a casa é a força de integração que isso permite. Para Bachelard, é ela que mantém o homem através do céu e das tempestades da vida, ela é corpo e alma, um grande berço no qual o homem é colocado antes de ser jogado no mundo (Bachelard, 1996:26). Portanto, o canto do devaneio, onde as imagens podem ser produzidas é que estabelece o calendário de nossa vida, ou seja, é o espaço que permite as *dialéticas da duração*, pois o inconsciente permaneceria nestes locais (ibidem:29). Além disso, toda memória precisa ser reimaginada (ibidem:181)⁹, e eu estava presenciando esse momento único, no espaço da casa e das narrativas que o encontro etnográfico permitia. Naquele instante, o repouso era uma *vibração feliz* (Bachelard, 1994:9) que se permitia existir através do lugar. Quase um século de história estava sendo traduzido ali, através do olhar de uma mulher pertencente a uma determinada classe social, portadora de um determinado estilo de vida e que me narrava com um gosto único sua existência pessoal.

A força simbólica da *casa dos antigos* foi por mim observada em várias entrevistas realizadas. Aquela casa, que permanecia nas memórias, não era algo que necessitasse estar materialmente referenciado, era antes um ponto de referência de uma trajetória, de uma linha de origem. As descrições dos encontros entre os descendentes e estas foi algo fundamental para minha pesquisa, pois pude observar o quanto a etnicidade é uma construção que tem por base afetividades construídas sobre noções espaço-temporais. Observei que, aliada à construção de uma determinada visão de mundo e de um *ethos* específico, a pesquisa das origens permite um olhar

na intimidade de seres humanos marcados por culturas específicas assentadas em lugares específicos. Quanto à intimidade, diz Bachelard que, mais urgente que a determinação das datas biográficas é a localização nos espaços desta (1996:29). Essa intimidade, que sai do outro, se torna palavra, imagem presente e passada e se confunde com a nossa própria história que torna o encontro etnográfico um momento único em que pesquisador e pesquisado refazem-se igualmente: um, por meio da narrativa, ato conjugado, outro, pelo ouvir, na partilha. Enquanto ouvia, eram invocadas dentro de mim as reflexões de Bachelard, e as imagens refletidas percorriam minha memória e ressoavam, como se estivesse a ouvir do filósofo: “imaginar será sempre maior que viver” (1996:100). E ali, naquela sala-de-estar, com aqueles móveis, fotos e fatos antigos, imaginávamos juntas: Dona Speranza, por meio de suas lembranças e eu, de minhas leituras históricas e da colonização italiana locais. Posso dizer que experimentei, como em poucas ocasiões de minha vida profissional, o verdadeiro “encontro etnográfico”. Esse encontro, possibilitado pela experiência do ouvir e ver, caras ao antropólogo, fazia de mim uma interlocutora que invocava presenças, sentimentos que se iam desvelando na narrativa. Narrativa essa que foi possível, contudo, somente ali, na casa, no lugar do descanso. Qual o mundo ali refletido? Era o mundo temporal, circularmente inter cruzado com a narratividade¹⁰. Naquele instante, Dona Speranza era autora, narradora e personagem.

Que memória era essa? Era a memória rítmica, na qual o tempo possuía uma espessura, na qual tempos independentes se superpunham, um tempo lacunar e dialético, diria Bachelard, em que a continuidade nada

mais era do que uma metáfora. Ali era o tempo e o espaço do devaneio, daquela melodia espiritual em que os incidentes se encontram paradoxalmente “livres e fundidos” (1994:104). No instante da infância sempre possível, “abrindo sempre diante de nossos olhos um porvir indefinido” (ibidem:134), uma ritmanálise. Esse fio do tempo, cheio de nós, evocando uma realidade. E que realidade era essa? Uma realidade das possibilidades, mais do que de fatos históricos cronologicamente alinhados. Uma realidade na qual as imagens do passado conduziam a uma constante releitura do presente. O passado era relido através do presente e o presente avaliado conforme o passado, fazendo do tempo uma construção que tinha como eixo o espaço da casa, ali, onde o ser se entregava ao encontro consigo mesmo.

Entre seres e objetos o passado se sacraliza

Foi um verão especialmente quente em Santa Maria aquele do ano de 2001. E somente quem conhece os verões da região central do estado do Rio Grande do Sul pode ter a exata noção das sensações, paisagens e estados humanos que tal estado de temperatura provoca. O calor fazia as horas seguirem-se custosamente, talvez por isso, relembrar o passado tenha se tornado algo ainda mais prazeroso, tanto para mim como para alguns descendentes de italianos entrevistados naquele período. Foram manhãs e tardes de muito aprendizado aquelas que passei envolvida com narrativas familiares e conhecendo objetos do tempo dos antigos. Tempo esse que não é cronologicamente marcado, é antes uma divisão simbólica entre mundos, daquilo que reside nas gerações anteriores e do que se encontra

modificado ou “diferente” nas atuais. Esse tempo é também uma dimensão espacial, na medida em que marca as diferentes construções que se faz acerca de si mesmo entre trajetórias, do passado ao presente.

Eu estava realizando entrevistas para minha pesquisa e, cada vez mais, era introduzida nos domínios domésticos de famílias e assim passei longo tempo convivendo com pessoas que me ensinaram, cada uma através de suas lentes próprias, o que significava, em suas vidas, reportar-se como descendente de italiano. Nessas lentes estavam implícitas condições de classe, *status*, gênero, religião e tantos outros elementos que tornavam a pesquisa e o convívio algo muito gratificante. Se eu estava pesquisando quem eram os descendentes de italianos locais, posso dizer que tais homens e mulheres com os quais convivi também estavam descobrindo a si próprios. E, como eu também era descendente, posso dizer que algo de mim também estava ressurgindo por meio da constante estada entre descendentes, de histórias contadas com um tom familiar que me faziam desenvolver um gosto particular pela pesquisa e pelo convívio com eles.

Foi através de meu desejo de conhecer a história da migração italiana local que entrei na vida de indivíduos que guardavam consigo a memória de gerações familiares. Muito aprendi com estes acerca do que é ser um bom descendente, uma boa mulher ou homem italiano, quais sentimentos se devem cultivar, quais atitudes se devem tomar e como a vida cotidiana apresentada nas narrativas era uma luta travada em muitos palcos e domínios. Interessante foi observar como as histórias do passado surgiam e eram narradas partindo de objetos guardados como relíquias familiares. Muitas vezes, com base em um livro, uma fotografia, uma reza, um santinho ou

um documento dos antigos a mim mostrado e comentado é que se refazia o passado.

Em cada visita efetuada a esses descendentes, muitos fatos da vida familiar me foram narrados tendo como fonte tais objetos, verdadeiros fios de ligação entre o seu mundo e o mundo das origens. Tive acesso a cartas, receitas, roupas dos antigos (especialmente roupas femininas), utensílios domésticos, móveis e uma infinidade de objetos considerados relíquias familiares, e por mim interpretados como portadores de uma certa sacralidade. Enfim, uma infinidade de pequenas e grandes coisas que permitiam a muitos desses descendentes se situarem no mundo. Ser descendente de italiano para essas pessoas era poder e, de certa forma, esforçar-se para preservar a memória dos antepassados, suas coisas e valores. Cultivá-los, cuidá-los e exibi-los era uma forma de expandir a força sagrada que neles existia. Força essa que não estava neles necessariamente, mas que, pelas narrativas, emprestavam sentido às suas próprias existências. Admirável era observar o zelo com que tratavam suas memórias tornando fatos não-tão belos em uma festa narrativa que exalava coragem, fé, empreendimento, amor familiar, respeito e sentido de vida. A sacralidade do *mundo dos antigos* construía-se a partir do colorido das lembranças reportadas por objetos do passado. Um passado que guardava seres, sentimentos e forças sociais que não existiriam mais a não ser na constante revitalização narrativa que o zelo a eles propiciava. De afetos e de objetos, inter cruzados entre si, esses descendentes me narravam suas existências e, no interior de suas redes familiares, permitiam a constante reatualização do mito de origem, assentado no processo de travessia oceânica até a atualidade.

Considerações finais

Considero que, no grupo por mim estudado, a reivindicação étnica e a construção de uma memória de descendentes de imigrantes italianos que desemboca na construção das trajetórias familiares, são também uma nova forma de vivência do sagrado e de encantamento do mundo. Isso porque o desvendar das memórias permite que construa uma trajetória de vida na qual o indivíduo percebe a si mesmo numa certa *durée*. Para além disso, compreendo que a reivindicação étnica permite que se extrapolem determinados sentimentos que não teriam voz noutra esfera de relações. A noção de pertencimento é, dessa forma, repleta de construções afetivas. Sentimentos esses que residem em memórias e que habitam em casas, fotografias, narrativas e objetos variados. Enfim, em coisas não-encontráveis no mundo cotidiano, mas que para ele se expandem. Algumas vezes, durante meu trabalho de campo, partindo de uma fotografia dos antigos, guardada em caixas de camisa ou sapatos, pelo zelo de homens e mulheres, é que toda uma trajetória de vida narrativamente se delineava. Ali, naquelas lembranças, residia algo de muito valioso: uma ordem de mundo, de afetos e valores que, quando narrados, assumiam uma aparência de continuidade repleta de sentido.

Compreendo que o interesse crescente que o desvendar das memórias familiares e étnicas tem despertado retira muita de sua força do fato de o indivíduo poder encontrar a si mesmo nessas construções narrativas e, baseado na noção de pertencimento, na valorização da cultura italiana e das *coisas dos antigos*, elevar sua auto-estima também. Isto porque existe acerca do

italiano todo um conjunto positivo de representações que o apresenta como pessoa ordeira, religiosa, apegada à família e trabalhadora, enfim há uma identidade positiva do descendente de italiano em nível local e regional. E, neste mercado de bens simbólicos locais, auto-atribuir-se italianidade significa agregar a si uma trajetória imigrantista considerada de sucesso.

Conforme Halbwachs (1990), a lembrança do passado é a vivência do passado no presente, e aquilo, que não é constantemente invocado ou partilhado, tende a se perder. Enfim, as memórias para sobreviverem, enquanto referência pessoal e grupal, necessitam de assentos, de lugares, de narradores e acima de tudo, de ouvintes que lhes dêem valor. Observei que o hábito de invocar a esses guardiões e ouvir suas histórias tem ocorrido em muitas famílias, inicialmente motivadas pela descoberta das origens, pela pesquisa documental para processos de dupla cidadania ou simplesmente pelo desejo de se conhecer como era o *tempo dos antigos*. Partindo de um lugar (real ou imaginário) ou de um objeto as trajetórias passam a ser narradas, considerando-se sempre que são construções e não necessariamente fatos historicamente comprováveis.

Constatei igualmente que, como entre muitos descendentes de italianos a vivência religiosa católica está enfraquecida, o zelo pela trajetória dos antepassados, suas conquistas e dificuldades tornaram-se uma forma de repassar valores às gerações mais novas. Valores, tais como: coragem para enfrentar adversidades, apego ao trabalho como forma de ascensão social, respeito à família e uma constante redefinição do italiano como grupo religioso, trabalhador e progressista. Dessa forma, possibilitar e reforçar a auto-identificação das gerações mais novas com esse ideário

é uma forma de transformar a origem num guia para a ação, permitindo uma filtragem entre o que é do *mundo dos antigos* para o que deve permanecer no mundo dos novos como sinais diacríticos da identidade étnica.

* *Maria Catarina Chitolina Zanini é Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.*

NOTAS

1 - A noção de arquivo pessoal é inspirada em Philippe Arteriéres, para quem a organização e a prática de um arquivo pessoal permite aos indivíduos a construção de uma imagem para si mesmos e para os outros (1998:11) Inspirada nessa noção, considero arquivo pessoal toda a sorte de objetos e elementos utilizados na reconstrução narrativa das trajetórias de vida.

2 - Pesquisa realizada para minha tese de doutoramento em Antropologia Social na USP defendida no ano de 2002.

3 - Por *tempo dos antigos* denomino aquela noção temporal a partir da qual o descendente atual refaz comparativamente a sua trajetória de vida. Esse tempo pode ser referido como sendo há um século, duas gerações ou somente uma geração. Enfim, o tempo dos antigos é aquele tempo que serve de ruptura comparativa, ele é antes um tempo sentido, um tempo simbólico e demarcador de mundos do que um tempo cronologicamente datável.

4 - Para Bachelard, "longe de ser nosso bem essencial, a duração íntima é nossa obra e sempre tem a precedê-la uma ação centrada sobre um instante. É essa ação primitiva que inicialmente deve adaptar-se com maior ou menor exatidão às condições espaciais. Precisamos acoplar nosso tempo às coisas para que ele seja eficaz e real" (1994:42).

5 - Segundo Bachelard, a continuidade temporal é uma metáfora e o tempo só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes (1997:87).

6 - O nome é fictício.

7 - A *topoanálise* seria, conforme Bachelard, "o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima: "Nesse teatro do passado que é a

memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes, acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer "suspender" o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do "espaço" (1996:28).

8 - Para Bachelard, "o devaneio tem mesmo um privilégio de autovalorização. Ele usufrui diretamente de seu ser. Então, os lugares onde se viveu o devaneio reconstituem-se por si mesmos num novo devaneio. É exatamente porque as lembranças das antigas moradas são revividas como devaneios que as moradas do passado são imperecíveis dentro de nós" (1996:26).

9 - Conforme Bachelard, "temos na memória microfimes que só podem ser lidos quando recebem a luz viva da imaginação" (1996:181).

10 - Conforme Ricouer, "...o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal" (1994:15).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTERIÉRES, Philippe
(1998). Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, nº21, v.11, p.9-34.
- BACHELARD, Gaston
(1994) *A Dialética da Duração*. 2 ed. São Paulo, Ática.
- BACHELARD, Gaston
(1996) *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes.
- HALBWACHS, Maurice
(1990) *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Editora dos Tribunais.
- MAUSS, Marcel
(1974) *Sociologia e Antropologia*. Vol 1. São Paulo, EPU/EDUSP.
- RICOUER, Paul
(1994) *Tempo e Narrativa*. São Paulo, Papirus.

DO COLONATO AO ASSALARIAMENTO

Neusa de Fátima Mariano *

Os relatos aqui reunidos são de ex-trabalhadores do campo em Jaú-SP; suas lembranças expressam o modo de vida simples nas colônias durante as décadas de 1940, 50 e início de 60. Os depoimentos versam ainda sobre a sociabilidade nos dias de hoje, no contexto das novas relações de trabalho, com a implantação do assalariamento no campo.

Os ex-trabalhadores em questão são resultado da intensa miscigenação que, no estado de São Paulo, envolveu populações caipiras¹, negros e imigrantes europeus. Foram trabalhadores agrícolas, primeiro como colonos e, depois como assalariados no campo ou na cidade. Como assalariados, muitos tornaram-se moradores da cidade de Jaú e da metrópole paulistana, tendo assim, vivenciado a experiência do êxodo rural.

O município de Jaú (SP) foi grande produtor cafeeiro e receptor de imigrantes europeus, principalmente italianos integrados ao sistema de colonato² e, mais recentemente destacou-se na produção de cana-de-açúcar, já com a implantação do

assalariamento no campo.

Para que se possa produzir documentos a partir dos relatos orais é preciso analisar os mesmos, não havendo como fugir da interferência do pesquisador que, após transcrevê-los, os fragmenta e seleciona trechos conforme o seu interesse. Portanto, as narrativas aqui registradas mostram um passado a partir de lembranças de um momento histórico vivido e sentido, permitindo o entendimento do processo pelo qual se chegou ao modo de vida atual.

Enfim, um modo de vida simples, de trabalho pesado, recompensado de vez em quando por festas é o que revelam os relatos de ex-trabalhadores do campo sobre a vida nas fazendas, sob o regime de colonato.

A VIDA NAS COLÔNIAS

Moradia, alimentação e vestuário

Nas fazendas, os colonos moravam dentro dos limites da propriedade do fazendeiro (ou patrão), e trabalhavam no plantio, manutenção e colheita do café e no plantio de gêneros de

subsistência.

As casas das colônias eram rústicas, com móveis e utensílios muito simples. Geralmente tinham de quatro a cinco cômodos com cozinha, quartos e uma sala; as paredes eram de tijolo e o chão era de tijolo ou de terra batida. A latrina, quando havia, ficava do lado de fora da casa. Não havia luz elétrica, tampouco água encanada. A lamparina e a vela eram objetos fundamentais e a água tinha que ser buscada na fonte, no riacho ou no poço.

“Pegava, geralmente, a água da mina. Mas não era uma água tratada, quer dizer, geralmente, era da mina, senão numa caixa que tinha também pra pegar, mas não era tratada. Geralmente, quando vai fazer comida ferve aquela água, se tiver algum micróbio já mata, mas era desta forma.” (Sr. Sidney³)

Nessas casas, o fogão a lenha fazia parte da sua estrutura, e foi no campo que ele permaneceu por muito tempo, mesmo com o advento do fogão a gás.

O alimento era preparado em casa, muito pouco se comprava na venda da vila; em geral não mais que farinha, fubá, sal, tecidos... Frutas e hortaliças, frangos, ovos e leite eram produtos da

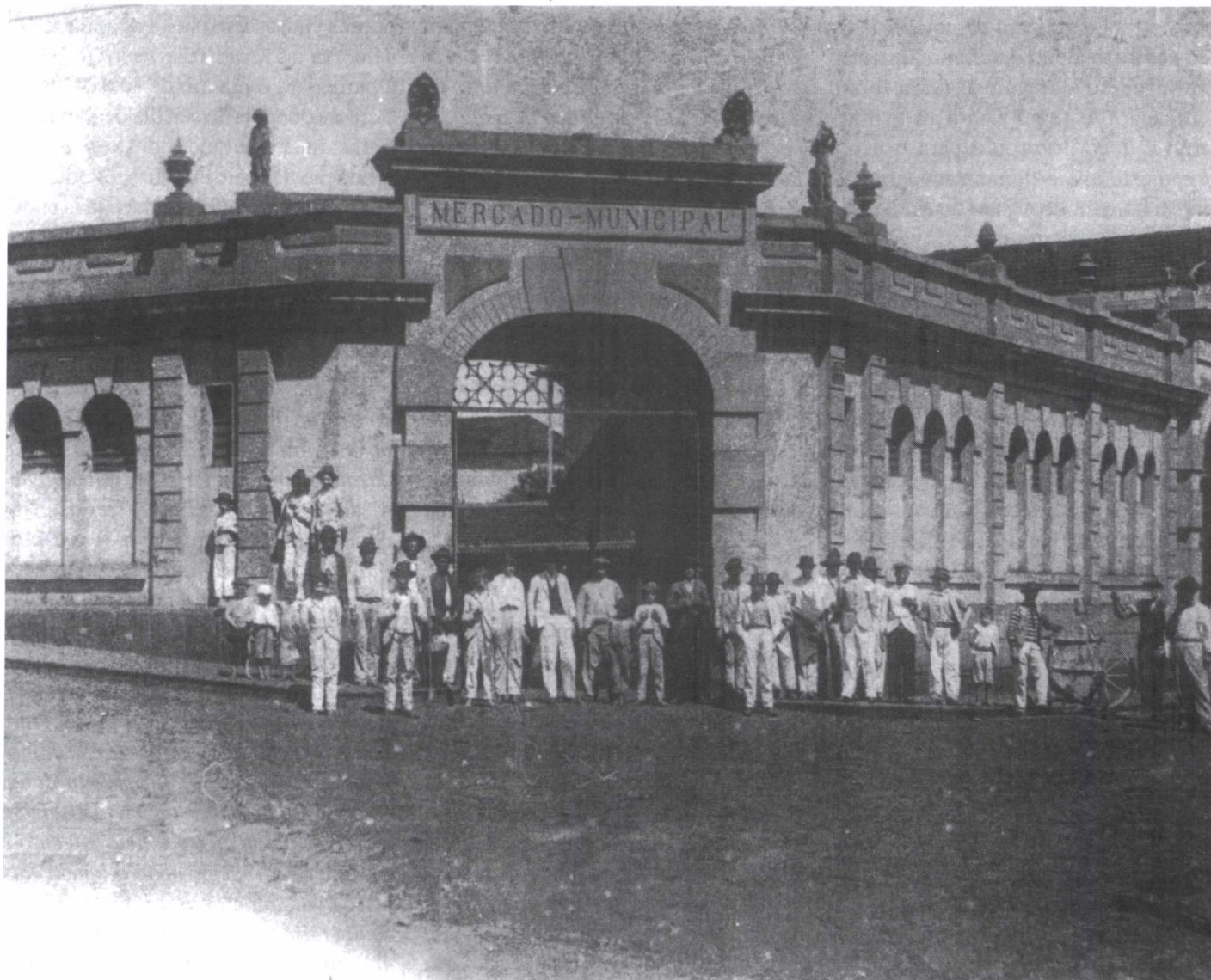


Foto: Arquivo Histórico Fundação Raul Bauab

Mercado Municipal de Jaú / Início do séc. XX

fazenda, produzidos pelo colono. Os alimentos eram preparados artesanalmente, em casa:

“Chegava fim de semana, ela [a mãe dele] costumava fazer muito doce de abóbora. Então ela colocava nós lá para descascar abóbora e tirar semente, aquelas abóboras vermelhas... não era abóbora, era aquelas morangas, aquelas morangas bonitas! Então minha mãe colocava no tacho e nós tínhamos que picar lenha com machado! Todo dia de tarde fazia esse serviço. Colocava lá no fogão, lenha por lenha... com uma pá. Naquele tempo também meu pai

fazia... com uma pá ficava mexendo aquele grosso assim... O açúcar naquela época não era um açúcar especial que nem hoje, branquinho. Era um açúcar mascavo, era um açúcar preto. Então colocava aquela quantidade lá e ia mexendo até dar o ponto. Deixava bem firmar... mas era uma delícia!” (Sr. Sidney)

O pão também era um dos alimentos elaborados em casa, para ser consumido durante a semana repleta de trabalho na lavoura, não havendo, portanto o costume de comprá-lo pronto na venda, na vila.

“Comprava farinha de trigo pra

fazer pão, fazia pão lá no forno. Cada casa tinha um forno de barro, de tijolo pra fazer o pão. Então as próprias famílias faziam pão pra elas.” (Sr. Pedro⁴)

Com a família do Sr. Sidney não acontecia diferente, pois ele conta que não era comum seus pais comprarem pão em padaria. Sua mãe costumava fazê-lo em casa no forno a lenha. Era um verdadeiro ritual nos dias em que se fazia pão na roça, pois além do preparo da massa, tinha que embrulhá-la com a folha de bananeira para proteção contra as cinzas do forno. Este tinha que ser preparado com a

temperatura certa para não queimar o pão por fora e deixá-lo cru por dentro. Era preciso, portanto, uma boa dedicação de tempo para limpar o forno e deixá-lo pronto para o uso, tempo este que o homem moderno – leia-se homem do tempo do relógio e do dinheiro – não tem.

O Sr. Sidney fala da rusticidade na alimentação, da forma simples de elaborar as refeições, convivendo com o improvisado e a criatividade, com os ingredientes cultivados no quintal de sua casa, ou no meio do cafezal. Dos suínos, uma parte da carne era cozida e armazenada em uma lata de gordura (de porco) para a sua conserva, e com a outra parte se fazia a lingüiça.

O preparo do alimento contava com poucos recursos, os quais poderiam facilitar na sua elaboração. Todavia, entende-se também que a comida era farta devido à produção de subsistência, pois o dinheiro pouco mediava a culinária da roça que provinha de uma verdadeira indústria doméstica.

“Naquele tempo não comprava comida (...). Arroz tinha, tinha feijão, tinha porco, tinha galinha... Só comprava sal, farinha e uma ou outra coisa, o resto tinha tudo em casa.” (Sr. Máximo⁵)

Da mesma forma que a alimentação, e fazendo parte dessa indústria doméstica, as roupas eram feitas em casa, usando sacos e, eventualmente, tecidos comprados nas lojas da cidade.

“Minha mãe fazia aquelas calças de alça, comprava o saco na usina [de açúcar], minha mãe tinha aquela maquininha de mão, então fazia as calças que iam até na canela ou até no joelho. Tíngia de azul e falava que era o uniforme da escola. Quando começava a rasgar a calça não jogava fora não, era remendo em cima de remendo, remendo em cima de remendo. Pra falar que comprava

roupa na cidade era muito difícil, não comprava. Roupas para trabalhar era tudo feito com saco de açúcar... O colchão era feito com saco de usina, o lençol era feito com saco, só comprava o cobertor, na cidade.” (Sr. Sidney)

Havia a roupa de trabalhar e a roupa para ser usada no dia santo, ou seja, as melhores roupas eram reservadas para as missas, festas e passeios.

Praticamente não havia a necessidade da freqüente mediação da moeda para a sobrevivência e reprodução do homem do campo por conta da cultura intercalar, do cultivo de horta e da criação de animais, como se verá a seguir.

O trabalho

A chegada de imigrantes europeus, para o sistema de colonato, fortaleceu a idéia de trabalho como necessário à dignidade do homem, e como perspectiva, na prática muito remota, de acesso à propriedade da terra. O colonato não representava uma forma de trabalho tipicamente capitalista, porque combinava o pagamento em dinheiro pelo trato do cafezal e colheita do café com a produção de gêneros de subsistência. O trabalho era regularizado por contrato no qual constavam os direitos e os deveres de ambas as partes: do colono e do fazendeiro.

Em Jaú, no sistema de colonato, cada família contratada pelo fazendeiro cuidava de uma certa quantia de pés de café, que variava um pouco conforme o patrão. Assim, o contrato envolvia a família no trabalho, na fazenda.

O contrato garantia espaço de plantio para subsistência da família do colono, no entanto, em algumas fazendas o plantio entre os pés de café era inviável devido, às vezes, à pouca fertilidade do solo, outras porque o patrão não queria alegando que tal

prática causaria baixa na qualidade do café. Por isso eram reservados terrenos à parte para o plantio de subsistência; o colono, depois do seu dia de trabalho, tinha ainda que cuidar dessa pequena produção. Perante este fato, os colonos procuravam trabalho em fazendas onde eram permitidas as culturas intercalares, cujo cuidado acontecia durante o seu trabalho diário, e também melhores remunerações. Vejamos o relato do Sr. Pedro:

“Colônia é assim: faziam um contrato, tanto por mil pés de café, para tratar o café. Então ali a gente carpia o café, chegava até o tempo de fazer a coroação, limpar tudo... No contrato entrava quanto pagava por dia. Mas era bom, naquele tempo não era tão ruim de se trabalhar, você trabalhava bastante, mas você tinha também, porco, tinha vaca, tinha cavalo, tinha alguns que tinham até charrete. Às vezes o patrão dava um contrato de plantar uma cova de milho cada pé, cada vão: um pé de café, quinze palmo mais ou menos, mede dois metro, um metro e meio, ou então era um quadro, e no meio daquele vão você podia plantar uma cova de milho, então nascia um pé de milho... uns três, quatro pés de milho, mas era uma cova só. Então aquilo ali era seu, conforme o contrato. Conforme o contrato não, às vezes o patrão plantava e você colhia pra ele... Agora, tem contrato que te dá terra para fora, não no cafezal. Ele te dava o dia, tempo para você preparar a terra, plantar e colher. Aí era o patrão que fornecia o tempo para você fazer isso.”

Encontramos aqui uma variação, em que o tempo é cedido pelo patrão ao colono para cuidar da cultura de subsistência, quando esta não era intercalar. O interesse às vezes partia do próprio patrão pois dividia a produção com o colono, estabelecendo uma espécie de parceria.

Diante da necessidade de cuidar de

muitos pés de café e também das culturas de subsistência, a família, quando numerosa tinha maiores condições de se manter, porém não se podia esperar a fase adulta dos filhos. As crianças então começavam a trabalhar muito cedo, algumas deixavam a escola, outras conseguiam conciliar trabalho e estudo.

O Sr. Sidney, nos conta a sua experiência na qual a infância misturava-se com a responsabilidade do trabalho nas colônias de Jaú, já em 1957:

“Desde a idade de 8 anos eu já carpia café. Inclusive, eu e meu irmão, nós íamos um dia sim um dia não na escola pra poder ajudar meu pai a carpir café.”

O Sr. Máximo também começou a trabalhar na roça ainda criança, e acredita que deve ser sempre assim, para que seja valorizado o trabalho dos pais; para ele, desta forma a criança aprende desde cedo a ser responsável e a dar valor às conquistas dos pais.

“Eu comecei a vida na roça com a idade de 7 anos [em 1925] e trabalhei até a idade de 65; esse negócio de pôr essa lei que o menor de idade não pode trabalhar é cria de vagabundo! O cara tem que trabalhar, ele tem que ir na escola, mas tem que trabalhar. A criança não pode ser judiada. Isso não! Mas trabalhar, tem que trabalhar!”

A educação escolar era sempre almejada, porém nem sempre alcançada devido às dificuldades de acesso, ao cansaço provocado pelo trabalho na roça e ao tempo pequeno a ela dedicado. Com muito esforço, algumas crianças conseguiam ao menos aprender a contar, ler e escrever, concluindo apenas as séries fundamentais.

A mobilidade dos colonos interferia na vida escolar das crianças porque, conforme o local as dificuldades de acesso se intensificavam. Importava

saber ler e escrever para não serem trapaceados, enganados nas contas das vendas e nos demais assuntos. Era muito comum o analfabetismo, principalmente entre as mulheres que, ainda crianças, cuidavam da casa e dos irmãos mais novos enquanto os pais e os irmãos mais velhos trabalhavam na roça.

Essa mobilidade dos colonos pelas fazendas era freqüente, na busca por melhores contratos. A mudança acontecia por meio de uma rede de comunicação bastante eficiente, o popular “de boca em boca”, promovido pelo encontro dos “homens da casa” nos bares, na vila, no mercado municipal etc.

No meio das conversas surgia o assunto de trabalho e ficava-se sabendo onde estavam precisando de colonos.

“Geralmente os pais da gente sempre se encontravam... Geralmente era fim de mês... Jaú era pequeno, então se aglomerava tudo, era tudo nesse mercadão aqui. E esse mercado era onde que se juntava todos os colonos de fazenda.” (Sr. Sidney)

A rede de comunicação entre as famílias era grande, pois havia muitos outros meios de sociabilidade, além do encontro na venda, como por exemplo, no seio da própria família, em que irmãos de um colono moravam em outras fazendas. A sociabilidade entre os colonos era forte promovida também pelas missas, festas -religiosas ou não- e pelos campeonatos de futebol.

As festas

“São Gonçalo fizeram uma vez na fazenda do Nenê Camargo, lá no Cesarina. Foi bêbado lá beijar o santo. Naquele tempo costumava beijar o santo. Ele estava bêbado e derrubou o santo, derrubou tudo.” (Sr. Máximo)

“Tinha um homem na colônia que fazia. Não sei que dia que era. Acho

que eles falavam: ‘Vamos fazer festa de São Gonçalo?’ E faziam.” (Sra. Inez)

A Festa de São Gonçalo⁶ era uma dentre outras manifestações religiosas em Jaú. A festa descrita por D. Inez era promovida por um dos colonos da Fazenda do Jessé Lyra. A festa acontecia em uma casinha separada da colônia, para onde ia gente de outras fazendas circunvizinhas participar, pois a mesma era anunciada pelos festeiros, que convidavam a todos da região.

Outras festas que aconteciam por ali eram a Folia de Santos Reis no Natal e a Festa do Divino Espírito Santo.

“A gente pegava o Divino e trazia dentro de casa [a bandeira do Divino, com uma pomba branca desenhada representando o Espírito Santo], aí punha a pombinha na cama, nos cantos da casa, nos quartos e depois de visitar toda a casa, devolvia e ia na outra casa. A gente dava um pouco de arroz, de feijão, o que tinha... Às vezes eles vêm de outra cidade, às vezes era Bocaina ou Jaú. A Folia de Reis, pediam prenda pra fazer a festa. Ouvi falar que faziam que nem uma serenata... eles cantavam e pediam, nem que fosse uma caixa de fósforo, e a pessoa dava.” (Sra. Inez)

Os fatos mais lembrados eram os bailes para comemorar a colheita, ou somente por diversão. O catira, por exemplo, era só a festa do catira, a dança não era dependente de outra festa, embora estivesse bastante presente na Festa de Santo Antonio, durante as Festas Juninas. Era uma dança praticada somente por homens, e acontecia nas colônias e sítios.

“Eles tocavam viola, batiam palma, batiam o pé. E conforme a moda de viola eles dançavam batendo palma, batendo o pé, pulando. Era festa do catira, ficava a noite inteira pulando. Aí fazia uma carreira pra lá

e outra pra cá, era par: se tinha seis pra lá, era seis pra cá... tocando viola e dançando, cantando e pulando. Eles faziam mais era na Festa de Santo Antonio. Fazia aquela festa, suspendia o mastro, era Santo Antonio, São Pedro e São João. Cada um tinha um jeito de comemorar o dia do santo. Uns faziam a fogueira, rezavam o terço, faziam catira e suspendiam o mastro.” (Sr. Inez)

Entre os eventos como festas, cultos religiosos, danças e bailes que aconteciam no meio rural, não se pode deixar de fora as serenatas, praticadas pelos moços das colônias, mais freqüentemente na passagem do ano.

“*La para as casas cantar. Depois da meia noite a gente ia dar o ano novo pra pessoa cantando; era chamado serenata. De casa em casa, em todas as casas. A gente cantava uma música na porta, eles abriam a porta, a gente entrava. Eles davam uma bebida, um pão, bolacha, o que tivesse lá, bolo, café, anizete, quentão. Saía daquela casa, ia pra outra. Na outra casa cantava uma música na porta também. Aí, até eles abrirem, aí eles abriam, a gente entrava. Era difícil não abrir.*” (Sr. Pedro)

A serenata começava num determinado sítio e terminava na fazenda onde moravam os seresteiros, ao amanhecer.

A VIDA NA CIDADE

O fim do colonato e o êxodo rural

A partir da década de 1950, os colonos começaram a procurar melhores condições de vida na cidade de Jaú e região, pois os contratos não estavam mais satisfazendo as necessidades das famílias, que se tornavam numerosas. Com o colonato já enfraquecido, em 1963 o Estatuto

do Trabalhador Rural foi decisivo para o seu fim.

“*Quem foi que acabou com as colônias foi o João Goulart! Precisava todo mundo ter um salário mínimo, ganhar um salário mínimo... Então os fazendeiros se viram obrigados a mandar os colonos embora. Não dava para eles darem um salário mínimo pra todo mundo, e dar a casa pra morar, dar a lenha... então não tinha condição. Acabou a colônia, ficaram algumas fazenda lá, ficou algum [colono] pra tomar conta e os outros... foram mandado embora, e onde foram pra cidade. E agora o patrão pega da cidade quando é tempo de colheita e leva pra colher, que é o bóia-fria, que eles falam.*” (Sr. Pedro)

Com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214 de 02/03/1963) todo trabalhador rural passou a ter direito ao registro na Carteira de Trabalho, garantindo férias remuneradas, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, assim como todo trabalhador urbano.

Desta forma não cabia mais o trabalho familiar nas fazendas, com o sistema de colonato, mas sim o individualizado, com carteira assinada e direitos garantidos por lei.

As pessoas passaram a morar na cidade ou foram para São Paulo e região. A reprodução do ex-colono estava sendo agora mediada pelo salário; seu alimento não era mais cultivado, mas comprado no mercado, na venda. A manutenção de sua família dependia do trabalho assalariado e individual de cada membro da mesma. Não havia mais contrato que pudesse envolver o trabalho familiar, possível somente nos sítios, com os pequenos produtores rurais, ou sob uma forma de arrendamento de terras.

“*Assim que nós mudamos pra Jaú, nós não achávamos serviço por aqui, era difícil. Foi onde começamos a*

trabalhar de turma por aí. Pegava todos os desempregados e saía pelas fazendas fazendo trabalho por aí.” (Sr. Sidney)

“*Nas fazendas tem bem pouco trabalhador. Hoje o trabalhador está na cidade, na área urbana. É bem pouco trabalhador que está na zona rural. Mas, o que está na zona rural hoje é fazenda de usina... Hoje a maioria dos trabalhadores, 90% dos trabalhadores estão na área urbana.*” (Sr. Clemente⁷)

Paralelo ao fim do colonato, já se iniciava o investimento na cana-de-açúcar, que teve maior incentivo com Proálcool – Programa Nacional do Álcool, instituído pelo Decreto nº 76.593 de 14/11/1975. Objetivava-se um combustível alternativo, que substituísse a gasolina, visto o alto preço do petróleo no mercado e, em contrapartida, o baixo preço do açúcar nacional para exportação. O transporte rodoviário já era o dominante, e crescente a desativação do meio de transporte mais barato, qual seja, a ferrovia dos tempos do café.

As usinas açucareiras começaram a crescer, a arrendar terras de sitiantes e fazendeiros para a produção de cana-de-açúcar, tendo destaque a Usina da Barra, situada em Barra Bonita, município vizinho de Jaú.

Conforme Andrade (1994) o espaço do oeste paulista passou por uma forte transformação devido à implantação do Proálcool que, juntamente com demais programas que levantaram a bandeira do desenvolvimento e modernização agrícola, marcaram a monopolização do território pelo capital (Thomaz, 1996):

“Com essa política, o governo atendia segmentos das classes produtoras e justificava a sua política, alegando que ela teria um alcance social, porque criava novos empregos. Esquecia-se que os empregos criados

eram sazonais, que as unidades industriais iriam causar um grande impacto sobre o meio ambiente, com a destruição das matas, a poluição dos rios devido ao lançamento do vinhoto e das águas servidas, e dos solos pelo uso de agrotóxicos nos canaviais.” (Andrade, 1994:60)

O “turmeiro” e as firmas agenciadoras eram os responsáveis legais pelos trabalhadores, detendo o controle da força de trabalho. Estas firmas mantêm contratos com várias usinas e fazendeiros, reúnem os trabalhadores e os distribuem durante os períodos de safra ou quando requeridos, exonerando os grandes capitalistas de tal função.

“Agora, que nem nós que vamos trabalhar na diária, na empreita... a gente pega sete horas, dez para as sete. Na empreita, se você trabalhar um pouquinho mais, você ganha. Agora, se está na diária, vamos supor, oito, dez, doze reais que você ganha por dia, pega às sete e pára às onze pra almoçar; almoça, pega ao meio dia e vai até às quatro horas da tarde.” (Sra. Neide⁸)

Segundo o Sr. Walter⁹, o empreiteiro ou “turmeiro” reúne os bóias-frias e recebe 25% do total da empreitada de comissão.

“Turmeiro é isso aqui: ele abre uma firma pra ajustar, que nem no caso a pessoa que vai trabalhar, está sem serviço, ele contrata pra trabalhar e ele pega o serviço que nem o da usina, dos fazendeiros, ele pega... O fazendeiro empreita cana pra ele cortar; então um tanto pra ele cortar cana, paga pra ele... e ele ganha um tanto pra levar a turma, pra pagar INPS, todos os encargos...” (Sr. Roque¹⁰)

Atualmente há um grande número de usinas na região de Jaú, conforme João André¹¹, Presidente da Casa de Agricultura de Jaú. Os sitiantes

também passaram a produzir cana, ou então a arrendar suas terras para as usinas.

A cidade chegou no campo e trouxe com ela, o empreendimento econômico, a garantia de reprodução cada vez maior de capital, com a instalação de indústrias, usinas e serviços que estes setores envolvem. Expropriados dos meios de produção, os trabalhadores não cultivam mais seus próprios alimentos, transformando-se em consumidores em potencial, pois sua reprodução é desligada da terra e, na cidade, eles têm que se ajustar social e economicamente. Sem a terra para cultivar e com salário pequeno, o alimento é escasso em relação ao que se consumia na roça. Seu alimento passa a ter rótulos e formatos; é trocado por dinheiro, desprendido que está do tempo-cíclico da natureza.

E tudo isso em nome da garantia do direito do trabalhador rural, regulamentado pela legislação. Essa mesma legislação vem legitimando, ao longo dos tempos, a expulsão do homem do campo, trabalhando para a sua proletarianização, individualizando o trabalho com o objetivo de inviabilizar a sua organização¹².

No âmbito deste estudo, é, portanto, no cenário da grande monocultura cafeeira e, posteriormente canavieira, que vemos nitidamente as relações de trabalho se transformarem, diante da expansão do capitalismo no campo, sustentado por políticas de modernização dos campos paulistas e, porque não dizer, brasileiros.

Apesar de todo o processo de modernização, o homem rural ainda guarda em si muitos elementos que o caracterizam como simples. A sua cultura, o seu modo de ser, os seus valores morais e religiosos, as suas crenças ainda persistem diante da dominação crescente da mercadoria e

do dinheiro. As festas religiosas, por exemplo, permanecem nos dias de hoje, ligadas principalmente ao catolicismo. São festas em homenagem a santos padroeiros de bairros como Santa Luzia, em Pouso Alegre de Baixo, Frei Galvão em Aersosa Galvão, e Nossa Senhora da Conceição, no Bairro Revisão Agrária.

“Dia 13 de dezembro é festa de Santa Luzia. Tem quermesse, depois tem leilão. [As pessoas que organizam a festa] saem pelas fazendas pedindo bezerro, porco, essas coisas... Depois eles fazem o leilão. Com o dinheiro que eles arrecadam do leilão, da quermesse, das coisas que eles vendem, eles ^{ajudam} a igreja. (...) Vem bastante gente! Nossa!! Enche a igreja! Tem vez que tem até duas missas; às vezes tem uma cedo e tem às cinco horas também; e tem a procissão, procissão com a santa.” (D. Neide¹³)

Serenatas e catiras são raros, mas a música caipira está presente nas rádios:

“O programa é apresentado das 5 às 7 da manhã pelo Campinho, e ele é quem produz e apresenta um programa que é típico de música raiz, toca Tonico e Tinoco, Zé Carrero e Carrerinho, aquelas duplas bem antigas (...). A música raiz retrata mesmo a vida como ela é no campo, no sertão, são as modas de viola, as músicas históricas, como escrevia o recém falecido João Pacífico.” (Sérgio¹⁴)

Segundo Sérgio, a Rádio Jauense abre espaço para os cantores e tocadores da região, pois colocam no ar, a pedido dos ouvintes, gravações caseiras de novas composições. A música caipira continua presente como expressão do homem simples da roça e se utiliza de novas formas para reproduzi-la e perpetuá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos falar em três formas de

mobilidade, ou se se preferir, de migração. A primeira diz respeito à grande imigração européia, principalmente italiana, e sua integração ao colonato, resultando na aculturação caipira, devido à convivência com o caboclo brasileiro. Depois, a mobilidade por entre as fazendas, chegando a abranger municípios vizinhos, estabelecendo uma forte rede de comunicação, com base nas relações de parentesco e compadrio. E em nosso maior foco, o terceiro momento, entendido como êxodo rural, marcado pelo fim do colonato e pela busca por melhores condições de vida nas cidades.

A passagem do sistema de colonato para o assalariamento deu-se com o processo de expansão do capitalismo no campo, em que aos trabalhadores não mais pertencem os meios de subsistência, em que a modernização agrícola trouxe maior rendimento e menos custo com mão-de-obra ao proprietário de terras, em que a monocultura canavieira passou a ocupar desde as grandes até as pequenas propriedades rurais.

Evidencia-se a crise cultural com o desenraizamento provocado pela economia de mercado, cuja imposição quebrou o ritmo do trabalho e o respeito ao tempo cíclico: tempo de plantar, tempo de colher, tempo de descansar, tempo de agradecer. O modo de vida, portanto, dos colonos, modificou-se tendo que se submeter às imposições do mundo da mercadoria, embora ainda guarde alguns traços – às vezes, quase imperceptíveis - de sua cultura que nem o transcurso do tempo e nem o capital conseguiram apagar. São modos de ser, pensar e agir singulares, identificados na maneira como as pessoas conversam, no gesticular das mãos e na simplicidade da fala, na música, na forma como se tratam uns aos outros, na devoção e na fé, nos rituais, e na forma como tudo

isso é expresso e sentido.

* Neusa de Fátima Mariano é Doutoranda em Geografia Humana/USP.

NOTAS

1 - Mais do que a inevitável miscigenação racial no período de colonização do Brasil, o caipira é resultado do encontro de duas matrizes culturais, a portuguesa e a indígena. A elas foram se agregando outras tantas culturas de outros povos, como os africanos por conta da escravização e, mais tarde, os europeus, principalmente italianos e espanhóis (durante o sistema de colonato em fins do século XIX e início do XX), resultando em ajustamentos culturais que enriqueceram a cultura caipira.

2 - No estado de São Paulo, as colônias começaram a se formar em fins do século XIX com a libertação dos escravos, e constituíram-se principalmente por imigrantes europeus. Ao chegarem no Brasil, eles eram levados à Hospedaria dos Imigrantes, -construída em 1888 e localizada no Bairro do Brás na cidade de São Paulo- de onde eram encaminhados para as fazendas produtoras de café no interior do estado.

3 - Sidney Boaventura, 49 anos, ex-colono, atual morador do centro da cidade de Jaú e taxista – 21/10/1999.

4 - Pedro Murgida, 73 anos, ex-colono de Jaú, mora em Mauá (SP) há cerca de 45 anos – 27/07/2001.

5 - Máximo Seccato, 81 anos, ex-colono e atual morador de Pouso Alegre de Baixo, distrito de Jaú – 20/10/1999.

6 - Beato protetor dos violeiros e casamenteiro.

7 - Clemente, 69 anos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaú – 17/10/1999.

8 - Neide, moradora de Pouso Alegre de Baixo – 25/10/1999.

9 - Walter, administrador da Fazenda do Lajeado, em Jaú – 08/05/1999.

10 - Roque, 62 anos, ex-colono, proprietário do Mercado Santa Luzia em Pouso Alegre de Baixo, Jaú – 25/10/1999.

11 - João André M. de Almeida Prado, Engenheiro Agrônomo responsável pela Casa de Agricultura de Jaú – 11/09/2001.

12 - Assistimos hoje no cenário brasileiro, a um movimento que possui como objetivo a terra e o trabalho familiar. Estamos

falando dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, sob várias organizações com siglas diferenciadas, mas que juntos, reivindicam e lutam pela reforma agrária.

13 - D. Neide é moradora de Pouso Alegre de Baixo - 25/10/1999.

14 - Sérgio S. Gomes, 52 anos, é radialista da Rádio Jauense AM - 20/10/1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de (1994) *Modernização e Pobreza*. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

CÂNDIDO, Antonio (1987) *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

MARTINS, José de Souza (2000) *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, José de Souza (1996) *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas.

MONBEIG, Pierre (1984) *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec.

PERIDES, Paulo Pedro (1980) *Um exemplo de organização territorial*: a sub-região de Jaú (1830-1930). Tese de Doutorado apresentada ao DG - FFLCH/USP. São Paulo.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1988) "Relatos Oraís: do 'indizível' ao 'dizível'". In: SIMSON, Olga de Moraes von (org.) *Experimentos com histórias de vida*: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

THOMAZ Junior, Antonio (1996) *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. (Uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). Tese de doutoramento – DG/FFLCH/USP. São Paulo.

OS ESPANHÓIS DE VILLA NOVAES E SUAS NARRATIVAS

Marília Klaumann Cánovas *

O imigrante espanhol representou, segundo destacados estudiosos da temática da emigração em massa¹, o terceiro contingente em volume a dirigir-se para o Brasil no cômputo geral do período. Há indícios, no entanto, de que teria representado, dentre os ingressos das principais nacionalidades para o Estado de São Paulo no mesmo período², a segunda posição dos que demandaram as lavouras cafeeiras do Oeste Paulista³. Por razões diversas, a essa expressividade numérica parece não corresponder um número equivalente de investigações, se compararmos ao montante de trabalhos multidisciplinares que foram destinados ao emigrante italiano, por exemplo.

Nos inícios da década de 1980, após longa peregrinação por diversos locais e acervos, na tentativa de rastrear a presença de vestígios da passagem desse contingente pelo Estado de São Paulo, foi-nos sugerida como uma possibilidade uma localidade próxima à cidade de Catanduva – Villa Novaes –, por haver concentrado em sua ocupação inicial, grande número de famílias espanholas que para lá haviam ocorrido, nas primeiras décadas, atraídas pela possibilidade de adquirir seu quinhão de

terra. Lá existiriam, segundo o informante, remanescentes (ainda) de primeira geração e seus descendentes, cujas histórias lhe eram familiares e próximas, já que sua mãe fora parteira no local por várias décadas⁴.

Essa informação, à época, forneceu-nos ânimo renovado. Afinal, durante meses, havíamos percorrido, em vão, distintos locais e pesquisado diferentes acervos documentais, na tentativa de vislumbrar qualquer possibilidade de viabilização de investigação acerca desse grupo.

Lá chegando, depois de algumas escalas e parada obrigatória em Catanduva – Villa Novaes, à época não dispunha sequer de uma linha regular de transporte coletivo -, tivemos novo impacto. A pequena vila não possuía biblioteca ou arquivo, menos ainda um museu, e as informações iniciais acerca da possibilidade da existência de qualquer documentação que pudesse subsidiar uma investigação eram díspares.

Havia, no entanto, as pessoas remanescentes da “colônia”, de quem procuramos nos acercar. A partir dos primeiros contatos, e depois, nas longas conversas embaladas pelas histórias e narrativas pessoais carregadas de lembranças de seu país, da viagem, da

chegada ao Brasil, das fazendas por onde passaram, das dificuldades e desapontamentos inerentes ao processo que vivenciaram, foram longos os momentos de rememoração, que, por outro lado, nos davam a sensação de estarmos no lugar certo.

Para muitos deles, a influência do meio e as relações interpessoais e grupais havia criado uma fala peculiar, um espanhol aportuguesado por elementos locais, que, todavia, conservava um *acento* – sotaque – marcadamente espanhol na forma de narrar e na construção dos períodos e das frases.

De todo modo, aquelas narrativas, mergulhadas na trajetória singular dos que tinham sido protagonistas, começaram a ganhar corpo e nexos, emoldurando um quadro referencial que incitava nosso interesse pela investigação, mesmo que essa ainda se revelasse inexecutável.

Simultaneamente, fomos checando suas indicações de locais que poderiam conservar documentos da época que remontava à sua chegada no local. Museus, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, prefeituras, câmaras municipais, foram rigorosamente mapeados e consultados aqueles ainda existentes nos municípios a quem Villa Novaes, nos estágios iniciais de sua ocupação vinculava-se administrativamente - antes mesmo de receber essa denominação -, e a quem depois pertencera como distrito⁵.

Dentre os documentos localizados nestes vários locais, muitos fragmentos de História, de vários matizes e épocas e que podiam, quando muito, contribuir aqui e ali como um dado, uma informação a mais. Nada com sustância suficiente para evocar e ilustrar o processo que pretendíamos examinar.

Neste ínterim, entretanto, continuávamos a nos reunir com a colônia e, cada vez mais, a interessar-nos por montar o xadrez de seus relatos; percebíamos, também, crescer seu interesse, revelando-nos informações,

possibilidades, pistas, estratégias e indicações de toda ordem.

Foi quando, finalmente, nossa atenção foi despertada para os volumes dispostos no pequeno cartório de Villa Novaes – de propriedade de um descendente de espanhóis, Sr. Paschoal Blasquez Sanchez -, que nos franqueou a consulta a seus inúmeros livros de registros, dos quais, de todo mudo, constavam apenas os efetuados a partir do momento em que Villa Novaes transformara-se em distrito, ou seja, a partir de 1925.

A série anterior a 1925, pertencente aos registros da localidade onde se situaria o distrito, depois a vila de Novaes, estava conservada no Cartório do Município de Paraíso, remontando ao ano de 1900, e fora recolhida de dois distritos anteriores: o de São Sebastião do Turvo, localidade extinta por uma epidemia, sucedido depois pelo de Irupy, que passou a concentrar o registro das ocorrências civis dos habitantes daquela boca de sertão.

Esta e outras descobertas documentais acabaram por assegurar a possibilidade de uma investigação, que, anos depois, acabou finalmente redundando em nossa dissertação de mestrado, de longa gestação (Cánovas, 2001). Contudo, o diferencial, inédito e valioso nessa trajetória, pode ser atribuído à participação dos emigrantes na sua elaboração. Lentamente fomos percebendo o privilégio que se nos afigurava a prerrogativa da exploração do patrimônio oral representado por aqueles personagens-vetores de História. Eles eram, afinal, o objeto que se transmutara em sujeito, numa rara combinação. Aquele grupo havia efetivamente partilhado de uma experiência singular, que buscávamos reconstruir.

Muitos deles, de idade avançada, pertenciam à primeira geração de emigrados e haviam protagonizado o processo que nos empenhávamos em investigar. Assim, se a sua trajetória concreta e formal no país de destino

estava inscrita naqueles livros cartoriais, por que não recuperá-la numa reelaboração com as narrativas, procedimento que permitiria a apropriação de outras faces que dificilmente poderiam ser apreendidas pela História oficial?

Surgiu, então, a idéia de (também) utilizar seus relatos, e de forma sistemática, como uma oportunidade ímpar de apreender as diversas manifestações de sua identidade individual e grupal, de identificar a sua consciência quanto ao processo a que se viram submetidos, e de, enfim, captar que imagem esse imigrante forjara de si mesmo.

Dada a extensão do material oral coletado junto aos espanhóis de Villa Novaes, destacamos, para a oportunidade, fragmentos temáticos das falas de três dos narradores – Sr. Ildefonso Blasquez Sanchez, D. Teodora Dias e Sr. Tercifon Cabrera –, as quais preferimos conservar na literalidade, acreditando, como Ecléa Bosi (1979: 1) que, por certo, seus erros e lapsos foram menos graves, em suas conseqüências, do que as omissões da História oficial.

É inegável que das histórias extraordinárias destes emigrantes obscuros transpira um dos capítulos mais expressivos e vigorosos de nossa História social.

OS NARRADORES

Cada ser humano é um abismo e a gente tem vertigens quando se debruça sobre um deles.

(Georg Büchner, *Woyzeck*, 1944)

Sr. Ildefonso Blasquez Sanchez

Aos 85 anos, era o mais idoso – também o mais eloqüente e crítico –, dos imigrantes a narrar sua trajetória. Chegara ao Brasil aos nove anos, em

1905, com sua família, procedente de Cáceres, na Extremadura⁶.

Casado desde 1919 com D. Maria Romero Sanchez, almeriense, cujo pai trabalhara nas minas de carvão, antes de emigrar, comunicava-se com ela apenas em espanhol. “*A mulher não fala nada em brasileiro*”, esclarecia afirmando que, como ele, ela também tinha nove anos ao chegar.

Tiveram sete filhos que “*aprenderam a conversar em espanhol, porque eu não deixei de criança eles largarem*”.

Residindo em Villa Novaes há 36 anos, e não mais na fazenda de 30 alqueires adquirida em 1911 por seu pai no Córrego do Taperão, nos arredores da vila, ele lembrava com nitidez de diversas passagens, tanto da Espanha, quanto do Brasil, percorrendo sobre a vida em família, o trabalho, os hábitos, a alimentação. Ocasionalmente, deixava transparecer seu desencanto com a opção paterna de vir para o Brasil e com as dificuldades acarretadas por essa “*escolha*”, injustificável do seu ponto de vista, considerando-se que tinham uma pequena propriedade produtiva no *pueblo* de origem. Seu filho, Paschoal, era, à época, o tabelião da vila e proprietário do Cartório local.

Nunca se naturalizou porque tinha a intenção de voltar para a Espanha “... *chegando lá, não seria mais espanhol [caso se naturalizasse], então não quero ser brasileiro*”, dizia.

Sr. Tercifon Cabrera

Aos 76 anos, residia desde 1912 em Córrego Seco, arredores de Villa Novaes. Ali, seu pai comprara com a poupança amealhada em sete anos de trabalho como colono em uma fazenda de Monte Azul, a primeira propriedade da família, de 10 alqueires.

Sua família, composta de pai, mãe e um irmão, chegara, como a de Seu Ildefonso também em 1905 e era proveniente de Almería⁷. Ele nascera no Brasil, logo após a chegada da família. Casara-se com D. Catarina

Huela Angulo, malaguenha que havia conhecido na fazenda de Ramón Sanchez, espanhol, rico fazendeiro e comerciante local, e para quem seu sogro trabalhara como camarada em uma de suas fazendas, a de Córrego Rico.

Ele igualmente elaborava suas lembranças detalhando-as minuciosamente: a primeira fazenda em que foram trabalhar, onde sua mãe, encarregada da cozinha, era acordada com um sino, às três horas da manhã; a mudança “*para o sítio em Córrego Seco, em carro de boi [e que demorou] dois dias de viagem [ocasião em que foram morar] debaixo de uma árvore, com uma fogueira acesa para prevenir contra os bichos*” até o término da construção da casa, de pau a pique, dois meses depois.

Aprendera a escrever somente aos 15 anos, com um espanhol que “*sabia leitura*”. Este fora contratado na fazenda de seu pai, para empreita de café por seis anos, e também para “*fazer aulas*”, isto é, alfabetizar os adultos e crianças da casa. Só então passara a corresponder-se com os tios da Espanha, a quem nunca propusera que viessem para o Brasil, “*para dar a eles isto aqui?*”.

D. Teodora Dias

D. Teodora, então com 75 anos, nascera no Brasil. Seu pai, Isaac Diaz Bote, natural de Cáceres, na Extremadura (como a família de Seu Ildefonso), havia chegado ao Brasil, pela primeira vez em 1899, deixando seus bens – “*alguma terra e duas casas*” – , com parentes. Depois de uma passagem de seis anos por uma fazenda em Ribeirão Preto, resolvera retornar à Espanha, onde veio a falecer sua primeira esposa, deixando-lhe três filhos. Então, lá mesmo, casa-se novamente, com D. Manuela, que viria ser a mãe de D. Teodora, e resolve voltar ao Brasil “*porque lá era tudo muito difícil, muito pobre*”.

Aqui chegou em 1905, ano do nascimento de D. Teodora⁸, indo trabalhar em Bebedouro, em colheita de café. Depois, foi colono por quatro anos

em outra fazenda próxima, onde “*era uma espanholada lá, a colônia era muito grande*”.

Em 1911 a família mudou-se para Córrego Grande, onde seu pai “*pegou um café à meia*” e já no segundo ano colheira 600 sacas, 300 das quais eram suas e foram vendidas por \$10.000 réis cada uma. Com o montante da venda, acrescido de suas economias, puderam adquirir, em 1912, no Córrego do Matão, um sítio de 25 alqueires por três contos e quinhentos. D. Teodora tinha, então, sete anos.

D. Teodora reportou-se, igualmente, à trajetória da família de seu marido, Pedro Fernandez Duran, que viera com os avós da Espanha, aos seis anos de idade; seus pais haviam embarcado três anos antes e ele ficara por motivo de doença.

O conhecimento das duas famílias remontava à Espanha, onde eram vizinhas do mesmo *pueblo*. Seu sogro, Eduardo Fernandez, “*que viera para trabalhar na linha do trem*” trouxera algumas reservas da Espanha e logo tornou-se proprietário, no Córrego das Perobas, de engenho, olaria e serraria, além de 40.000 pés de café. Ali manteve sempre, além dos filhos trabalhando, mais dez famílias de colonos.

Ao morrer, Eduardo Fernandez deixara 400 alqueires de terra como herança. Só então D. Teodora mudou-se para sua propriedade, próxima à de seu pai, um sítio de 22 alqueires, no Córrego do Matão, onde permaneceria até enviuvar, onze anos depois.

OS TEMAS

fragmentos de depoimentos

A Espanha

... *Eu vou dizer para a senhora, nós saímos da Espanha porque o povo tinha aquela agonia de ganhar e nós, do jeito que tava lá, meu pai era pobre (...) eu*

tinha nove anos quando nós viemos, nós não precisava de vir pra trabalhar de empregado aqui, porque meu pai tinha um terreninho, uma casa pra morar, ganhava pra comer...

... Ele plantava roça, trigo, grão de bico, cevada, batata; tinha um pedacinho de terra que tinha oliveira dando fruta, tinha um pedaço de uva dando, um terreninho pra plantar cebola, alho, tinha pêra, tinha maçã, figo, né. E ele trabalhava todo ano, plantava roça, terreno lá dos ricos, eles davam aquele terreno a 20% da produção e o pai plantava lá todo ano. E podia levar lenha, podia ter criação lá, no campo, tudo isso. Criação não pagava nada.

... Ganhar dinheiro! Naquela fé que Brasil era só juntar dinheiro, né? Mas todo mundo veio enganado, chegavam aí, chegavam nas fazendas que não tinha nem estrangeiro, era aquela brasileirada ... negros, e né?! uma comida tudo diferente, arroz, feijão, mandioca, essa coisaiada que lá não tem; lá tem também, mas não diário que nem aqui. E serviço tudo diferente. Chegavam aí... carpir café com uma enxada que... lá de onde nós era, era carpir a terra com enxada, não tem nada de enxada. Apanhar café... não sabe apanhar, não sabe abanar... E a pessoa sofre, né?!?

Todo mundo que vinha de lá pensava isso [que iam ficar ricos]. Os conhecidos que moravam aqui, às vezes mandava carta com mentira, que ganhava assim, coisa, né...; então, a turma dava aquela febre...; tinha conhecido aqui que mandava carta pra lá dizendo que aqui era muito bom e coisa e tal.

É, mas era tudo mentira. Vinha família até, enganada.

... E nós viemos pra cá todos. Porque o pai deu aquela besteira de vir pro Brasil porque nós não precisava vir pro Brasil...

Ele [seu pai] quando veio [para o Brasil] deixou lá [as propriedades da família], com idéia de voltar. Bom, quer

dizer, o dinheiro era pouco e ele deixou lá com um amigo, que tinha condição. O homem deu um dinheiro pra ele; com dois anos, se ele não voltasse ou mandasse o dinheiro, o homem era dono daquilo né? Mas, se ele voltasse e trouxesse o dinheiro aí era obrigado a entregar. Aí o pai arrumou dinheiro e mandou. (Ildefonso)

... Meu pai não faltava pra ele, graças a Deus, ele tinha as suas terrinhas, tinha duas vacas, ele arava com aquelas duas vacas o terreno, ele tinha duas casas, tinha um plantio, fazia vinho, mas ele trabalhava no campo né...; na cidade não tinha mais serviço, ia trabalhar no campo. Ia numa segunda-feira, levava uma burrinha, um animal, arriava, e levava tudo lá, e fazia comida a semana inteira no campo, levava de casa o mantimento. Ele vinha em casa só sábado, e de noite.

...Tinha noite que pra o lobo não comer ele, ele tinha lá uma chocinha assim, pra se guardar d'uma chuva, e fazer a comidinha, ele tinha que passar a noite inteira sentado encima de uma pedra com um fogueiro feito e os tição lá, até que vinha vindo o dia, senão o lobo comia ele, até que vinha o dia pra trabalhar; ih... meu pai contava a vida dele, dava vontade de chorar...

...Lá na Espanha [risos] meu pai contava, né, que tinha gente que trabalhava hoje pra comer o pão amanhã; trabalhava às vezes, a troco de um pão...; era muita pobreza, né? E aí, tinha gente que tava mais remediadinho não? E sempre ele contava as coisas...; diz que tinha dois vizinhos, casou a filha de um, e aqueles estavam remediados, né... e os outros, coitados, que não tinham jantado naquela noite, foram dormir sem janta, também não tinha com quê, né?! E aquele que foi dormir sem janta, tava devendo um dinheiro pro outro que tinha casado a filha e tava mais remediado. O outro trabalhava por dia né?, jornalero como fala espanhol,

trabalhava hoje pra comer amanhã, às vezes por um pão, trabalhava o dia inteiro pra comer no outro dia. Então, diz que foram dormir sem janta e aí, diz que bateram na porta, meu pai contava isto - meu pai contava muitas coisas, mas só que a gente esquece, né -, diz que bateram na porta e ele falou, bom, disse, olha, disse, tenho certeza de que vieram trazer janta pra nós, de certo, que sobrou do casamento. E foi até a porta: "Quem?" "Fulano de tal" "Entra...". Abriu a porta. Disse: "Ó, vim ver se o senhor me arruma metade do que está me devendo". Disse: "Ai, my hombre quedamo sem janta porque não temo para comer". Disse: "Não tenho nada com isso, preciso do que está me devendo".

A senhora vê? Ah... me dá vontade de chorar quando meu pai falava isso... E ele via que na Espanha era muita pobreza...

. . . Lá era muito ruim pra tratar, muito pobre, difícil tudo. (Teodora)

... Não, ali [referindo-se a Espanha], não dava pra comer (...) miséria de terra. Lá não ganhava nada, trabalhava por conta, né? Um quarto de terra era do patrão, pra plantar e vender.

...Ele [seu pai] deixou até a casa com a mobília e tudo, pra vender; o casebre que ele tinha lá. [Quando retornou, em 1920] tava pior de que quando ele deixou! (Tercifon)

A viagem

... De Málaga que nós embarquemo, lá onde nós pegamo o trem, que esse trem fica a cinco léguas de onde nós morava né, nós gastemo um dia de trem. E o trem lá corre, não é esse trezinho que tinha aqui primeiro (...); é que eu não lembro agora dessa vila, mas eu sei o nome dela, que nós embarquemo...

...Quando nós viemo... de lá mesmo, junto, veio mais uma família; a mãe da Teodora aí e o pai, vieram junto

conosco. Só as duas famílias de lá do lugar...

Não é bem certeza, mas acho que era Aquitânia, ou Arquitaina [o nome do navio]. (Ildefonso)

A chegada ao Brasil, a(s) fazenda(s) de café, o colonato, a aquisição do sítio

... Nós ficamos num hotel, e de lá peguemos um trem e viemos para Bebedouro. Era uma casa de imigrantes, ficamos lá dois ou três dias, por conta do Governo, acho que era na Hospedaria. Tratava a gente como animal, passava até fome lá.

... Passava fome, quem tinha dinheiro ainda comprava qualquer coisa lá, uma bolacha, uma coisa, mas quem não tinha...

... Teve muito pessoal que nós ficamos aqueles três dias lá, que dormia no chão, assim, não tinha nem um colchão onde dormir. [Era] tudo largado.

... Nós viemos da Espanha em Bebedouro, nós ficamos trabalhando com Querubim Franco. Nós viemos direto num parente, lá, vizinho do fazendeiro, parente que tinha propriedade, né? Como o homem morava lá e era parente, mandava carta, então, meu pai já sabia o endereço certo, então, nós viemos para Bebedouro para a casa dele; depois que estávamos na casa dele, passamos uns dias e meu pai arrumou serviço com Querubim, o parente lá levou ele lá para arrumar serviço.

... Ele pagava por "mil" de café, pagava cada três meses; era um brasileiro, mas muito bom, pagava bem. Aquilo que ele pagava a cada três meses, era o pagamento que ele fazia do trato do café. Na colheita, nós ganhava um mil réis por cem litros; nós colhia, entregava para a fazenda e ele pagava; quando acabava o ano, ele pagava o último pagamento do café por mil e pagava o café que nós colhia, e estes de

Córrego Seco, esta espanholada, os Cabrera, era a mesma coisa que nós, só que era com outro fazendeiro. Nós era em quatro, não contínuo, porque a mãe não ficava todo dia em casa né?; agora, três trabalhava todo dia no campo, no café.

[Lá] era tudo brasileiro, o que não era negro, era escuro. Tinha umas trinta famílias, camaradas. Ali era o administrador da fazenda que mandava em todo mundo né? Estrangeiros e deles lá; bom, o administrador tomava conta, agora tinha os fiscais para mandar no pessoal. O patrão não se envolvia em nada. Ficamos lá dois anos.

... Depois, mudamos para um outro, mais dois. Lá perto de Bebedouro mesmo. Lá foi com empenho de formar café, com um espanhol, mas o homem era muito ruim. É, e não vencemos, saímos antes de vencer. Ganhamos o mantimento que plantamos, só!

... Nós saímos de lá, fomos para a outra fazenda, a de um português, Antônio, mas não me lembro do quê, fomos tratar café também. Lá em Bebedouro, café a meia. Patrão levava metade e dava metade pra nós. Depois de seco, precisava entregar seco pra ele. Isto demora... começava a tratar em outubro e acabava em fim de setembro. Um ano...; quer dizer, a colheita começava antes, começa em maio, junho, mas só acabava em setembro, que era bastante café, nós três só. Ficamos lá dois anos.

... Nós guardamos três contos e oitocentos, em seis anos.

... Do português, meu pai comprou aí e viemos para cá.

...Nós morava lá em Bebedouro quando meu pai comprou; então, quando comprou, combinou com o homem; o homem ia daqui a Bebedouro a cavalo, então lá pagavam o trem, o homem e o pai iam no trem até Jaboticabal. Depois, na volta, chegava lá pagava o cavalo lá em Bebedouro e vinha aqui. Um dia de cavalo. [Hoje], daqui a Jaboticabal, uma hora e meia vai, 95 km.

... [Compramos] trinta alqueires, por \$3 contos. Na escritura legal, são vinte e nove; agora, depois que meu pai faleceu, eu parti com minha irmã, o engenheiro foi lá para medir e ele fez a conta e garantiu que dava trinta e um; mas, se eu for vender, não posso pôr...; Acho que hoje deve valer \$ 9.000. Pelo preço que estão vendendo aqui, vale até mais disto, mas eu falo por menos. Café tem pouco, tem 3.000 pés. O resto é terreno replantado, uma parte de pasto para criação, mato não tem mais, tem eucalipto que eu plantei. Casas, tem três, quatro com a de barro...

... [Nós construímos a primeira casa] de coqueiro e outros paus, de lasca de madeira. Já tinha [uma casa] de quem nós compramos; tinha uma casinha de sapé e tinha mais duas casinhas pequenas de empregado que ele tinha lá com ele. Plantavam um pouco de roça, né, não sei se dava pra ele, naquele tempo, o povo lá que queria entrar dava terra assim, planta e colhe... sem trabalhar, fica aí... [risos] (Ildefonso)

... Meu pai veio na fazenda de um tal Querubim Franco em Bebedouro, nas redondezas de Bebedouro, 9 meses trabalhou lá, colhendo a colheita de café, chegou fora de tempo já. E trabalhou lá 9 meses. E nesses 9 meses, aos 8 dias, eu nasci, que ele estava lá, que chegou da Espanha, e já vim com 9 meses para a outra fazenda. Lá teve quatro anos na outra fazenda. Já lembro de tudo naquela fazenda.

... Ele [referindo-se a seu pai] foi trabalhar lá na Fazenda do Otaviano Ferraz, cunhado de Querubim Franco, lá perto de Bebedouro; lá fez quatro anos. Café já formado, só trabalhar e colher... secar no terreno.

... Mas era muita espanholada lá... tem alguns aqui, os Cantarera... ihhh... muita espanholada, lembro quase de todos lá, que trabalhavam naquela fazenda né, e lá, meu pai, eu já lembro, quando meu pai ia receber o pagamento,

todo sábado, eu ia com ele.

... Antigamente era assim; meu pai pegava a cadernetinha, disse me alembro, ia com ele, uma franguinha atrás dele, eu lembro que o patrão estava deitado naqueles tempos, né, numa rede, parece que estou vendo, olha, com quatro anos, que não tinha 5 anos ainda eu; ele levantava, ia numa mesinha, escrevia, escrevia, dava a cadernetinha pro meu pai. Era perto, não era alijado; casa de fazenda era um pouquinho longe da colônia, mas era uma colonhada lá, tudo espanhol, quase tudo espanhol. E ali foram juntando ali, naquela fazenda e outra que tava lá, perto lá, de um tal de Passa Quatro, fazendeiro, era médico, também lá muita espanholada, naquele ano vinha muita espanholada da Espanha porque na Espanha era muito difícil pra ganhar pra comer, muito pobre, muita pobreza, né?

... Ele pegou um café de meia, e quando fazia dois anos que estava trabalhando naquele café, tirou 600 sacos de café, 300 pro patrão, 300 pra ele, e lá ele foi e vendeu o saco de café a \$10.000 réis; daí, ganhou pra comprar um sitinho. Comprou um sitinho, aqui no Córrego do Matão, 25 alqueires, pagou 3\$500 contos, com escritura, talão de cisa e tudo; eu tava com 7 anos, 1913, então (...) veio pra cá, dois dias de mudança. A senhora não sabe o que é carro de boi, né? Dois carros de boi, dois dias de mudança, tivemos que cruzar um córrego, o Córrego dos Coqueiros, de noite, noutro dia, e vai, cantando, cantando esses carros, cantando, e viemos aqui, perto de Novaes, uns 6 km daqui.

... Aí, lá trabalhemo, trabalhemo, tinha muita fartura. Tinha 10 alqueires de pasto, sempre tinha 80/90 rês. Eu tirava leite diário de quase 8/9 vacas. E minha mãe fazia queijo, engordava porco, era um sítio, mas nós tinha fartura, né.

... Meu pai cercou tudo, limpou, roçou, queimou, depois plantou para formar o pasto que era tudo sarogo. E

o que era de roça, o que vendeu pra nós aquela terra, quem vendeu pra nós, o que era de roça, 15 alqueires, ele comprou d'uma viúva, a troco de um cavalo e um garrafão de pinga! D'uma viúva, 15 alqueires, deu um garrafão de pinga pra ela e um cavalo velho.

[O vendedor] morava numa tapera, tapera de chão, as paredes de coqueiro. Tinha aquela tapera largada, os porcos entrava por um lado, saía por outro, e pousava lá de noite; meu pai ia com as irmãs, foram e limparam e encheram de terra, arrumaram para a gente poder entrar lá; depois tinham muitas madeiras, meu pai arrumou dois homens, no estaleiro, um estaleiro assim de tábuas, e punham as toras de baixo e em cima e aí mandou fazer uma casa; daí uns tempos, que foi ganhando um dinheirinho, fez uma tulha, e fez o terreiro pro tijolo, o pomar de laranja...

... Água, Nossa Senhora, muita água, muita horta, nós era pobre, o sítio era pequeno, mas fartura de verduras...; cada três meses meu pai matava uma rês de 7,8 arrobas.

... Depois, já com muitos tempos que ele formou um pouquinho de café, já pegou duas famílias, fez duas casas, antigamente de barro e madeira, chão de terra, uma teve 8 anos, eram da Província de Almeria. Eles que moravam por aí, foram pedir serviço, meu pai derrubou o mato que tinha, mandou derrubar e plantaram café; mas não tiraram nada, quando meu pai morreu tínhamos 9 ou 10.000 pé de café, mas naqueles tempos não era como hoje em dia que se aduba, naquele tempo não se adubava e o café, às vezes não tratava direito, não dava muito grande coisa, não...

... Aí, quando eu tinha uns vinte anos, não acabei de contar para a senhora, ele queria vender o sítio, ir para a Espanha. Sabe quanto davam no sítio? 100\$000 contos. Nossa Senhora! O finado meu pai disse que com esse 100\$000 conto lá na Espanha ele era o mais rico do pueblo, ele falava assim pra nós. Eu já estava namorando meu

marido. E ele falava assim: "aí, nós indo lá na Espanha, vocês - nós era três moças já, as outras mais novas, a mais velha era eu, as outras tudo molecada - , vão casar com o homem mais rico que tiver lá"... Digo: "Olha, pai, não me interessa, não quero saber da Espanha" [risos]. Minha mãe levava comida pra nós na roça, "é sim, o teu pai falou que vai vender". Estes "Parra" mora tudo no Córrego Seco, e eles tinha dinheiro, já no tempo... os Parra que queria comprar o nosso sítio, e minha mãe falava: "sim, porque o Miguel Parra dá 100\$000 contos pra teu pai e teu pai vai vender o sítio".

[Quando mudamos], aqui em Novaes mesmo, tinha pouca gente, aqui nesse distrito aqui, mas do lado de lá, já tinha uma espanholada, tinha sítio... um tinha sítio e ponhava os outros, vinha os outros e ponhava lá pra tocá serviço, né? E plantava café, e pegava a meia... ihhh mas aqui, aí do Novaes pra lá, aí tinha gente muito rica, sitio alto... Espanhol, tudo espanhol! (Teodora)

... [Meu pai não tinha] ninguém conhecido. Veio pra Fazenda Dona Luisa, em Monte azul. Empregado da fazenda, sete anos. Toda a família. É que o fazendeiro foi e pegou ele lá no porto [em Santos] e trouxeram. Veio sete famílias, sete famílias viveram sete anos lá. Guardaram um conto e quinhentos no fim de sete anos. E as sete famílias de lá vendendo ovos a \$200 réis a dúzia do ovo, dava um conto e quinhentos. Depois de sete anos, juntaram umas sessenta famílias! Tudo espanhol e italiano.

... Só tratar [café]. Podia plantar mantimentos e ter galinha e vender ovo.

... Na Espanha não tinha aquele sino, como que de uma igreja, tocava às três horas da manhã. Três horas pra mãe levantar e fazer café. E as seis horas tornava tocar outra vez pra nós tomar café e comer alguma coisa. E minha mãe que fazia tudo.

... Com aquele 1\$500 conto, ele

comprou 10 alqueires (...) a primeira compra, 1912, do finado Inocêncio Perez. E depois comprou 8 alqueires com o cunhado dele. Aqui, nós compramos 14 alqueires [bem depois].

... Nós entramos com a mudança tudo junto, sete famílias! Aqui, pra ir fazer compra...; a senhora conhece Catanduva? Tinha quatro casas! Hoje Catanduva é boa! Naquela tempo não era Catanduva, era Serradinho E depois passou para Vila Adolfo. Catanduva passou por três nomes; agora não mudou mais já faz 50 anos.

... Naquele tempo nós levamos dois dias de viagem. Carro de boi. Primeiro não tinha nada [referindo-se aos móveis], tinha um banco de pau... um banco à toa, não tinha nada. Guarda-roupa, [risos] guarda-roupa eu só tive o primeiro quando casou o meu filho José.

Era puro mato! Daqui a Catanduva, era tudo puro mato! Puro mato, daqui a Tabapuã, conhece Tabapuã?

[Fomos morar] debaixo de uma árvore! [A casa] demorou dois meses! Não tinha serraria pra serrar madeira, quer dizer que, assim ... põe um pau pregado do lado de cá, outro de lá..., lascas, assim e pronto... assim ... [demonstrando].

... A senhora sabe cozinhar sem panela? Põe dois pau, assim, põe calor embaixo, assim uma cruz... aqui passa um gancho... Botava fogo aí. Tinha vezes, que tinha [bichos, à noite], naquele tempo tinha muito bicho.

Nós plantava tudo, aí veio uma seca braba e perdemos tudo. Tudo. Arroz, não deu pra recolher um saco. No primeiro ano. Perdemos tudo! Bom, nós comprava no Ramón [rico fazendeiro espanhol; em uma de suas fazendas tinha uma venda] tudo isso daí e por caderneta, então, meu pai, e as sete famílias que vieram de lá, ficaram aborrecidos.. não deu nada pra comer.. fomos entregar a fazenda pra ele. Então, ele disse: "Não, quem agüentou um ano, agüenta dois"! Aí, ele agüentou! Outro ano, colhemos arroz

e vendemos pra ele... Já descontou o que nós devia de dois anos!

... Só em 1914 plantemos café. [Em] 1914 veio uma família espanhola que chamava Modesto, de Cáceres; eles vieram pegando serviço. Aí, então, essa família pegou dois alqueires de terra e demos pra eles. Pegamos eles, por seis anos, tudo que desse era pra eles, naqueles dois alqueires, aí do Córrego pra lá... Dois alqueires, 4.000 pés de café..., por seis anos tudo de pra eles, não? Depois veio um tal de João Perez. Plantou, e dava aula, esse daí e ele pegou tudo que dava pra ele, por 6 anos. Com direito a dar escola, por 6 anos. [Até] 1920, ele juntou 5 contos, essa família. Essa que tava aí, que dava aula pra nós. Era dinheiro, né? Pegou e comprou 50 alqueires em Presidente Prudente. Por cinco conto, e meu pai, sócio com ele, mais 50 alqueires. Porque aqui era mais caro "no", e lá com 5 contos, ele comprava 50 alqueires. Pra tocar café! Quando venceu o ano aqui, deu o fim do ano, mudaram; ele escrevia pra nós, como eu já sabia escrever, ele escreveu pra nós, ele disse que nunca vendesse aqui, que lá dava ferida no corpo inteiro, ali não era bom, ele chorava todo dia, queria voltar pra cá.

... Voltaram aqui em Catanduva... com o dinheiro de 50, comprou 5! Meu pai vendeu lá os 50 alqueires e comprou essa parte do Córrego pra cá. Tinha 4 alqueires. Vendeu 50 e comprou 14 alqueires. Os 14 alqueires foram pagos \$85 contos.

... Nós contava dez italianos pois era trabalhador. A gente ia procurar em Catanduva. Chegavam ali, nós já regulava.. Tinha muito na estação, chegava muita gente, no?! (Tercifon)

Impressões gerais: vida familiar e social, hábitos, cotidiano, dificuldades

[Em caso de doença], a gente não

ia lá na vila ou no hospital, que nem hospital não tinha em Bebedouro. O médico vinha em casa, a cavalo; ia lá, chamava, ele vinha em casa. Tinha farmácia em Bebedouro. (Ildefonso)

[Escola]: . . . nós era burro, era moleque e era burro... Por que não sabia ler nem escrever, isso aí. Meus pais também não sabia nada! Ninguém sabia nada! Era tudo burro! Então, veio um homem lá de Santa Velha (?) que sabia leitura, era um tal Juan, era espanhol. Ele veio porque a gente ia dar serviço pra ele, pra trabalhar. Sozinho, veio para ver se dava serviço, para trazer a família pra morar. Pai disse: eu dou, 3 alqueires, tudo de lá é teu, por seis anos... Com o trato de nós fazer aula..., seis anos pra estudar, ali... Si, ler, escrever, fazer conta, tudo! Ele disse: Eu pego. (...) A família foi aqui, então, juntou sessenta alunos. Tudo da família da gente. Aí, ele deu o curso de meio ano. Dava das seis da manhã, até as nove para os pequenos. É, quando eram os grandes era das sete da tarde até as nove da noite, já virou o horário, porque a gente tinha que trabalhar na roça... então, a gente trabalhava até uma hora dessas, janta e já vai... Aí ele fez dois horários. (Tercifon)

Cheguemos aqui, aquele pessoal de fora até achava ruim, porque era só língua espanhola, não compreendiam... [risos].

... Tive dois meses[de aula] na Espanha, depois meu pai me tirou da escola pra cuidar dos porquinhos no campo; depois, pensou de vir aqui para o Brasil, viemos, nunca moramos em lugar que tinha escola. O pouquinho que aprendi foi na escola particular, pessoas que sabiam, vizinhos, ia de noite, então, aprendi um pouquinho, a assinar e a ler.

Ela [sua esposa] não sabe nada de leitura... Os filhos sabem todos. Todos

aprenderam...; primeiro, não tinha escola aqui, mas tinha escola no sítio, professor que dava no sítio, então, eles iam lá. Depois, começou a escola aqui, vinham aqui. (Ildefonso)

[Registros, batismos, cartórios]: Aqui quando nascia criança no começo, aqui no Córrego Grande, tinha o tal Ramón Sanchez, espanhol, homem rico com muito nome, então, parece que a cada dois, três meses vinha o padre, de Jaboticabal, a cavalo, então, mandava avisar primeiro, o dia da chegada dele aí, então, a turma ia lá e batizava tudo. Lá no Córrego... Que igreja! Na casa dele! A criança era registrada em Irupi, uma vilinha que tinha na beira do Turvo que tinha Cartório, então, a criança era registrada ali.

Esse Cartório de Irupi [agora] é em Paraíso. Documento de escritura, terra, aqui era tudo em Jaboticabal. Iam a cavalo, daqui, lá. Lá passavam as escrituras, em Irupi, mas o registro era em Jaboticabal. Todo lugar que tiver Cartório pode passar a escritura, mas o registro só na Comarca. Agora, o casamento e o registro da criança era Irupi. (Ildefonso)

O idioma português

[Aprendi] logo, logo, daí a pouco que cheguei; agora, o pai e a mãe não aprenderam nunca [risos]. Em casa, com a mulher e os filhos, a conversa é em espanhol; não tinha nada de brasileiro, e eles falam todos ainda em espanhol, porque eram pequenos. . . . E eles, então, aprenderam a conversar em espanhol, porque eu não deixei de criança eles largarem. Queriam conversar entre eles lá, em brasileiro... aqui... não, aqui vocês vão aprender o espanhol! Agora, por fora, você quer caprichar, fala em brasileiro à vontade! A mulher não fala nada em brasileiro. (Ildefonso)

O Brasil

Teve conhecido que mandou perguntar, ah... falávamos aqui é assim... não vem pensando que chega aí e enche o saco de dinheiro, não.. que precisa suar; Senão, fica aí, que é melhor do que aqui! (Ildefonso)

Os brasileiros

... Esse era espanhol. Mas o resto que morava aqui [em Vila Novaes] era tudo brasileiro. Tinha alguns, na beira deste Córrego aí, num ranchinho de sapé. Ihh... quase todos eles tinham terreno, não plantavam, não trabalhavam, era só caçar e pescar, não cuidavam de nada, mas tinha uma porção deles por aí, mas não tinham o que comer, todos eles tinham terreno, o que comer não tinham... Não, não plantavam nada...; abriam um pedaço em volta da casa, plantavam uns pés de milho, uma abóbora, uns quiabos e uns pés de mandioca e iam passando com aquilo...; caçar, matar um bicho no mato para comer... (Ildefonso)

... Nós contava dez italianos, pois era trabalhador. Espanhol também trabalha, né? É, espanhol também trabalha bem. Agora, italiano também; quem não presta grande coisa é caboclo, né?! Brasileiro, brasileiro mesmo, caboclo, não quer saber de nada...; não tenta, né? Brasileiro criado assim, não tem, não... não tem igual. Espanhol é muito interessado, italiano também. (Tercifon)

Voltar para a Espanha

No tempo que eu podia ir, formou aquela guerra mundial, tem lembrança? E a coisa daí pra cá foi piorando, foi ficando difícil viajar, arrumar documento e uma coisa e outra né, e cada vez pior, e aí eu parei, não fui; mas, se continuasse como tava, tudo calmo, eu ia...; Passear; morar lá não, porque a rapaziada já era nascida aqui,

habitaram aqui.

Sendo estrangeiros, não tem direito a mandar no Brasil... não pode nem votar... Eu mesmo, nas primeiras eleições que tiveram aqui, me aconselharam muito, fazia tudo de graça [naturalização], mas eu não quis, eu não, porque tinha intenção de voltar para a Espanha; e chego lá, não sou mais espanhol, né? Então, não quero ser brasileiro! (Ildefonso)

Embarque do café

Quando nós viemos, depois que “garrou” se formar café aqui, que não tinha; depois, no ano que nós chegamos, o avançamento da estrada chegou em Catanduva; depois já tinha armazém do Governo, pra café; então, daqui para Catanduva ia carro de boi, carroça de burro. [Eu] sempre ia para Catanduva... e quando não para Catanduva, Monte Verde. Então, nós mandava o café em Monte Verde. Saía um trenzinho de Bebedouro que era Paulista, a Monte Verde, então daqui lá ia com boi, burro, não tinha outro jeito. Não tinha caminhão, não tinha nada. (Ildefonso)

Villa Novaes

Era uma “matéria” para criar bicho! Não só Novaes. Tudo por aqui, até Catanduva. Nossa Senhora! uma mata que dava medo, o largo aí era uma mata que dava medo, a gente tirava pau aí que ia que nem daqui lá naquelas laranjeiras de grande. (Ildefonso)

... Depois que começou abrir a vila, que começou a fazer casas, começou a formar a vila é que puseram o nome de Novaes. “No vaes”, por que não ia mesmo!!! [risos], porque tinha pouco movimento, mas teve tempo que tinha três máquinas, quatro de serraria, de onde meu sogro era uma, outra do finado Capitão Chico Pinto que era um baiano, de uma fazenda pra lá também, e tinha duas máquinas de benefício, uma

era do Miguel Ruiz, benefício de arroz e café, e depois tinha oito ou nove empório de roupa, tinha médico!

(Teodora)

Novaes era puro mato. Puro mato! Era tudo, tudo peroba! Nada, nada, nada! Aí, tinha uma casa coberta com sapé. Uma casinha coberta de sapé! É "Novaes" porque naquele tempo ela não ia, e nem vai. (Tercifon)

Espanhóis em Villa Novaes

Vieram para Novaes porque moravam em Bebedouro, nesses lugares por aí, né... e ganharam dinheiro, terra era muito barata, e já como tinha alguns conhecidos, então vieram passear, e chegavam aí e achavam bom, tinha o dinheirinho, dava pra comprar terreno, então um depois ia chamando o outro, e aí juntou aquela espanholada aqui.

... Italiano e espanhol foi a força, brasileiro muito pouco, o pouco que tinha, quase todos tinham terreno, foram vendendo e indo embora para mais sertão; eles gostavam era de mato [risos]... era que nem bicho...; e aí, juntou muita espanholada, depois, sabe, quem comprava queria plantar café, trazia família pra plantar café, e daí foi criando filhos, foram casando, foi aumentando aquela espanholada... né?!

(Ildefonso)

A Semana Santa

Eu fui pra Catanduva aquele dia comprar as coisas, tinha um saco cheio, vinha aquela semana santa, e essa semana santa tinha bacalhau, grão-de-bico, tudo, açúcar. [Se] você não tinha grão-de-bico e bacalhau na quinta-feira santa e sexta-feira santa, não tinha nada; pra mim, nunca comi arroz e feijão nesse dia, desde criança, minha mãe fazia, depois meu marido era espanhol, gostava muito e eu sempre

fazia... (Teodora)

O luto

Porque sabe, quando era pra casar; espanhol acostuma assim, morria um tio dele; morreu, depois, agora nós vamos passar uns tempos...; depois, morreu o avô, depois foi indo, foi indo, e morreu meu pai. E eu fiquei com 25 anos, quando morreu meu pai. Aí, daí um ano, finado meu marido queria casar. Mas, minha mãe disse: "não, você não é viúva para casar de luto" e até que não fazia dois anos que o pai faleceu, vocês não vão tirar o luto. (Teodora)

* *Marília Klaumann Cánovas é Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social-FFLCH/USP.*

NOTAS

1 - As emigrações transoceânicas em massa ocorreram em um período histórico determinado, isto é, do fim das guerras napoleônicas até a depressão mundial de 1930, ocasião em que 60 milhões de europeus e 10 milhões de asiáticos cruzaram o oceano em direção a outros continentes. Dos 11 milhões que se dirigiram para a América Latina neste período, 38% eram italianos, 28% espanhóis e 11% portugueses.

2 - Seu número, no período de 1885-1929, seria 379.501 imigrantes, para 380.642 portugueses e 922.856 italianos. Conforme: **Hospedaria dos Imigrantes**. Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de São Paulo - Período 1885-1961. Discriminação por quinquênios das principais nacionalidades entradas no Estado, em três quartos de século de existência da Hospedaria "Visconde de Parnaíba". São Paulo, 1978.

3 - De conformidade com o **Recenseamento Geral do Brasil, ano 1920**, da população total de espanhóis computada (219.142 pessoas), na proporção de três a cada quatro imigrantes localizava-se em São Paulo, e destes, oito a cada dez residiam nas zonas cafeeiras.

4 - Dona Olga Birolli González, residente à época em Catanduva, teria realizado cerca de dois mil partos na vila. Devemos a ela, pessoa respeitada na comunidade, a boa receptividade que tivemos em Villa Novaes.

5 - Villa Novaes aparecerá oficialmente como distrito apenas em 1925, pertencendo

ao Município de Jaboticabal a quem se filiará até 1935; depois, passará a se reportar a Catanduva, de 1935 a 1938 e, finalmente, a Tabapuã, de 1938 a 1997, quando passa a município. Nos primórdios de sua ocupação, São Sebastião do Turvo, depois Irupy, era o Distrito de Paz que congregava toda uma vasta região inicialmente constituída por mata virgem e propriedades agrárias esparsas, que, paulatinamente desmembradas, resultaram em novas denominações de sítios e fazendas, depois povoados e vilas, dentre as quais a depois denominada Villa Novaes, uma das células iniciais.

6 - No Livro de *Matrícula de Imigrantes*, da **Hospedaria dos Imigrantes**, de nº 076, p. 19, registra-se a entrada da família *Blasquez Vello Sanchez*, procedente do Porto de Málaga, desembarcada em 19.12.1905, do Vapor France. Estava com destino a Bebedouro (Fazenda de Pedro Antunes). Compunha-se de: Bernabé (chefe), 43 anos, Pascuala, (mulher), 43 anos, Júlia (filha), 18 anos, Ildefonso (filho), 9 anos e Ignácia, neta, 2 ½ anos.

7 - Consta do *Livro de Matrícula de Imigrantes* nº 074, p. 199, da **Hospedaria dos Imigrantes**, que a Família *Cabrera Reyes Más*, composta por Manoel (chefe), 37 anos, Encarnación (mulher), 32 anos e José (filho), 2 anos, procedente do Porto de Málaga, desembarcara do Vapor Orleanais em 10.07.1905, com destino a Bebedouro.

8 - No *Livro de Matrícula* nº 075, p. 267, de 27.11.1905, da **Hospedaria dos Imigrantes**, está o registro de entrada da família *Diaz Bote Alvarez* que se compunha de: Isaac (chefe), 43 anos, Manuela (mulher), 24 anos, Maria (mulher), 10 anos, Saturnino, 8 anos e Balbina, 7 anos. Procedentes de Málaga, viajaram pelo Vapor Savoie e dirigiam-se a Bebedouro, para a Fazenda de Cherobim Campos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléa
(1979) *Memória e Sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiróz, p. 17.
- CÁNOVAS, Marília K.
(2001) *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. Departamento de História da FFLCH-USP (mimeo).

Os brincantes de Lucas e histórias de um boi migrante

*Luciana Gonçalves de Carvalho **

Narrativas migrantes

Diferentes expressões populares aludindo ao tema de perda e recuperação de um novilho precioso espalham-se por quase toda parte do Brasil, como variantes de um mesmo ciclo mítico do boi que aparece incorporado em muitas histórias, músicas, danças e performances dramáticas pelo país afora¹: boi calemba no Rio Grande do Norte, boi pintadinho no Rio de Janeiro, boi bumbá no Pará e Amazonas, boi-de-mamão em Santa Catarina, boi-de-reis no Espírito Santo, cavalo-marinho em Pernambuco e bumba-meu-boi no Maranhão. Realizações singulares de um conjunto amplo de manifestações em que a figura de um boi – uma representação plástica do animal, mais ou menos realista, confeccionada artesanalmente – contracena com homens e mulheres nos papéis de cantadores, vaqueiros, índios, palhaços, escravos, fazendeiros e outros, essas expressões conjugam modalidades distintas de canto, toque, dança, teatro, narrativa e jogo. Frequentemente associadas a crenças e sentimentos religiosos, não perdem, contudo, o caráter lúdico que seus praticantes lhes reservam e denunciam, ao tratá-las preferencialmente como brincadeiras, e a si próprios como brincantes.

Suas origens históricas são

controvertidas e pouco se pode afirmar sobre os processos de formação das várias brincadeiras de boi que hoje se encontram no Brasil. Alguns estudiosos tomam-nas como desdobramentos particulares de um fato cultural supostamente universal: a existência, em vários países do mundo, de uma dança onde dançarinos gravitam ao redor da figura de um boi (Azevedo Neto, 1997). Já outros localizam suas origens na segunda metade do século 17, associando-as ao ciclo de expansão do gado pelo sertão brasileiro (Marques, 1999; Reis, 2000). De acordo com essa tese, o deslocamento do gado bovino do litoral para o interior do país teria promovido o florescimento de uma cultura regional centrada num complexo mítico e ritual construído em torno do boi e do vaqueiro. Assim, os atuais festejos do boi teriam tido especificamente no Nordeste seu pólo de formação e desenvolvimento (Câmara Cascudo, 2000b). Ao mesmo tempo, aí teriam proliferado práticas narrativas e performáticas de inspiração cômica, principalmente entre os segmentos mais oprimidos da sociedade escravista colonial, os quais, servindo-se da brincadeira como um meio privilegiado de comunicação, fizeram do boi um agente de crítica social explícita ou implicitamente dirigida aos poderosos e dominantes (Marques, 1999).

Das diversas práticas orais associadas às brincadeiras do boi desde então destaca-se a que se consagrou chamar de “auto do boi”. Em linhas gerais, trata-se da dramatização do tema de morte e ressurreição do novilho querido do patrão, vitimado pelo escravo Pai Francisco a fim de satisfazer o desejo de Mãe Catirina, que, grávida, quisera comer a língua do animal. No relato o casal de escravos é perseguido e capturado por vaqueiros e índios, a mando do dono da fazenda, e é forçado então, para não perder a própria vida, a ressuscitar o boi, para o que conta com o auxílio de doutores e pajés. Nessa aventura os escravos apresentam-se como personagens grotescos e divertidos, que pregam muitas peças no patrão e em seus algozes, constituindo, apesar da tragédia que vivem, o núcleo cômico da brincadeira.

Embora não se possa atribuir a essa trama valores como originalidade e autenticidade, ou qualquer antecedência histórica sobre outras versões do drama de perda e restituição do animal mítico, ela tem sido frequentemente relacionada, tanto por pesquisadores quanto por sujeitos ligados às diversas brincadeiras do boi no Brasil, à idéia de tradição. No universo do bumba-meu-boi maranhense, sobre o qual tratarei mais especificamente, não é diferente. Entretanto, observa-se que no

Maranhão essa narrativa dá origem ou liga-se a outras tantas histórias dramatizadas, localmente conhecidas como “matanças”, “comédias”, “palhaçadas”, “mortes de terreiro” ou “mortes de levantar”, aludindo a fatos os mais variados possíveis, mas quase sempre relacionados ao sumiço ou à morte, seguidos de restituição ou ressurreição do boi.

Em Viana, a 450 km de distância da capital São Luís, e em outros municípios da Baixada Maranhense são comuns os grupos de bumba-boi que encenam a morte do boi, a “matança de matar mesmo”, numa celebração em que a destruição do brinquedo, realizada por personagens de cazumbas² e/ou pais franciscos ou palhaços, faz-se acompanhar de partilha e leilão – cantado em verso – dos pedaços da “carne” – a armação, geralmente feita de madeiras leves e papelão – do animal entre brincantes e espectadores. Nessas ocasiões, ao contrário do que ocorre nas “mortes de terreiro” ou “de levantar”, o boi não volta a brincar, tendo tais cerimônias o caráter de encerramento do ciclo festivo da brincadeira.

Na Baixada, assim como em quase todas as regiões do Estado do Maranhão, o bumba-meu-boi é um elemento poderoso de aglutinação social e fonte riquíssima de significação simbólica, não só para os brincantes mais ativos, mas para diversos grupos e segmentos sociais que, de uma forma ou de outra, acompanham a brincadeira em suas localidades. Signo da identidade e da cultura maranhense, o boi – aqui, amplamente entendido como a brincadeira, o brinquedo e o conjunto organizado de brincantes – atua como mediador entre os homens no mundo terreno – em suas redes de parentesco, vizinhança, compadrio, bem como em seus vínculos políticos e patronais – e entre os homens e outros sujeitos

sociais – no plano dos santos, encantados, antepassados e demais entidades para as quais se brinca, como forma de homenagem ou pagamento de promessas. Nesse sentido, o boi é especialmente importante para os maranhenses na medida em que tematiza relações, organiza discursos e comportamentos, medeia conflitos, fixa memórias e histórias de vida, constrói, enfim, identidades individuais e coletivas (Carvalho, 2002).

Não por acaso, tem-se assistido, especialmente a partir da década de 1980, à multiplicação de grupos de bumba-boi em comunidades e colônias maranhenses localizadas em grandes centros como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Os processos de industrialização e urbanização que arrastaram imensas levas de nordestinos para essas cidades desde os anos 1960, fizeram-se acompanhar de intensas trocas culturais entre nativos e migrantes, resultando, por parte destes últimos, na recriação e reinterpretação, em novos contextos e diante de novos atores sociais, de práticas culturais associadas a identidades e a estilos de vida mantidos em seus locais de origem³.

A trajetória do Bumba-meu-boi Brilho de Lucas na cidade do Rio de Janeiro, assim como as de seus similares Bumba-boi Brilho da Noite, em São Paulo, e Boi de Teodoro, em Brasília, inscreve-se nesses processos de gestação de formas culturais tradicionais fora de seus contextos originais⁴. Boi “carioca” do bairro de Parada de Lucas, criado por maranhenses da cidade de Viana que nunca “brincaram boi” na terra natal, esse brinquedo estabelece, entre outros, um elo simbólico de identificação e pertencimento entre os migrantes que o inventaram e o estado de onde saíram. Entre os diversos elementos de ligação com o Maranhão

que são acionados no âmbito da brincadeira – expressos na música, dança, culinária e no artesanato típicos, por exemplo – destacam-se práticas de rememoração e atualização do mito de perda e restituição do boi. É sobre essas práticas que se arriscam os comentários a seguir⁵.

A migração dos homens e do boi

A gente vai fazer uma brincadeira pra lembrar dos tempos...

Tudo começou por volta de 1975. Primeiro vieram de Viana para São Gonçalo, então no Município de Niterói, os filhos mais velhos da família Rosa Castro, entre os quais José e Luiz, a fim de trabalhar numa empresa importadora localizada na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida chegaram seus primos Silva Costa, já rapazes, atraídos por oportunidades de trabalho nessa e em outras empresas. Uma vez estabelecidos no subúrbio de Parada de Lucas, um dos muitos bairros populares cortados pela Estrada de Ferro Leopoldina e pela Avenida Brasil, Ademar Costa (49) e seus irmãos começaram a trazer para o Rio as irmãs moças, as crianças, entre as quais Orlando (35), então com doze anos, e, por último, os pais.

O papai trabalhava em olaria, fazendo telha e tijolo, e pescava. E mamãe era dona de casa, do lar. Tinha uma outra atividade que desenvolvia na época, eu me lembro bem, que eu era pequeno e fazia parte também. Eles compravam miúdos do boi, limpava e revendiam. O papai também na profissão de pescador, os filhos tinham essa responsabilidade de vender. Todos nós tínhamos uma pretensão de vir pro Rio. Porque quando meu irmão mais velho veio pro Rio, ele mandava carta nos falando das maravilhas que era o Rio de

Janeiro. E, naturalmente, isso nos atraía. (Orlando Silva Costa)

O mesmo movimento migratório ocorreu entre os Rosa Castro e, assim, em menos de dez anos as duas famílias, divididas em Viana, se recompuseram novamente no Rio de Janeiro, recriando e fortalecendo os laços de parentesco e afinidade. Por outro lado, à medida que os parentes consolidavam papéis e relações sociais recém-adquiridos, o Maranhão ia ficando, de certa forma, cada vez mais distante de seu mundo cotidiano. Apesar das compensações de viver no Rio, certas memórias da terra natal inspiravam desejos de vivências e experiências que o novo local de moradia não podia oferecer.

De repente, era uma família grande: Rosa Castro são 12 filhos, simplesmente 12. Eles [os Silva Costa], 11. E começaram a vir. Descobrimos que poderíamos estudar aqui, ter a

oportunidade de trabalhar e estudar tranqüilamente. Lá a gente poderia estudar também, mas não tem o campo de trabalho, a oportunidade de trabalho. Mas começamos a perceber, como a gente trabalhava, que não tínhamos condições de largar o trabalho pra ir, justamente no mês de junho, participar de uma festa junina de bumba-meu-boi no Maranhão. Até porque, assalariado mesmo não tinha condição de ir e voltar a tempo pra trabalhar. E se um vai, os outros não vão. E aí, como é que fica? Surgiu a idéia do Almir: vamos fazer uma brincadeira aqui, só pra gente?(Luiz Rosa Castro)

No Maranhão, nenhum dos primos jamais tinha brincado em bumba-meu-boi. Moradores da cidade, seus pais não permitiam que freqüentassem os festejos do boi, porque os achavam perigosos: “era festa de sair pra roça,

tinha briga”, lembra Luiz. Quando muito, já adolescentes, conseguiam burlar a vigilância da família e fugir até algum povoado para participar das brincadeiras, mas apenas como espectadores. “Mas isso tá na veia, tá no sangue”, acredita Orlando, justificando a iniciativa do irmão Almir, o criador do boi no Rio de Janeiro.

O Almir, em 1982, fez uma miniatura, um boi de aproximadamente 30 cm. E aí começou aquela brincadeira de fundo de quintal, foi ganhando proporção... Nessa brincadeira, inicialmente era o boi e alguém batucando com instrumento de percussão: um pandeiro, marcação e tal. E essa coisa foi ganhando proporção, o boi foi ganhando forma.

Os encontros do recém-formado Brilho de Lucas ocorriam sempre aos sábados, nos fundos da casa dos Silva Costa, no bairro que deu nome ao boi,

Grupo Folclórico Bumba-meu-boi Brilho de Lucas

Foto: Celso Pereira



e reuniam apenas parentes, amigos maranhenses e alguns vizinhos. As mulheres assavam bolos de tapioca para a turma comer com café e preparavam peixes para saborear com farinha d'água, vinda diretamente das roças do Maranhão. Os mais interessados em "brincar o boi" propriamente dito punham-se a escutar discos de bois famosos de São Luís, trazidos por quem vinha de lá. Atentos principalmente às toadas dos bois que praticavam o sotaque da Baixada⁶, iam aperfeiçoando seu batuque vianense – "eu acredito que isso estava adormecido na cabeça da gente, estava na intuição", diz Orlando –, mas não se preocupavam ainda em usar a indumentária e os apetrechos tradicionais da brincadeira – "era mais fazer um batuque e ensaiar uns passinhos". O próprio brinquedo, em tamanho miniatura para ser movimentado com as mãos, não correspondia ao que usualmente é praticado no Maranhão, onde as armações dos bois medem até mais de um metro de comprimento e abrigam debaixo de si o "miolo", brincante que, de corpo inteiro agachado, lhe dá os movimentos de dança. Enfim, à época de seu nascimento, mais do que um brinquedo que pretendesse reproduzir à risca as tradições maranhenses, o Boi Brilho de Lucas era de fato um bom pretexto para os migrantes se reverem, compartilharem lembranças de Viana e criarem uma espécie de território cultural comum no Rio de Janeiro.

Aí o que acontece? Os maranhenses, a família ligando pros amigos, os amigos maranhenses chegando pra nossa festa... Foi uma coisa espontânea. Como é que isso ganhou forma? Os maranhenses trabalhando aqui, sem dinheiro pra poder ir na época de São João, porque o grande barato é lá, aquela atmosfera, respira-se bumba-boi. Essas pessoas, por não terem condições financeiras de ir pra lá, ou até mesmo por não

conseguirem conciliar período de férias, foram se aproximando do nosso grupo. Em 1987 o boi se tornou um boi adulto. Aí já fizemos um boi maior. E esse boi então saiu de quintal pra primeira apresentação na rua.

À medida que atraía novos participantes, o boi foi assumindo uma organização mais formal, embora não tenha chegado a criar personalidade jurídica, como normalmente ocorre com seus similares no Maranhão. Aos poucos ampliou seu repertório musical, com a aquisição de instrumentos percussivos comuns nos bois da Baixada Maranhense – maracás, pandeirões, matracas – e com a substituição das toadas lançadas em São Luís por composições feitas por membros do próprio grupo. Ao mesmo tempo, os líderes da turma investiram na confecção de "fantasias"⁷, o que no Maranhão chama-se "farda" ou "(a)preparo", isto é, roupas e acessórios próprios para cada personagem: rajados, vaqueiros, cazumbas, batuqueiros e o próprio boi de brinquedo, que deve ser recoberto com um manto de veludo bordado com canutilhos e miçangas, conhecido como "lombo" ou "couro". Nesse movimento, de par com o crescimento e organização do grupo, os brincantes passaram a buscar "resgatar" determinadas formas expressivas, julgadas mais "autênticas", na realização da brincadeira, que, de festa doméstica – "de fundo de quintal" – tornava-se celebração pública – na rua – de uma certa "maranhensidade".

Uma vez que os grupos de bumba-meu-boi do Maranhão executam ritmos e apresentam características muito diferentes, configurando diversos estilos ou "sotaques" associados a locais de origem e a tradições específicas, a preocupação maior dos brincantes de Lucas, nesse processo, era a de preservar as referências musicais e performáticas que caracterizam os

bois de Viana. A explicitação de elementos que pudessem ser reconhecidos como "autênticos da Baixada" no som, na dança e na indumentária dos personagens, constituía-se como estratégia de afirmação de uma identidade original frente às intensas trocas culturais que os brincantes experimentavam no Rio de Janeiro.

Era como se, fora do Maranhão, não bastasse aos brincantes serem vistos indiscriminadamente como maranhenses. Na busca de formas eficazes de reprodução e atualização dos códigos que lhes permitissem, ao mesmo tempo identificar-se e diferenciar-se como tais, o boi parecia oferecer-lhes terreno privilegiado para a demarcação do caráter especificamente vianense: "tanto é que desde o início, até hoje, o nosso sotaque a gente mantém. Já teve alguém com idéia de botar um sax ... Mas não. O nosso sotaque é aquele⁸. É o lance da autenticidade", afirma Orlando.

Pai Francisco, Mãe Catirina, São João e o Boi no Rio de Janeiro

Tá no sangue: São João, a festa...

Atualmente o Bumba-meu-boi Brilho de Lucas conta com cerca de cinquenta componentes, entre migrantes e seus descendentes cariocas, que se reúnem todos os anos para brincar, pelo menos em duas noites do período junino – quando o bumba-meu-boi é festejado no Maranhão, em homenagem aos santos Antônio, João, Pedro e Marçal –, e, vez ou outra, em eventos para os quais o grupo é convidado, como os festejos do Divino Espírito Santo realizados por maranhenses no Rio de Janeiro⁹. A brincadeira, outrora reunião despreziosa de parentes e amigos maranhenses, sem deixar de sê-lo, adquiriu também o caráter de

espetáculo para ser visto por grupos sociais que extrapolam o círculo mais restrito dos migrantes.

Na rua Joaquim Rodrigues, onde o boi tem sede, esposas dos brincantes maranhenses e vizinhos cariocas montam barraquinhas de comidas variadas – de cachorro quente a sarapatel –, bebidas e brincadeiras infantis – pescaria, cama elástica, piscina de bolas, etc. Nesse ambiente realizam-se então o que os responsáveis pelo grupo chamam de “apresentações”¹⁰. Trata-se de ocasiões especialmente planejadas para realização da brincadeira do boi, no formato que usualmente se pratica no Maranhão, o qual se compõe basicamente da execução musical de uma seqüência de toadas que aludem ao já referido mito do boi, acompanhada de coreografias específicas dos diferentes personagens. Não há, como na maior parte das “apresentações” que ocorrem nos próprios arraiais maranhenses, encenação dramática da história envolvendo Pai Francisco, Mãe Catirina e o boi, mas esses três elementos da trama mítica associada à “tradição” do bumba-meu-boi são frequentemente mencionados no decorrer da festa, como que a afirmar sua “autenticidade”. Orlando, um dos organizadores da brincadeira, informa que a “lenda” é contada por Zé Castro ao público durante os intervalos de todas as apresentações do grupo. Ao fazê-lo, o objetivo é esclarecer sobre a “história” do bumba-meu-boi.

Na verdade, as lendas se propagam de uma cidade pra outra, elas vão aumentando. A principal que a gente fala é a história do Pai Francisco com a Mãe Catirina numa fazenda. Ela grávida, com desejo de comer a língua de um boi, logo do boi mais bonito da fazenda, que era querido pelos vaqueiros e acima de tudo pelo patrão. E ela então tem esse desejo. O Pai Francisco pergunta se ela está maluca,

porque aquilo seria quase um suicídio pra eles. Mesmo assim, em função daquela crendice que se ele não fizesse, não matasse o boi pra ela comer a língua, o filho ia ter cara de boi, enfim... Ele resolve então seqüestrar o boi e naquele momento lá de matança ele é descoberto pelo capataz da fazenda. E o capataz o leva até o patrão, sob ameaça de matá-lo, se ele não desse um jeito de reaver o boi. Ele então reúne os pajés, os feiticeiros, os doutores do mato daquela época, que fazem todo o trabalho, e o boi então ganha vida. Essa é uma lenda, é uma das que mais se divulga. Lenda que a gente já conhece de lá de Viana, essa história se propaga por lá, basicamente no Estado do Maranhão.

No entanto, Luiz Castro, outro responsável pelo grupo, explica que a trama de Pai Francisco e Mãe Catirina, apesar de conhecida, não é dramatizada nas “apresentações” por não se tratar de um “boi de promessa”. Ou seja, como São João não está na origem do boizinho carioca, ao contrário de muitas brincadeiras que no Maranhão são criadas em função de promessas feitas ao santo, não há necessidade de encenação da “matança” ou “auto” de morte e vida do boi.

No Maranhão acredita-se que São João pode intervir nas mais diversas causas e, em prova de fé ou agradecimento, brincantes procuram reafirmar seus laços com ele por intermédio do boi. Não há, contudo, entre os migrantes de Lucas, devoção significativa a esse santo, embora o grupo preserve a prática comum dos bois da Baixada Maranhense de entoar ladainhas como o Bendito de São João, diante de um altar que lhe é devotado dentro da própria sede do boi: “eu mesmo tenho São João na minha casa. Mas é a minha mulher, que é carioca, que todo ano faz promessa pra São João. Ela todo ano leva as velas dela, acende lá no altar”, conta Luiz.

Também no plano das narrativas associadas à brincadeira procura-se guardar e assinalar a ligação simbólica entre o santo e o boi, conforme relato de Orlando:

Existe uma outra lenda que eu conheço que diz que São João tinha um bellissimo touro e ele empresta o boi pra São Pedro, pro aniversário dele. São Pedro, por sua vez, faz aquela bellissima festa com o boi de São João e empresta o boi pra São Marçal. Chega numa determinada parte da festa, a comida acaba. Então São Marçal vai, manda matar o boi de São João. Aí é aquela confusão só. Aí que São Marçal foi descobrir que o boi era de São João. E aí todo mundo reúne, e a cada ano as pessoas fazem um boi diferente pra que possa estar agradando a São João, mas ele não se satisfaz com isso. Essa é uma outra lenda, que eu conheci aqui no Rio, através de livros, de pesquisas...

Interessante é notar que, como boa parte dos brincantes maranhenses no Rio frequenta pouco a terra natal, são sobretudo cariocas participantes de circuitos locais de estudo e pesquisa sobre diferentes expressões populares – universitários, músicos, artistas plásticos – que atualizam e informam o Brilho de Lucas a respeito de temas caros ao “folclore maranhense”. Um intenso intercâmbio de informações e práticas culturais estabelece-se, então, entre migrantes e nativos que comungam um interesse particular em “preservar” e “reviver” certas expressões populares¹¹.

“Não só a turma de Santa Teresa, do grupo As Três Marias, como os Mariocas (grupo cultural formado por cariocas e maranhenses que vivem no Rio). A referência pra esses grupos, de bumba-meu-boi no Rio de Janeiro, é o nosso grupo. Eles viajam pro Maranhão, estão sempre atualizados, sabem do que acontece. A gente recebe sempre de braços abertos porque são pessoas que estão interessadas em

divulgar a nossa cultura. E a gente tem tido a oportunidade de estar com eles e os vídeos, as filmagens, que eles trazem do Maranhão. Eles foram parar na nossa cidade, ficaram hospedados num hotel próximo à nossa casa lá no Maranhão! Eles têm um intercâmbio constante com o pessoal do Maranhão, eles viajam pra lá, estão sempre viajando. E esses grupos têm sido fundamentais no crescimento do nosso grupo, com uma opinião, uma crítica construtiva. E eles têm sido, acima de tudo, incentivadores do nosso grupo. (Orlando Costa Silva)

Assim, no Bumba-meu-boi Brilho de Lucas cruzam-se hoje percursos de mão dupla que têm sido trilhados por maranhenses e cariocas entre o Rio de Janeiro e o Maranhão. Além de caminhos físicos, trata-se sobretudo de rotas de mediação cultural constituídas nos planos das narrativas e das performances, sobre as quais transitam símbolos que articulam e assinalam identidades. Nem maranhense nem carioca, mas um pouco dos dois, o boi revela-se um terreno fértil para a investigação das ações eminentemente simbólicas que dão sentido à vida de indivíduos e grupos específicos das sociedades mistas que se têm formado nas grandes cidades brasileiras, em função dos fenômenos da migração dos homens e de suas práticas culturais. Entre o Rio de Janeiro e Viana, no Maranhão, que Parada de Lucas atraia novos e curiosos olhares.

** Luciana Gonçalves de Carvalho é Doutoranda em Antropologia, Prof^a. Substituta da UFRJ e Pesquisadora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Ihan/Minc.*

NOTAS

1 - Desenvolvo aqui idéia de Cavalcanti (2000), sugerida em seu estudo sobre o boi-bumbá de Parintins, AM. Sobre narrativas populares envolvendo a figura do boi, ver coletânea de contos populares de Câmara Cascudo (2000a).

2 - Personagens mascarados característicos dos bois da Baixada Maranhense.

3 - Vide as inúmeras feiras que espalham produtos (culinários, agrícolas, artesanais, etc.) e divulgam expressões (musicais, dramáticas, literárias, etc.) tradicionais de vários estados do Nordeste brasileiro em cidades do Sudeste, bem como os diversos grupos folclóricos e parafolclóricos que atualizam e difundem tradições como o bumba-meu-boi, o maracatu, o tambor-de-crioula, as festas do Divino Espírito Santo, entre outras.

4 - O Boi Brilho da Noite, ligado ao Grupo Cupuaçu e sediado no Morro do Querosene, em São Paulo, tem sido objeto de estudo de antropólogos e etnomusicólogos nessa cidade (Bueno, 2001; Garcia, 2004). Sobre o Boi de seu Teodoro, em Brasília, há documentários produzidos em vídeo.

5 - Embora venha estudando práticas cômicas do boi no Maranhão há alguns anos para elaboração de minha tese de doutoramento em antropologia, apresento aqui apenas algumas idéias iniciais sobre o Boi Brilho de Lucas, que conheci recentemente quando intermediei a contratação de uma apresentação do grupo no Museu de Folclore Edison Carneiro, onde trabalho como pesquisadora. Para mais informações sobre os bois do Maranhão, ver Carvalho (2002).

6 - Sotaque é o termo com que no Maranhão se designam diferentes modalidades de realização das brincadeiras de boi, que variam quanto à musicalidade, ao elenco de personagens, às coreografias executadas, entre outros aspectos. Além do sotaque da Baixada, destacam-se outros quatro: de orquestra, da Ilha ou de matraca, de Guimarães ou de zabumba, e de Cururupu ou de costa-de-mão.

7 - O uso desse termo pelos brincantes maranhenses sugere a aproximação e o intercâmbio do boi com o contexto cultural do carnaval carioca, em que as fantasias desempenham um papel essencial (Cavalcanti, 1994).

8 - O "sotaque" do boi em que se brinca no Maranhão é uma fonte rica de elementos constitutivos de identidades específicas. Cada estilo tem seus diacríticos – local de origem, instrumentos e ritmos musicais, roupas, personagens, práticas orais – e preceitos próprios que servem de inspiração aos brincantes na demarcação de identidades e diferenças entre si. Assim, o "sotaque" do boi funciona ainda como um elemento poderoso de organização de relações sociais, inclusive de afinidade e rivalidade. Bois do mesmo "sotaque", por exemplo, costumam tratar-se como "contrários" e compor "toadas de pique" em que se hostilizam mutuamente em versos. Contam ainda os brincantes mais idosos do Maranhão que até as primeiras décadas do século 20, brincantes de grupos adversários se enfrentavam nas ruas com paus, ferros e outras armas, chegando alguns conflitos a terminar em morte.

9 - Os responsáveis pelo boi mencionam as festas do terreiro de Dona Antônia, em Nova Iguaçu, e da colônia maranhense, na Ilha do Governador.

10 - Vale notar uma distinção sutil, porém muito sugestiva, que no Maranhão se faz entre "apresentação" e "brincada". Ao mesmo tempo em que as fronteiras entre as duas modalidades de expressão se confundem sob o termo "brincadeira", aplicado indiscriminadamente a ambas, há um entendimento de que a "brincada" se realiza de forma mais espontânea, normalmente "em porta de casa" de algum brincante ou pagador de promessa, enquanto que as "apresentações", realizadas principalmente em locais públicos como os arraiais juninos, geralmente pressupõem um contrato firmado e o pagamento de cachês.

11 - O mesmo fenômeno é analisado por Garcia (2004) e Bueno (2001), no contexto do boi maranhense em São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO NETO, Américo
(1997) *Bumba-meu-boi no Maranhão*. São Luís: Alumar.
- BUENO, André
(2001) *Bumba-boi maranhense em São Paulo*. São Paulo: Nankin Editorial.
- CASCUDO, L.C.
(2000a) *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Ediouro.
- CASCUDO, L.C.
(2000b) *Contos Tradicionais do Brasil*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Ediouro.
- CARVALHO, Luciana G. de
(2002) "Bois do Maranhão, bois de São João". *Fé e festa: bumba-meu-boi do Maranhão*. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP.
- CAVALCANTI, Maria Laura V.C.
(1994) *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: FUNARTE; UFRJ.
- CAVALCANTI, Maria Laura V.C.
(2000) "O Boi-Bumbá de Parintins/ Amazonas: breve história e etnografia da festa". *História, Ciência e Saúde: Visões da Amazônia*. Volume VI. Suplemento especial. Rio de Janeiro: FioCruz.
- GARCIA, Marcus Vinicius C.
(2004) "Um espaço para respiração. A cultura popular e os modernos cidadãos". *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS – UnB.
- MARQUES, Ester
(1999) *Mídia e experiência estética na cultura popular. O caso do bumba-meu-boi*. São Luís: Imprensa Universitária.
- REIS, José Ribamar S. dos
(2000) *Bumba-meu-boi, o maior espetáculo popular do Maranhão*. 3.ed. São Luís: Lithograf.

MIGRAÇÃO NO BRASIL

Estórias de retirantes

Joseph M. Luyten

In: **Cadernos de Estudos Sociais**, nº 2, v. 6 (jul-dez/1990)

Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1990, pp. 233-268

O trabalho procura mostrar, de um modo original, a história dos migrantes nordestinos. Utilizando-se da forma tradicional dos cantadores e poetas populares do Nordeste, que é a literatura de Cordel, o autor descreve a saga dos migrantes em sua própria terra e na cidade grande. Através de versos selecionados, revela a visão dos poetas populares sobre a vida dos migrantes nordestinos na Amazônia, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

RECORDAÇÕES DE VIAGEM

Estanislau Kiobukowski

Curitiba, Anais da Comunidade Brasileira-Polonesa (vol. IV) Imigração Polonesa ao Paraná, 1971, 101 p.

Este texto, escrito originalmente em polonês, traz as memórias de viagem do autor, entre os anos de 1895 e 1897, pelo sul do país. Este volume reporta a viagem feita ao Paraná, em que relata a sua passagem por todas as localidades, descreve o modo de vida dos imigrantes e o encontro com autoridades civis e eclesiásticas.

LA PER ME ERA COME UN PARADISO: Memorie di Luigi, emigrato trentino

Renzo M. Grosselli

Trento, Centro de Documentazione e Emigrazione, 1989, 189 p.

Trata-se das memórias de um imigrante vindo de Trento, nascido no começo do século XX e falecido em 1988. Além das dificuldades enfrentadas durante a Primeira Guerra e com a imigração, também retrata a luta para reconstruir a vida e se adaptar no Brasil. Dessas memórias emergem traços que revelam a vida das comunidades imigrantes no Brasil.

MEMÓRIAS DA IMIGRAÇÃO: Reminiscências e Reflexões

Saadio Lozinsky

Rio de Janeiro, Ed. Garamond/Ed. HAI, 1997, 239 p.

Depoimento de um imigrante judeu de origem russa, que foi forçado a migrar de Moscou para várias pequenas aldeias, até conseguir exílio na Holanda. A partir de então cruzou vários países europeus, mas o seu destino final foi o Brasil, onde se transformou num dos pioneiros da comunidade judaica. Trata-se de um importante documento da história da imigração judaica no Brasil.

LE PIETRE DELLA SPERANZA: Testimonianze di emigrati italiani in Belgio

Abramo Seghetto

Roma, CSER, 1996, 137 p.

Este livro recolhe vários testemunhos de imigrantes que viveram a emigração para a Bélgica, dentro do acordo bilateral Itália-Bélgica, de 1946, o qual previa o envio de trabalhadores italianos para a região de mineração belga, em troca da exportação de carvão. Dá destaque particular à catástrofe de Marcinelle, na qual morreram dezenas de imigrantes, acontecimento que encerrou este ciclo emigratório.

MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE

Helou Bourhan

Goiânia, Gráfica Oriente, 1969, 174 p.

Trata-se da autobiografia do autor, relatando episódios relativos à sua trajetória de vida, desde a infância na Síria, com passagens por Roma e Líbano, até chegar como imigrante ao Brasil, onde trabalhou e constituiu família. A maior parte do livro versa sobre sua vida na nova terra.

MEMÓRIA EM BRANCO E NEGRO:

Olhares sobre São Paulo

Teresinha Bernardo

São Paulo, EDUC/Ed. UNESP/FAPESP, 1998, 207 p.

O livro abarca a dimensão da lembrança como fundamental para revelar um passado vivido por descendentes de africanos e italianos, nas primeiras décadas do século XX, na cidade de São Paulo. Nessas diferentes olhares, são múltiplas as cidades recuperadas através das lembranças, na medida em que uma mesma cidade contempla relações sociais que também são raciais, vividas por segmentos diferentes de sua heterogênea população.

SÓ VOLTO LÁ QUANDO PUDER COMPRAR UM ÓCULOS ESCURO: Histórias de viagens do Nordeste a Sorocaba

Paulo C. da Silva, Neide M. Perez, Eduardo M. A. Costa,

Scripta Nova, ago/2001, Nº 94

Barcelona, Universidad de Barcelona, 2001, 9 p.

Texto que aborda a imigração do Nordeste brasileiro para São Paulo através da história de vida de algumas personagens que se fixaram em Sorocaba, município que dista a 100 Km da capital paulista. As narrativas acentuam as dificuldades durante o trajeto e o processo de adaptação. O período compreende as décadas de 1960 a 1990.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: .3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:

a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do n°.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
N° 50**

**POLÍTICAS
PÚBLICAS**

(Set-Dez/04)

**Prazo para envio
de artigos
(30/10/04)**

**TRAVESSIA
N° 51**

PRECONCEITOS

(Jan-Abr/05)

**Prazo para envio
de artigos
(20/12/04)**

**TRAVESSIA
N° 52**

**J.B. SCALABRINI
CEM ANOS**

(Mai-Ago/05)

**Prazo para envio
de artigos
(10/04/05)**

O SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes organizou, no III Fórum Social Mundial (FSM), o Seminário “Novas formas de discriminação e alternativas de resistência dos migrantes”.

Este livro traz as contribuições dos expositores:

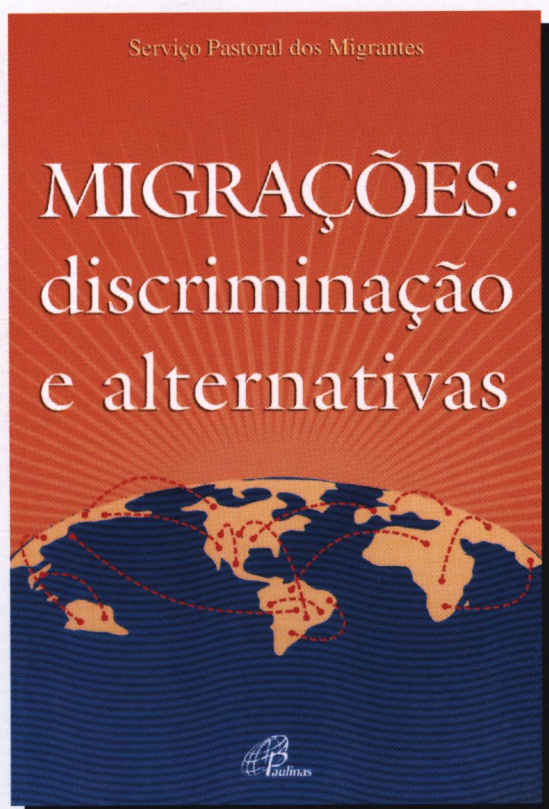
Helion Póvoa Neto - Rejeição e criminalização das migrações na nova ordem internacional após o 11 de setembro.

Dieter Heidemann - Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação.

José Manuel López Rodrigo - As migrações na Europa.

Luiz Bassegio - As migrações no contexto da globalização.

Paulo Roberto Curvelo Lopes - Os migrantes e as políticas públicas.



Nos dias 23 e 24 de janeiro de 2005, antes do Fórum Social Mundial (FSM), acontecerá, em Porto Alegre/RS - Brasil, o Fórum Social das Migrações - TRAVESSIAS NA DE\$ORDEM GLOBAL -
Informações: www.migracoes.com.br

TRAVESSIA
revista do migrante

www.cemsp.com.br